



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello

**O Apostolado Positivista e o projeto da Ditadura Republicana no Brasil
(1889-1891)**

Rio de Janeiro
2011

Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello

O Apostolado Positivista e o projeto da Ditadura Republicana no Brasil (1889-1891)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.^a Dra. Magali Gouveia Engel

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

M527 Mello, Rafael Reis Pereira Bandeira de.
TESE O apostolado positivista e o projeto da ditadura republicana no Brasil (1889-1891) / Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello. – 2011.
157 f.

Orientadora : Prof.^a Dra.Magali Gouveia Engel.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Ditadura e ditadores – Brasil – 1889-1891-Teses. 2. Positivismo - Brasil – História – República – 1889-1891 - Teses. 3. Constituição – Brasil – 1889-1891 - Teses. I. Engel, Magali Gouveia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CDU 321.6(81)“1889-1891”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese/dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello

O Apostolado Positivista e o projeto da Ditadura Republicana no Brasil (1889-1891)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 11 de novembro de 2011.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Magali Gouveia Engel

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Letícia Corrêa

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Lemos

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

À meu avô Oswaldo Baptista Pereira que faleceu no ano passado, por ter sido o maior exemplo para minha vida, me proporcionando o aprendizado da humildade, da personalidade e da honestidade.

AGRADECIMENTOS

À Magali Gouveia Engel ? minha orientadora amiga, que por intermédio de sua competência teve grande responsabilidade para que um projeto se transformasse nessa dissertação.

À minha banca examinadora de mestrado ? Maria Letícia Correa e Renato Luís do Couto Lemos ? pelas valiosas contribuições no exame de qualificação demonstrando à competência profissional de ambos.

À todos os profissionais ligados a pós-graduação de História Social da UERJ ? aos professores, funcionários da secretaria, da biblioteca e demais ? por fazerem parte de uma instituição que me deu uma grande oportunidade de crescimento profissional.

À minha mãe ? Silvia Conceição Reis Pereira Mello ? Por ter sido a grande incentivadora e provedora das condições para meu crescimento na vida acadêmica desde a formação fundamental, e pelo exemplo que é para mim de força mental para encarar os compromissos profissionais.

À minha Avó ? Abigail Ferreira Reis ? Pelo exemplo de simplicidade, amor incondicional a família e compromisso solidário.

À minha tia Sônia Regina e primo Lucas Reis ? Pelo companheirismo proporcionado pela vivência familiar.

À minha grande amiga - Marcella Albaine - Pelo companheirismo acadêmico e por participar e influenciar diretamente em meu amadurecimento pessoal.

Aos companheiros de turma no mestrado ? Alberto, Alessandra, Angela, Carine, Carlos Roberto, Danielle, Fernando, Francisco, Henrique, Jussara, Luciana, Marta, Natália, Tatiane e Walter ? pelas trocas de experiências, ajudas e compartilhamento de aprendizado.

Por fim, à alguns amigos fundamentais em minha vida ? Aline Rochedo, Diogo Pereira, Estefania Amarante, Júlio Dória, Lilly Caroline, Priscila São Bento, Regina Albaine, Rodrigo Fialho, Vanessa Monteiro, Yuri Oliveira.

RESUMO

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. *O Apostolado Positivista e o projeto da Ditadura Republicana no Brasil (1889-1891)*. 2011. 1 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O objetivo da pesquisa foi buscar, por meio de um estudo aprofundado, informações relevantes da ação política do Apostolado Positivista do Brasil na transição entre a Monarquia e a República. O recorte temporal (1889-1891) remete o trabalho ao período do primeiro governo da república, chamado de governo provisório, que teve como Presidente, o Marechal Deodoro da Fonseca. O trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro ressalta o contexto do surgimento do pensamento positivista por intermédio da atuação de seu mentor Augusto Comte no debate intelectual da França. A partir disso, destacam-se aspectos que servem para esclarecer a cisão entre positivistas ortodoxos e heterodoxos e posteriormente, como as idéias positivistas se espalharam no contexto brasileiro. No mesmo capítulo, foi ressaltado ainda, o surgimento da Igreja Positivista do Brasil, as trajetórias de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes até assumirem a direção e vice-direção do Apostolado. No segundo foi apresentada a ação política do Apostolado na tentativa de encaminhar o governo provisório para um regime político de ditadura definitiva. Tendo seu projeto político fracassado, o grupo passou a defender o cumprimento de artigos da constituição de 1891, que por diferentes motivos tivessem aspectos que se assemelhavam com a política tida pelo Apostolado como adequada. No terceiro foi mostrada a influência do positivismo em diferentes temas importantes no Brasil naquele momento, como, ensino, separação entre Estado e Igreja e movimento trabalhista. A persistência do lema positivista ordem e progresso na bandeira nacional até hoje, está entre os símbolos desta militância ortodoxa. Os membros do Apostolado Positivista não tiveram seu projeto de ditadura sacramentado apesar do forte influência da doutrina positivista no Brasil por dois aspectos, o primeiro por seguirem a recomendação de Comte de negar cargos políticos, o segundo pela doutrina positivista não ser orgânica a oligarquia cafeeira que iria nortear as bases de estruturação do país.

Palavras-chave: Positivismo. Ditadura Republicana. Primeira Constituição Republicana do Brasil.

ABSTRACT

The aim was to seek, through a thorough, relevant information of political action of Positivist Apostolate of Brazil in the transition between the Monarchy and the Republic. The time period (1889-1891) refers to the period the work of the first government of the republic, called provisional government, which had the President, Marshal Deodoro da Fonseca. The work was divided into three chapters: the first emphasizes the context of the rise of positivist thinking through the actions of his mentor Auguste Comte in the intellectual debate in France. From this, we highlight aspects that serve to clarify the division between orthodox and heterodox positivists and later, as the positivist ideas spread in the Brazilian context. In the same chapter, it was also pointed out, the rise of the Positivist Church of Brazil, the trajectories of Miguel Lemos and Raimundo Teixeira Mendes to take direction and vice-director of the Apostolate. In the second was presented the political action of the Apostolate in an attempt to forward the interim government for a definitive political regime of dictatorship. Having failed his political project, the group began to advocate the implementation of articles of the constitution of 1891, which for different reasons had aspects that were similar to the policy taken by the apostolate as adequate. In third was shown the influence of positivism in different important topics at that time in Brazil, such as education, separation of church and state and the labor movement. The persistence of positivist motto "order and progress" in the national flag today, is among the symbols of Orthodox militancy. The members of the Positivist Apostolate had no your project Sacrament of dictatorship despite the strong influence of positivist doctrine in Brazil by two ways, first by following the recommendation of Comte to deny political office, the second by the positivist doctrine isn't organic with a coffee oligarchy that would guide the base structure of the country.

Keywords: Positivism. Republican Dictatorship. First Republican Constitution of Brazil.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	O POSITIVISMO DE AUGUSTO COMTE E SUA DIFUSÃO NO BRASIL	20
1.1	Breves considerações sobre o positivismo de Comte	20
1.2	A cisão entre positivistas ortodoxos e heterodoxos	34
1.3	As trajetórias dos fundadores e primeiros líderes da Igreja Positivista do Brasil	38
2	A AÇÃO DO APOSTOLADO POSITIVISTA NO ALVORECER DA REPÚBLICA	58
2.1	A militância em torno da abolição e da república	58
2.2	A Proclamação da República e a crença no advento da ?Ditadura Republicana?	69
2.3	As relações entre os ortodoxos do Rio de Janeiro e os positivistas do Rio Grande do Sul	94
3	AS BANDEIRAS DA LUTA DO APOSTOLADO POSITIVISTA	111
3.1	A separação entre a Igreja e o Estado	111
3.2	Educação e civismo	121
3.3	Questão Trabalhista e a incorporação do proletariado na sociedade	137
4	CONCLUSÃO	153
	REFERÊNCIAS	157

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estudar o papel do Apostolado Positivista do Brasil nos primeiros anos da República, bem como os desdobramentos efetivos da ação política deste grupo. O recorte temporal escolhido para o aprofundamento da pesquisa se inicia após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e se estende até a promulgação da primeira constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891. A escolha deste recorte foi justificada por ser um período de transição do sistema político brasileiro, momento privilegiado da militância em prol da implantação de uma ditadura por esse grupo que representava a Igreja Positivista do Brasil e era liderado por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes.

A “Ditadura Republicana” defendida pelo Apostolado Positivista foi um projeto que se pautava nos ideais do francês Augusto Comte, que foi mentor da doutrina positivista aqui estudada. Cabe mencionar que o projeto elaborado pelo Apostolado Positivista do Brasil era concatenado também com os problemas sociais debatidos pela geração de intelectuais republicanos, e não apenas um modelo europeu importado.

O Apostolado Positivista buscava adaptar o pensamento de Comte às questões cotidianas, e talvez por isso tenha influenciado o debate do Conselho de Ministros e da Constituinte do Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, por intermédio da relação com ministros e deputados adeptos do positivismo. O grande objetivo do Apostolado nesse momento foi orientar o Governo Provisório para que a ditadura, que foi instaurada para a manutenção de uma nova ordem republicana frente ao risco de uma restauração monárquica, se tornasse uma ditadura definitiva. No entanto, o caráter ditatorial se manteve até a promulgação da primeira constituição republicana, que tinha mecanismos favoráveis para a consolidação de um regime liberal e democrata.

Questiona-se aqui as razões que levaram a ação do Apostolado Positivista a alcançar resultados efetivos em planos secundários da política do país, mesmo sendo tão ampla a influência da doutrina positivista em diversos segmentos da sociedade brasileira e entre os primeiros constituintes republicanos. De qualquer forma, essas conquistas consideradas por

grande parte historiografia como secundárias servem como representatividade da presença deste grupo no cenário político do país. O fato de a bandeira republicana com o lema positivista “ordem e progresso” ter sido desenhada por um membro da Igreja Positivista do Brasil (Décio Villares) e ser a mesma até os dias atuais é uma das vitórias que resultam da militância intensa do Apostolado Positivista nos primeiros momentos de nossa República.

Em relação à produção bibliográfica sobre o tema da pesquisa, ressalta-se as diferentes interpretações sobre papel dos positivistas nos movimentos abolicionista e republicano, bem como sobre a ação política dos positivistas nos primeiros anos da República. Ivan Lins¹, por exemplo, destacou nesse sentido o papel de Benjamin Constant entre a mocidade da Escola Militar, que viria a ter um papel decisivo no golpe que proclamou a República no Brasil. Segundo o referido autor, Benjamin Constant, por sua “integridade moral” e “grandeza intelectual”, conquistou a admiração e o devotamento de seus alunos quando atuou como professor da Escola Militar nos últimos anos da República e contribuiu, decisivamente, para a propagação de idéias positivistas que eram favoráveis à abolição e ao republicanismo.

Lins ressaltou, ainda, o pedido de Constant ao General Deodoro da Fonseca, no ano de 1887, para que o Clube Militar adotasse como bandeira a abolição. Em 25 de outubro do mesmo ano, atendendo ao pedido, “(...) dirigiu Deodoro, em nome do Clube, uma petição à Princesa Isabel solicitando-lhe não mais empregasse o Exército na captura de escravos”.² Sem a colaboração do exército na captura dos escravos fugitivos, a manutenção do regime escravocrata tornou-se mais difícil. Na perspectiva de Lins, Constant, além de contribuir para a abolição e para proclamação da República, teve um papel crucial, por sua formação positivista, para que não houvesse derramamento de sangue, nem a disseminação da desordem após o golpe militar de 15 de novembro, transformando a revolução em simples evolução.

Celso Castro³ também atribuiu a “mocidade militar” a Benjamin Constant, e com estudos superiores e científicos, o papel de elemento iniciador da conspiração no interior do Exército em favor da República. No entanto, há uma importante distinção na perspectiva de Ivan Lins e de Celso Castro. O primeiro destaca Constant como o líder que levou a juventude

¹ Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, 661p.

² *Ibid.*, p.309.

³ Celso Castro, *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p.17.

militar a conspirar pela República, e o segundo destaca que a mocidade militar levou Constant a assumir um papel de destaque político no movimento republicano. Castro procurou trazer uma delimitação sociológica mais precisa da juventude militar, identificando suas diferenças em relação ao restante do Exército. Seu objetivo foi relacionar cultura e ação política. O autor priorizou estudar o “positivismo real” praticado pelos que se julgavam positivistas, independentemente de estarem de acordo com o que imaginavam ser a doutrina positivista.

Em seu estudo sobre a relação entre esfera individual e a coletiva da vida de Benjamin Constant, Renato Lemos⁴ busca distinguir a conduta de Constant em relação às adotadas pelos líderes do Apostolado Positivista. E de fato, sua análise explicita tal diferenciação em diversas questões, como, por exemplo, no que se refere ao ensino, onde o militar exerceu a docência em importantes instituições acadêmicas no final do Império, tais como o a Escola Militar e o Instituto de Meninos Cegos, do qual foi diretor. Já no governo republicano, as reformas políticas no ensino marcaram sua atuação como Ministro da Guerra e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Os líderes do Apostolado Positivista eram contrários à intervenção do Estado no ensino por entenderem que tal atitude feria a liberdade de ensino. Renato Lemos elucidou outros acontecimentos que influenciaram de forma negativa a relação entre Benjamin Constant e os líderes do Apostolado Positivista, e que ressaltavam suas respectivas diferenças na ação política e na forma com que assimilavam o positivismo.

Já em sua obra sobre o positivismo ortodoxo no Brasil, Riolando Azzi⁵ dedica-se a analisar a concepção crítica do Apostolado Positivista do Brasil sobre o regime imperial. O autor destaca também o amadurecimento intelectual de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes até ambos chegarem à liderança do Apostolado Positivista. Nesse processo Azzi identificou em ambos a convicção crescente da necessidade política de se estabelecer uma nova ordem social no país. Para o autor, o positivismo foi o suporte teórico da proposta de solução para a realidade brasileira, formulada por Mendes e Lemos. A idéia seria utilizar a nova ordem política e social apregoada por Comte como a alternativa adequada de superação do regime monárquico.

⁴ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, 572p.

⁵ Riolando Azzi, *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, 260p.

Segundo Azzi, no processo de conversão ao positivismo, ambos teriam passado por uma fase revolucionária de crítica a elementos presentes no regime imperial, como, por exemplo, a existência de uma religião oficial de estado, a católica, até aderirem a uma doutrina contra-revolucionária, no caso a positivista. Sobre isso, o autor ressaltou que “(...) segundo a concepção positivista, os revolucionários querem apenas destruir a ordem social, e nada têm para colocar em seu lugar”.⁶

Angela Alonso⁷ destacou que, sob a direção de Miguel Lemos, o grupo por ela denominado de “positivistas abolicionistas” participou ativamente do debate político e intelectual no final do Império. A autora afirma que os folhetos publicados pelo Apostolado na década de 1880 eram na maioria ensaios curtos e de consumo imediato, no intuito de mostrar “(...) uma justificação doutrinária para a defesa de uma reforma do dia”.⁸ Vale lembrar, conforme ressaltou Carvalho⁹, que o uso da palavra escrita era uma das armas da ação política do Apostolado Positivista.

A denominação de positivistas abolicionistas é utilizada por Alonso a fim de ressaltar a militância do Apostolado Positivista, que ao se apropriar de certos aspectos da doutrina de Comte, teria adotado uma postura otimista em relação à mestiçagem, o que se diferenciava de muitas outras proposições pautadas em perspectivas do darwinismo social, que enxergavam a mistura das raças como elemento degenerativo.

José Murilo de Carvalho denomina a ação política do Apostolado Positivista como fruto de uma tática “bolchevista”, e resalta o rigor com que alguns princípios doutrinários incorporados por Miguel Lemos marcaram a sua direção do Apostolado Positivista. Nesse sentido o autor se refere ao episódio da recusa de Lemos em não aceitar “(...) que o chefe anterior, J. R. de Mendonça, pudesse ser, ao mesmo tempo, positivista e senhor de escravos”.¹⁰

⁶ Riolando Azzi, *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p. 80.

⁷ Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, 392p.

⁸ *Ibid.*, p. 206.

⁹ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, 166p.

¹⁰ *Ibid.*, p.134.

O autor ainda ressalta que Miguel Lemos liderou o Apostolado Positivista convencido de possuir uma missão política, fato que o levou a definir os integrantes do Apostolado como integrantes de um “bolchevismo de classe média”, considerando que formariam essa classe média profissionais liberais de formação científica, como engenheiros, médicos, matemáticos e professores em geral. Para justificar sua interpretação, Carvalho apresentou um quadro indicando a ocupação dos membros do Apostolado em 1883, no qual os profissionais das áreas destacadas aparecem como a grande maioria. Nesse sentido, afirma Carvalho que a ação da instituição sob a liderança de Miguel Lemos era marcada por um “(...) voluntarismo político que acreditava poder forçar a marcha da história pela ação de uma vanguarda política bem organizada, homogênea, disciplinada ou, na expressão de Comte, pela ação de um núcleo fortemente organizado”.¹¹ O autor ressalta também, no mesmo sentido, que, como no bolchevismo leninista, onde não havia contradição com a filosofia da história, no marxismo assim como no positivismo, os homens não podem modificar as leis que governam a história. No entanto, os homens poderiam em ambas as perspectivas fazer com que essas leis governadas pela história caminhassem mais rápidas.

Cabe mencionarmos a crítica de Alonso¹² à idéia de apontar os positivistas do Apostolado ou qualquer outro intelectual da geração de 1870 como representantes de uma classe média. Ela considera questionável e perigosa a ligação feita por alguns estudiosos positivistas os setores médios urbanos, citando, por exemplo, Nachman¹³. Segundo a autora, esta interpretação equaliza o pertencimento a uma classe, em que representantes de grupos sociais novos, surgidos com o processo de modernização econômica do país, adotariam teorias coerentes aos seus interesses econômicos. Sobre essa questão, menciona Alonso que:

“(...) grupos modernos, como as classes médias ou a burguesia, adotariam teorias coerentes com seus interesses, isto é, variações do liberalismo (moderado por adjetivos, spenceriano, doutrinário, ou moderando substantivos, positivismo ilustrado). Esta equiparação apressada redundava em equívocos, como a apresentação dos filhos da elite imperial brasileira, de famílias socialmente enraizadas, como representantes de novas classe médias.”¹⁴

¹¹ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 139.

¹² Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p. 27.

¹³ Apud, *Ibid.*, p.27.

¹⁴ *Ibid.*, p. 28

Após a proclamação da República, alguns autores como Paim¹⁵ destacaram algum sucesso no propósito do Apostolado Positivista de influir sobre o momento. Nesse sentido, Paim considerou fundamental a atuação do então Ministro da Agricultura Demétrio Ribeiro, ressaltando que “(...) através desse ministro o Apostolado logrou encaminhar e ver aprovadas diversas proposições, algumas de menor alcance – o desenho da bandeira, a forma de saudação nos documentos oficiais, etc.- mas outras de grandes consequências, como é o caso da separação entre Estado e Igreja”.¹⁶ No entanto, Paim ressaltou que tais eventos serviram para exagerar a influência do Apostolado Positivista do Brasil, considerando, assim como Cruz Costa, que essa influência durou apenas dois meses, criando “(...) a fama inexata de haver o positivismo criado a República no Brasil”.¹⁷

Apesar de concordar com a idéia de que o Apostolado Positivista não teria tido o papel de “ator principal” para o advento da República, Ivan Lins destacou o respeito de alguns membros do Governo Provisório ao Apostolado, como Campos Sales, que se apressou em responder no dia 28 de março de 1890 à opinião de Miguel Lemos contra a prisão de um falso padre. Além de concordar com o ponto de vista de Lemos, agradeceu-lhe pela intervenção, acrescentando ainda as seguintes palavras:

“(...) Peço-vos mesmo que esclareçais com a vossa crítica honesta e elevada os atos do meu ministério, pois no desempenho dos meus deveres desejo mostrar-me digno da República, que muito deve a influência salutar dos vossos princípios e da vossa decidida propaganda”.¹⁸

A distinção clássica entre positivistas ortodoxos e heterodoxos é um ponto interessante para se identificar o Apostolado Positivista do Brasil. No entanto, algumas ressalvas sobre essa noção são aqui levantadas. Após a morte de Comte, duas correntes passaram a nortear o rumo do pensamento positivista na França. Dois discípulos de Comte, Pierre Laffite (ortodoxo) e Émile Littré (heterodoxo), lideravam os respectivos grupos. Essa distinção foi fruto das duas fases marcantes do pensamento de Comte. Em um primeiro momento, o pensamento de Augusto Comte, apesar de não ser simplesmente provido de fontes científicas, representava mais uma filosofia do que uma religião, e uma das perspectivas prioritárias era a observação dos fatos. Após o encontro com sua “musa inspiradora”, Clotilde de Vaux, como

¹⁵ Antonio Paim, *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: EUB, 1981, 108p.

¹⁶ Ibid., p. 7.

¹⁷ Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956, p. 245.

¹⁸ Apud, Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2009, 521p.

veremos neste trabalho, Comte passou a valorizar o lado afetivo e instituiu a chamada “Religião da Humanidade” com ritos particulares.

Ortodoxos eram os que aceitavam as obras que incluíam aspectos religiosos. No Brasil, o Apostolado Positivista do Brasil, liderado por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, apropriou-se de aspectos da doutrina de Comte, adaptando-os à realidade brasileira, a princípio sob a orientação ortodoxa de Laffite. Porém, anos depois, o Apostolado romperia com este líder da ortodoxia positivista na França e adotaria uma conduta particular. Membros de uma geração de intelectuais que criticava o regime monárquico, Lemos e Mendes militaram nos últimos anos do Império em favor do republicanismo e do abolicionismo.

Para destacar a forma pela qual o Apostolado Positivista do Brasil apropriou-se da doutrina positivista em favor de seus interesses políticos, o trabalho teve como suporte teórico o conceito de “repertório” de Angela Alonso¹⁹. Na concepção da autora, categorias como positivista ortodoxo ou liberal radical não são neutras; assim, redundaria em um equívoco apresentar a geração de 1870 que foi seu objeto de estudo, como meros importadores de ideias estrangeiras. Para Alonso “(...) Ler os textos brasileiros conforme graus de fidelidade doutrinária a teorias estrangeiras conduz sempre a um diagnóstico de insuficiência: a questão acaba formulada como relação de cópia/desvio entre sistemas nativos e estrangeiros”.²⁰ Como os líderes do Apostolado Positivista e outros demais adeptos do pensamento de Comte estão incluídos na geração analisada por Alonso, o conceito de “repertório” tornou-se importante para esse trabalho.

Os intelectuais estudados por Alonso (entre os quais estão incluídos Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes) adotavam critérios políticos de seleção ao se apropriarem de doutrinas filosóficas surgidas na Europa. A forma com que buscavam subsídios para desvendar linhas mais eficazes de ação política contribuiu para a criação de um repertório. Para explicar o conceito de repertório, Alonso cita um importante trecho de uma obra de Charles Tilly:

“(...) Repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta (...) e

¹⁹ Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, 392p.

²⁰ *Ibid.*, p.32.

designam (...) um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha”.²¹

Cruz Costa e Antonio Paim são citados por Alonso como os dois principais iniciadores da linhagem que definiu o movimento intelectual oitocentista como versão brasileira de correntes de idéias européias. Para a autora o conceito operatório de Paim está profundamente norteado pela noção de influência: “(...) O movimento intelectual aparece como feixe de réplicas nacionais de linhas de pensamento europeu, compondo escolas de pensamento”.²² A consequência disto, para Alonso, foi que os agentes (no caso a geração de intelectuais de 1870) filiados a alguma dessas escolas de pensamento foram elevados à categoria de filósofos. Assim, para Alonso, a conexão deles com a problemática social contemporânea desapareceu.

Alonso considera como problema, na análise de Cruz Costa, o fato de o padrão da formação nacional e o rescaldo colonial serem apresentados como obstáculos ao desenvolvimento de escolas nativas de pensamento. Segundo Alonso, Cruz Costa considera o positivismo a doutrina que contribuiu decisivamente para a criação de uma sociologia nacional, excluindo de sua análise “(...) todo o pensamento não-sistemático, não imediatamente sociológico”.²³ de intelectuais como Silva Jardim e Joaquim Nabuco, e não mencionando também o liberalismo do Segundo Reinado.

O mesmo problema se estende, segundo Alonso, a estudos que circunscrevem o movimento intelectual às instituições “intelectuais” do Império, como, por exemplo, a obra já aqui citada de Celso Castro. Embora os intelectuais da Escola Militar fossem altamente educados, para Alonso as escolas de ensino superior do Império não eram unidades de organização do movimento ou de produção coletiva, pois os membros do movimento de 1870 só passaram a integrar instituições propriamente intelectuais na República.

Em contrapartida, Renato Lemos²⁴ destacou a atuação de Benjamin Constant em alguns cargos no Império, como o de diretor do Instituto de Meninos Cegos e de professor na Escola Militar. No entanto, ressaltou que Constant mantinha “(...) uma postura neutra em face

²¹ Apud, Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p. 39.

²² *Ibid.*, p. 23.

²³ *Ibid.*, p. 25.

²⁴ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, 572p.

da questão republicana”.²⁵ O argumento é que sua postura talvez refletisse a pequena penetração do assunto na sociedade. Já em relação à abolição, Renato Lemos apontou Benjamin Constant como um reformista que “(...) interveio no processo de extinção gradual da escravidão”.²⁶ Constant apresentou um projeto para arrecadar recursos para o Fundo de Emancipação dos Escravos no Brasil ao então presidente do Conselho de Ministros no Império, o visconde de Rio de Branco.

A ação política de Constant como professor na Escola Militar também foi destacada por Renato Lemos, que, assim como Celso Castro, vinculou a mocidade da Escola Militar a uma formação que lhe proporcionou instrumentos de análise e intervenção social imediata. Conseqüentemente, ambos os autores defenderam que a mocidade militar conduziria Constant ao papel de líder político após a Proclamação da República, pois dentro das instituições em que atuou no Império Constant não foi um homem engajado nas lutas político-partidárias.

Em relação ao contato da mocidade militar com o positivismo, Renato Lemos ressaltou que “(...) a incorporação de uma doutrina que oferece uma resposta orgânica aos vazios existenciais e uma promessa de superação dos problemas individuais e sociais há de ter sido um poderoso elemento de mobilização da juventude da Escola Militar”.²⁷ Assim, o positivismo foi transformado em referencial para a visão de mundo desses jovens.

Ainda sobre o conceito de importação de modelos, José Murilo de Carvalho²⁸ rompe com essa abordagem ao tratar da forma com que os republicanos brasileiros adeptos de três correntes batalhavam para conquistar o papel de ideologia construtora do imaginário social republicano. Ele utilizou categorias como “jacobinismo à francesa” e “liberalismo à americana” para comparar a inspiração de alguns líderes republicanos nos símbolos da Revolução Francesa e Revolução Americana. Ou seja, ao invés de imitarem os modelos franceses e americanos, os republicanos brasileiros teriam se inspirado em tais modelos na batalha de símbolos, em busca da conquista do imaginário social. O autor ressaltou que nessa disputa a França teria fornecido o material mais rico de símbolos, alegorias, rituais e mitos

²⁵ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 260.

²⁶ *Ibid.*, p. 261.

²⁷ *Ibid.*, p. 271.

²⁸ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, 166p.

para os intelectuais republicanos se inspirarem na construção desse imaginário social, já que “(...) talvez pela menor necessidade de conquistar o coração e a cabeça de uma população já convertida aos novos valores, a revolução americana foi muito menos prolífica do que a francesa na produção de símbolos revolucionários”.²⁹

Entre os propagandistas do ideário republicano, Carvalho destacou que o entusiasmo pela França era inegável. O autor elege os positivistas do Apostolado, liderados por Miguel Lemos, como os mais articulados manipuladores de símbolos do novo regime, superando na organização os jacobinos. Para Carvalho, inspirar-se em modelos não era exclusividade dos republicanos brasileiros, pois, no seu entender, a busca de modelos externos seria universal. O autor explica como os “modelos importados” foram adaptados às circunstâncias locais pela elite política republicana.

A grande diferença entre Carvalho e Alonso está no ponto de partida, o primeiro aprofundou a pesquisa sobre como os republicanos brasileiros se inspiraram nos modelos estrangeiros, relacionando teoria estrangeira e realidade brasileira. Para Alonso a experiência compartilhada pelos componentes do movimento intelectual é o ponto de partida de análise, nela a consistência teórica tem menos valor do que o arranjo histórico e prático. Por haver uma pluralidade de fontes e nenhuma unidade teórica entre os positivistas brasileiros, na perspectiva de Alonso, categorias como positivistas ortodoxos e positivistas heterodoxos, baseados na filiação doutrinária da fase filosófica ou religiosa de Comte, não exprimem a intencionalidade que os positivistas da geração de 1870 tinham para utilizar a doutrina na ação política. A crítica a elementos políticos do sistema imperial como a escravidão e o catolicismo seria o ponto de partida. A escolha de um repertório político-intelectual europeu sistematizaria os anseios antimonárquicos desses positivistas.

Conforme buscaremos demonstrar no desenvolvimento da análise proposta, o positivismo atingiu uma forte influência no período de transição entre o Império e a República no Brasil. O Apostolado Positivista esteve atento a essa influência, participando ativamente das principais questões políticas da época e tendo versões próprias em temas como a política federalista, a educação, o movimento trabalhista e a separação entre Estado e Igreja. Ao longo desse trabalho, veremos que em alguns momentos o Apostolado Positivista se aliou com

²⁹ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 12.

positivistas que interpretavam a doutrina de outra forma, no intuito de expandir a influência do pensamento de Comte no país. Um grande exemplo foi o apoio da Igreja Positivista do Brasil ao governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, que se inspirou na proposta de Ditadura Republicana defendida pelo Apostolado, e se caracterizou por uma administração governamental autoritária.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro explicaremos o contexto do surgimento do pensamento positivista por intermédio da atuação de seu mentor Augusto Comte no debate intelectual da França. A partir disso, destacaremos aspectos que servem para esclarecer a cisão entre positivistas ortodoxos e heterodoxos para depois mostrar como as idéias positivistas se espalharam no contexto brasileiro. Neste mesmo capítulo, será destacada a formação da Sociedade Positivista do Brasil e da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, que se transformou em Igreja Positivista do Brasil quando Miguel Lemos assumiu a sua direção. As trajetórias de Miguel Lemos até esse posto e de Raimundo Teixeira Mendes até a vice-direção do Apostolado também serão analisadas.

No segundo capítulo, mostraremos que, com a Proclamação da República e o advento de um governo oriundo de um golpe, no qual a juventude militar positivista teve um papel muito importante, os líderes do Apostolado passaram a acreditar na possibilidade real da implantação de uma ditadura que progressivamente se tornasse definitiva. Será destacada a militância do Apostolado para que o Governo aprovasse decretos favoráveis às suas aspirações, além das relações entre o Apostolado Positivista e o governo autoritário de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul.

No terceiro capítulo, será destacada a influência do positivismo em diferentes questões da sociedade brasileira e o papel desempenhado pelo Apostolado nesse sentido. Daremos destaque, assim, à separação entre Igreja e Estado às propostas positivistas para o ensino e para a incorporação do proletariado na sociedade. O respeito à liberdade espiritual, a oposição à criação de universidades pelo Apostolado Positivista e a apropriação de aspectos da doutrina positivista pelo movimento operário no início da República também serão temas abordados neste capítulo.

Os folhetos publicados pelo Apostolado Positivista do Brasil foram fontes fundamentais para identificarmos os ideais defendidos pela instituição. Priorizamos os folhetos que vão desde o ano de fundação do Apostolado, em 1881, até o ano de promulgação

da primeira constituição republicana, em 1891. Este é o recorte temporal adotado na pesquisa, conforme mencionamos. Dentro desse período foram selecionados folhetos que mostravam a opinião dos líderes do Apostolado sobre temas centrais da nossa análise. Publicações de distintas personalidades influenciadas pelo positivismo em jornais, revistas e livros também foram utilizadas, assim como o que foi publicado por opositores à doutrina positivista e à ação do Apostolado.

1 O POSITIVISMO DE AUGUSTO COMTE E SUA DIFUSÃO NO BRASIL

1.1 Breves considerações sobre o positivismo de Comte

É fato reconhecido pela historiografia que o positivismo teve uma grande influência na sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX, com maior ênfase em centros urbanos como o Rio de Janeiro. Para entender a forma como a doutrina positivista chegou ao Brasil, é necessário, mostrar alguns aspectos da trajetória de seu mentor Augusto Comte, e também como o positivismo se espalhou no meio intelectual francês da época.

A origem do positivismo aqui estudado remonta-nos à França onde nasceu seu mentor Augusto Comte, na cidade de Montpellier, no dia 19 de janeiro de 1798. Comte não era oriundo de uma família de reconhecidos intelectuais. Era filho de um fiscal de impostos que trabalhou como tesoureiro da Recebedoria Geral do Departamento de Hérault e tinha uma situação econômica considerada precária. Aos quinze anos, Comte ingressou na Escola Politécnica de Paris, onde teve contato com diversos estudiosos como Saint-Simon e o físico Sadi Carnot, que influenciaram diretamente na elaboração do seu pensamento.

A Escola Politécnica foi acusada de jacobinista e bonapartista e durante a Restauração dos Bourbons acabou fechada. De acordo com João Ribeiro Junior, “Comte, envolvido em vários incidentes contra o novo governo, foi expulso da Escola e colocado sob vigilância policial. Este ato fechou-lhe a carreira dos serviços públicos”.³⁰

A teoria dos três estados é base fundamental para entender o viés evolucionista do pensador. Segundo Comte, o homem ao longo de sua existência estava fadado a viver

³⁰ João Ribeiro Júnior, *Augusto Comte e o Positivismo*. São Paulo: Ed, Campinas, 2003, p.2.

primeiramente o Estado teológico, dividido em três fases (fetichista, politeísta e monoteísta), seguido do Estado metafísico para depois atingir o Estado positivo. Conforme observou Giannotti, “(...) a marcha progressiva do espírito humano é considerada para Comte o ponto de partida para explicar o caráter próprio da filosofia positiva”³¹, pois uma concepção qualquer só pode ser bem conhecida por sua história.

Para elaborar a “Lei dos três Estados” explicitada em uma de suas obras clássicas, o *Curso de Filosofia Positiva*, Comte foi influenciado pela obra do físico Turgot – *Plano de Dois Discursos sobre a História Universal* (1751), que, segundo Ribeiro Junior, “(...) entrevira a Lei dos três Estados na definição da História Universal como o estudo dos progressos sucessivos do gênero humano e o exame particular das causas que contribuíram para eles.”³² O fator decisivo na formação de Comte foi o estudo intitulado, *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano* de Condorcet, pois, trazia o modo de aperfeiçoamento do espírito humano de forma progressiva, perspectiva que influenciou diretamente o pensamento de Comte.

O estado positivo se caracterizava pelo abandono da busca da origem do universo pelo homem. O raciocínio combina-se com a observação, reduzindo os fatos aos seus termos reais, e o pensamento crítico perde força perante a verdade incontestável desses fatos.

O verdadeiro espírito filosófico agregava para Comte a necessidade de integrar os conhecimentos astronômicos do novo sistema de filosofia geral, caracterizado pela preponderância do ponto de vista histórico e social. Daí o recurso à “grande lei” sobre a evolução intelectual da Humanidade. Religião e ideologia aparecem na Teoria dos três estados de Comte como estágios que progressivamente vão sendo superados pelo conhecimento da ciência positiva. “(...) A ciência exibe também sua superioridade ao ser capaz de explicar histórica e sociologicamente como surgem e evoluem as religiões e ideologias”.³³

Antes de elaborar a “lei dos três estados”, muito de seu amadurecimento no ambiente intelectual ocorreu quando entre os anos de 1818 e 1823, quando foi secretário de Saint-Simon (1760-1825). Para Saint-Simon, “(...) o encargo da organização da sociedade deverá

³¹ Cf. José Giannotti, J. A. *Os pensadores: COMTE, A.* São Paulo: Ed, Abril cultural, 1978, p. 3.

³² João Ribeiro Júnior, *Augusto Comte e o Positivismo.* São Paulo: Ed, Campinas, 2003, p. 4.

³³ Alberto Cupani, *A crítica positivista ao futuro da filosofia.* Florianópolis: Editora da UFCS, 1985, p. 23.

ser cedido aos mais capazes – a classe industrial –, já que o filósofo não aceita ajuda por parte do Estado.”³⁴ Isso significava uma substituição de um governo político por um governo econômico, consagrando a elite industrial da época. Este predomínio de autoridade influenciou o pensamento de Comte, que politicamente viria a defender um regime autoritário, pautado por princípios morais incontestáveis.

Saint-Simon considerava a sociedade do futuro como “(...) uma espécie de Nação-Estado corporativa na qual os líderes da indústria assumiriam funções políticas de relevo.”³⁵ Em relação aos ganhos pecuniários, que a produção industrial trouxesse ao capital, Alfredo Bosi³⁶ destacou que, no “sansimonismo”, esses poderiam ser redimidos de qualquer mancha egoísta pela instituição de uma *sociedade altruísta*, termo cunhado então para designar um regime próspero e distributivo. Nessa sociedade os fortes teriam a recompensa do mérito e os fracos a assistência benévola. Bosi lembrou também que na França de Napoleão III quase todos os empresários que lograram exercer uma função duradoura eram “socialistas sansimonianos”.

Em julho de 1819, Augusto Comte publicou seu primeiro trabalho³⁷ na revista *Le Censeur*, intitulado *Separação geral entre opiniões e desejos*. Neste trabalho, defendeu a transformação da política numa ciência positiva, baseada na observação e na experiência. A ciência foi colocada como principal motor do progresso humano. Comte reconheceu o lado objetivo da ciência que formula de maneira mais clara e unívoca os problemas, e por isso valoriza as ciências naturais. O caráter perfectível do conhecimento científico é ligado a “(...) outra propriedade sua: a de ser um conhecimento progressivo.”³⁸ Portanto, para Comte o saber humano aumenta progressivamente sem cessar, graças à ciência.

O que caracterizou os textos escritos por Comte, no período em que era secretário de Saint-Simon, foi a necessidade que aumentou gradativamente de construir uma teoria social que superasse as “metafísicas revolucionárias”. Um exemplo de teoria a ser superada era a do

³⁴ João Ribeiro Júnior, op.cit., p. 8.

³⁵ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 3 ed., 1995, p. 274.

³⁶ Ibid, p. 274.

³⁷ Em 1817, Comte teria escrito um ensaio intitulado “*Programa dos trabalhos que serão empregados na obra A indústria*”. No entanto, este texto foi assinado por Saint-Simon.

³⁸ Alberto Cupani, *A crítica positivista ao futuro da filosofia*. Florianópolis: Editora da UFCS, 1985, p. 16.

moderno comunismo, que tinha aspectos considerados por Comte capazes de colocar em risco a sociedade causando desordem. O pensador desejava reformar a sociedade e organizá-la sobre bases novas. Sua vida intelectual começou marcada “(...) por um progressivo abandono das “velhas idéias” do século XVIII, particularmente o contratualismo de Rousseau e a liberdade econômica, inspirada na obra de Adam Smith”.³⁹

Alfredo Bosi, ao explicitar a natureza contrarrevolucionária dos pensamentos de Simon e Comte, destacou que “(...) O capitalismo na França começou, portanto, a autorregular-se mediante um projeto de aliança dos empresários com um Estado previsor e provedor, traçando um caminho em parte distinto do capitalismo inglês.”⁴⁰ O pensamento de Simon, para Bosi, atraiu a burguesia industrial de formação politécnica, que adotou uma estratégia reformista, a qual seria inviável sem a participação direta do aparelho estatal. O Estado deveria intervir estimulando a produção, mas paralelamente corrigindo as desigualdades do mercado. A aspiração pela vigência de forças morais e políticas, tanto na teoria de Simon quanto na de Comte, serviu para a burguesia industrial francesa retificar “(...) a licenciosidade e o empirismo industrialista”.⁴¹

Bosi mostrou, com essa análise, que o desenvolvimento técnico e econômico das nações europeias não foi um subproduto automático da Revolução Industrial, pois o positivismo serviu como um instrumento para a burguesia industrial francesa na disputas entre forças modernizantes e tradicionais. Desse jogo de forças, para Bosi, “(...) situado no tempo e no espaço, teriam resultado estilos nacionais de desenvolvimento”.⁴²

Comte sofreu influencia do liberalismo político e econômico em seus primeiros escritos, por considerar naquele momento a liberdade econômica como uma ordem sábia e não anárquica. Porém, ao ter contato, junto com Saint-Simon, com a obra *Du Pape* de Joseph De Maistre, tornou-se progressivamente um adversário do individualismo tanto político como econômico. Segundo Benoit, o que mais revoltava Comte era “(...) a indiferença com que os economistas liberais tratavam os problemas sociais.”⁴³ O pensador passou a criticar os

³⁹ Lelita Oliveira Benoit, *Sociologia comteana: Gênese e Devir*. São Paulo: Editora Discurso Editorial, 1999, p. 31.

⁴⁰ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 3 ed., 1995, p. 274.

⁴¹ Ibid., p. 274.

⁴² Ibid., p.275.

⁴³ Lelita Oliveira Benoit, op. cit., p. 31.

teóricos liberais por considerá-los incapazes de responder às questões sociais decorrentes do processo de industrialização.

Seu novo posicionamento expressava também o início dos conflitos ideológicos com Saint-Simon. Entretanto, Comte não romperia completamente com todo arcabouço teórico aprendido com Saint-Simon, o qual seria utilizado na elaboração da lei dos três estados. Na obra *A Indústria*, Simon propunha uma forma de se enfrentar a desordem reinante na Europa por intermédio da política e da moral. Simon ressaltou que a passagem do politeísmo para o monoteísmo foi importante para evolução moral da humanidade. Em sua Lei, Comte ressaltava o monoteísmo como o estado mais evoluído da fase teológica de uma humanidade que progrediria inevitavelmente até alcançar a fase positiva.

No entanto, os dois viriam a se opor em diferentes aspectos. Além da posterior oposição de Comte ao liberalismo econômico, os pontos de vista de ambos sobre as ciências físicas e matemáticas eram bem antagônicos. Para Simon, essas duas ciências deveriam ser colocadas em um plano secundário, pois, além de menos importantes também significavam uma oposição à moral. Já Comte defendia a ideia de que o conhecimento dessas ciências determinaria o aperfeiçoamento moral da humanidade.

Em 1818, Comte enviou duas cartas anônimas a Saint-Simon. Essas cartas tiveram a intenção de expressar que a obra *A indústria* fracassaria pela falsidade do terceiro volume, que fugia da intenção inicial da obra de focar a parte teórica de sua ideia fundamental, dando excessiva atenção à parte prática. Comte alegava que:

“(...) os industriais não estão habituados a combinar seus interesses particulares com o interesse geral; foram educados no sentimento de temor e de subordinação cega com respeito ao governo, e têm menos pressa em acabar com os abusos do que em fazê-los se voltar para seus interesses privados”.⁴⁴

O “leitor anônimo” criticava a tendência de *A Indústria* de abandonar sua ideia fundamental, de discutir a teoria da ciência social com outros pensadores sociais. Para Comte, isso seria mais fácil e fecundo do que tentar concretizar ideias sociais em práticas imediatas. Saint-Simon tentava apressadamente promover uma reforma na sociedade sem ter desenvolvido uma “teoria social científica”. Ficava claro o confronto entre duas concepções

⁴⁴ Lelita Oliveira Benoit, *Sociologia comteana: Gênese e Devir*. São Paulo: Editora Discurso Editorial, 1999, p. 66.

opostas. Comte considerava a teoria social como assunto restrito ao interesse “científico”. Já Saint-Simon considerava que a prática social “(...) é o que, em grande parte, determina e condiciona a existência da teoria social”.⁴⁵ Essa “teoria social científica” seria, para Comte, a única pautada no restabelecimento de uma ordem social definitiva.

Na crítica exposta nas duas cartas, Comte deixou bem claro que não acreditava que a economia política por si só fosse uma ciência. E por isso faltava a esta economia base científica para a formação de uma “política positiva”, que seria necessária segundo o pensador. A junção da base científica e da economia política resultaria em uma teoria social que poderia dar uma nova direção moral à sociedade. Essa nova ciência viria a ser chamada de física social. A ideia era descobrir uma nova forma de organização social que não desse razão “(...) nem aos revolucionários nem aos retrógrados e, de imediato combate uma ilusão que, persistindo, retarda a formação de uma verdadeira doutrina orgânica”.⁴⁶

Em 1819, Comte produziu três artigos para *O Censor Europeu*, “(...) que nada mais era do que uma publicação liberal voltada para as grandes questões de economia política”.⁴⁷ No mesmo ano, escreveu fragmentos de textos, posteriormente publicados por um de seus futuros discípulos, Pierre Laffite, sob o título *Opúsculos relativos à fundação da ciência social*. Esses fragmentos traziam conceitos para a criação da teoria social positiva sem efeitos práticos imediatos, e sim contribuindo para iniciar uma nova direção gradativamente para a sociedade.

A nova teoria social deveria se apoiar em fatos positivos, ao contrário das teorias políticas vinculadas à antiga ordem. Assim sendo, deveria ser baseada em fatos “(...) que positivamente possam ser úteis para aprimorar a ação do homem sobre o mundo”.⁴⁸ Para isso, esta teoria deveria ser fundada exclusivamente sobre observações. Em 1820, Comte publicou no jornal *Le Organisateur* o artigo intitulado *Sumária apreciação do conjunto do passado moderno*. Nesta publicação, ele adverte que a nova teoria deveria preconizar o poder científico, caracterizado pela junção de capacidade científica e industrial, para superar o antigo poder medieval teológico e militar.

⁴⁵ Lelita Oliveira Benoit, *Sociologia comteana: Gênese e Devir*. São Paulo: Editora Discurso Editorial, 1999, p. 67.

⁴⁶ Lauréti Fédi, *Comte*, São Paulo: tradução de Mauro Pinheiro. São Paulo: Ed, Estação Liberdade, 2008, p. 16.

⁴⁷ Lelita Oliveira Benoit, op. cit., p. 83.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 90.

Embora Augusto Comte continuasse secretário de Saint-Simon, suas ideias “(...) foram se desenvolvendo, independentes das de Saint-Simon, e acabaram por provocar um tal desacordo com as do mestre e amigo, que uma ruptura tornou-se inevitável”.⁴⁹

Após a publicação, em 1822, do *Plano dos trabalhos científicos necessários para organizar a sociedade*, reimpresso em 1824 com o título de *Sistema de Política Positiva*, o rompimento entre Comte e Saint-Simon foi sacramentado. A obra tinha como objetivo fundar uma física social alicerçada no amadurecimento da crítica de Comte a alguns aspectos do pensamento saint-simoniano. Era, portanto, o produto da tentativa do pensador em dar base científica à economia política, trazendo uma nova teoria social que assegurasse a transição da humanidade para o Estado Positivo. Foi também o primeiro momento em que Comte discutiu o conceito da Lei dos três estados.

O texto ressalta a importância de Montesquieu e Condorcet, por terem sido precursores de importantes descobertas teóricas que influenciariam a fundação da física social de caráter positivista. O primeiro se destaca por ter apresentado a idéia de “lei social”, que por ser científica resultava da observação dos fatos; e também por ter ressaltado a influência política das físicas locais, ao estudar as relações entre clima e leis sociais. Porém, para Comte, o que faltou a Montesquieu foi introduzir o progresso social em sua concepção histórica. O mérito de Condorcet teria sido justamente enxergar que a civilização estaria sujeita a uma marcha progressiva, submetida às leis naturais.

Com a publicação da obra *Considerações filosóficas sobre as ciências e os cientistas em 1825*, Comte mostra a ordem histórica do advento das ciências, que deveriam ser ensinadas na seguinte ordem: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia (física social). Se observarmos a escada da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro, veremos que cada um dos sete degraus tem todas aquelas disciplinas escritas exatamente nessa ordem. A única diferença é a introdução do sétimo elemento, não necessariamente científico, que era a moral. “O poder espiritual no novo regime cabe aos cientistas, com a condição de que se forme entre eles uma nova classe, voltada unicamente aos trabalhos de

⁴⁹ João Ribeiro Júnior, *Augusto Comte e o Positivismo*. São Paulo: Ed, Campinas, 2003, p. 10.

filosofia positiva e de sociologia”.⁵⁰ A sociologia, criada com a denominação de física social por Comte, era para ele um instrumento fundamental no progresso da humanidade.

A partir de 1830, Comte iniciou a publicação de obras que eram consideradas uma espécie de codificação ou manual de sua doutrina. A primeira foi o *Curso de Filosofia Positiva*, que possui seis volumes e foi concluída em 1842. O viés sociológico da produção faz duras críticas ao individualismo presente no pensamento liberal. Além disso, propõe o novo método positivo, atribuindo a cada ciência uma consequência: para a matemática, a dedução; para a astronomia, a observação; para a física, a experimentação; para a química, a nomenclatura; para a biologia, a comparação; para a sociologia, a filiação histórica; e, para a moral, a construção objetiva. Os cientistas, dotados de capacidade espontânea para entender o método, organizariam a sociedade espiritualmente para a manutenção da ordem e o afastamento da ameaça anarquista.

O *Curso de filosofia positiva* teria o papel de incorporar a política, considerada na obra uma ciência secundária, à sociologia, tendo em vista ser esta “(...) considerada no tempo e no espaço, não como entidade abstrata, mas como um todo natural, vivo, composto de seres humanos que agem livremente segundo sua natureza”.⁵¹ Apesar dessa liberdade atribuída ao ser social, para Comte, os seres humanos viviam em uma estrutura em que os fenômenos eram submetidos a leis imutáveis. Essas leis naturais da vida social constituiriam uma “ordem ideal”, cimentada pelo progresso resultante do desenvolvimento da indústria e da ciência.

Não é por acaso que Comte, ao contrário de seus antecessores Condorcet e Saint-Simon, foi considerado o fundador do positivismo. O filósofo, como ressaltou Lowy, “(...) inaugura a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, quer dizer, em sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida”.⁵² O método positivo, ao estabelecer uma ordem real, visou afastar a ameaça de ideias consideradas subversivas do socialismo utópico. Essa característica dava ao positivismo um caráter contrarrevolucionário, ressaltado na crítica de Comte à “anarquia”.

⁵⁰ João Ribeiro Júnior, *Augusto Comte e o Positivismo*. São Paulo: Ed, Campinas, 2003, p. 13.

⁵¹ *Ibid.*, p. 21.

⁵² Michael Lowy, *As aventuras de Kark Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento*. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Lowy. 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

Por conflitos com ideológicos e acadêmicos do país, Comte recebeu a recusa de uma solicitação sua para ocupar a cadeira de análise na Politécnica. O pensador lecionou um curso popular de Astronomia desde 1831, na prefeitura do terceiro distrito de Paris. Sobre tal experiência, afirmou:

“Quis, com este exemplo, dar, na medida de minhas forças, o sinal antecipado desta combinação entre o poder especulativo e a força popular, que posteriormente deverá determinar a reorganização política, quando a razão pública estiver convenientemente preparada”.⁵³

Na reorganização política, a ordem para a incorporação do proletariado na sociedade passaria pelo respeito às leis naturais.

“(…) Tratava-se de “integrar” as forças da desordem – o proletariado – à ordem, sob a direção de uma elite ilustrada pela cultura científica. Um conjunto de reformas voltadas para o progresso com destaque para a educacional – viabilizaria a integração, elemento estratégico de prevenção de revoluções”.⁵⁴

Em 1844, publicou o *Tratado Filosófico de Astronomia Popular*, que era a reprodução do curso de Astronomia. Nesse mesmo ano, publicou uma de suas obras mais marcantes, republicada em separado, posteriormente, e intitulada *Discurso sobre o Espírito Positivo*, onde designou o termo *positivo* como o real, útil, certo, prático, relativo, orgânico e simpático.

O ano marcou também sua definitiva separação da esposa Caroline Massin; porém, “(...) não se divorciara, por ser contrário ao divórcio. As suas relações com ela limitavam-se ao pagamento de uma pensão, que ele não cessou em lhe dar, apesar dos apuros financeiros”.⁵⁵ Assim o fez por considerar dever moral de um homem sustentar a mulher.

Em 1845, conheceu casualmente: Charlotte Clotilde Josephine Marie de Vaux, irmã de um antigo aluno. Comte apaixonou-se por Clotilde pelo fato de que, mesmo tendo desaparecido há muitos anos o marido de Clotilde, esta não deixava que a sua relação com o filósofo passasse de uma forte amizade. O desaparecimento do então marido de Clotilde ocorreu após o descobrimento de que ele desviou dinheiro público para o pagamento de dívidas pessoais. Acreditava-se na época que ele havia se suicidado.

⁵³ Augusto, Comte. *Discurso sobre espírito positivo*. [tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Roberto Leal Ferreira] São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 18.

⁵⁴ Renato Lemos, “Benjamin Constant e o positivismo na periferia do capitalismo [p. 207-215]”. In: Marta de Almeida e Moema de Rezende Vergara (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Mast, 2008. Textos organizados originalmente para as mesas-redondas do seminário História das Ciências no Brasil, realizado em 2006, comemorativo dos 21 anos do MAST.

⁵⁵ João Ribeiro Júnior, *Augusto Comte e o Positivismo*. São Paulo: Ed, Campinas, 2003, p. 27.

Com a morte de Clotilde, em 5 de abril de 1846, Comte “(...) pretendeu transformá-la em nova Beatriz, a musa de Dante”.⁵⁶ Usando Clotilde como “modelo ideal”, o filósofo passou a considerar no seu pensamento a superioridade feminina, por acreditar que as mulheres seriam moralmente mais dignas que os homens. No entanto, essa valorização da figura da mulher foi aplicada na reafirmação de seu papel de trabalhadora do lar. Essa imagem do feminino relacionava-se aos princípios religiosos da época. A doutrina de Comte passou a considerar que a mulher, por ser moralmente superior ao homem, deveria cuidar do crescimento dos seus filhos no lar para a melhor evolução moral da sociedade.

Nesta época, a castidade que teria marcado sua relação com Clotilde de Vaux inspirou-o a idealizar a “religião da humanidade”. *Política Positiva ou tratado da Sociologia instituindo a religião da humanidade*, em quatro volumes; e o *Catecismo Positivista* ou *Exposição Sumária da Religião Universal* são obras nas quais ele sintetiza suas ideias sobre a nova religião. Neste novo momento, o filósofo não negou suas obras anteriores, mas juntou filosofia e religião. Mesmo antes do encontro com Clotilde, o pensamento de Comte já exibía elementos que não provinham, como ressaltou Carvalho, “(...) simplesmente de fontes científicas ou positivistas, no sentido estrito do termo”.⁵⁷ Na opinião do autor, Comte, que criticava em Saint-Simon a tendência de imitar o catolicismo, manifestava a mesma tendência ao querer substituir a utopia católica da Idade Média pela utopia leiga da Idade Positiva. Clotilde teve uma influência grande na elaborada visão da mulher e seu papel na evolução social.

O positivismo de Comte considerava a mulher como um “ser” de natureza dominada pela afetividade, e por isso representaria a maioria dos seres humanos de inteligência inferior, “(...) maioria esta que, no culto ao feminino, deve identificar a glorificação de suas próprias diferenças”.⁵⁸ Seu papel, para Comte, seria o de educar moralmente as massas populares até sua puberdade. Essa tarefa dava à mulher um local privilegiado na elaboração de uma teoria religioso-educativa. O culto à mulher também está presente na religião da humanidade, onde

⁵⁶ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 8.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 130.

⁵⁸ Lelita Oliveira Benoit, *Sociologia comteana: Gênese e Devir*. São Paulo: Editora Discurso Editorial, 1999, p. 378.

“(...) a Virgem católica, alegoria da Igreja, tornou-se no positivismo a Virgem-Mãe, alegoria da humanidade”.⁵⁹

A fase religiosa de seu pensamento traz à tona expressões que se tornaram lema de sua doutrina, como, por exemplo: “O amor por princípio; a ordem por base; o progresso por fim” ou “Viver para outrem”. Comte caracterizou as diversas religiões como encaminhamentos para a religião final e universal, a positivista, mantendo o caráter evolucionista de seu pensamento. Esta religião passa a ser dotada de ritos, sacramentos e festas: “(...) no plano do discurso, o tom se torna quase profético, encantatório”.⁶⁰

O sentimento para Comte passa a ser o centro organizador entre inteligência, representada pelo conhecimento das ciências, e atividade, representada pelo poder da indústria. Sem o sentimento, não haveria nem unidade nem consenso. O conhecimento científico sem a preocupação moral levaria o homem a cair nas teias de sua vaidade e egoísmo. O sentimento seria fundamental para a continuidade de nossa existência, pois, “(...) cansamos de pensar e mesmo de agir; mas nunca cansamos de amar”.⁶¹ Porém, esse sentimento tem como um de seus atributos a fé, que não deveria ser interpretada como teológica, e sim como responsável por relacionar teoria com o real, a fim de orientar a prática. A fé tem para Comte o papel social de educar o poder espiritual, que ao contrário do teologismo deveria ser regido pelas leis positivas.

Na fase religiosa, Comte considerou que o estudo da lei natural se estenderia à humanidade pelas leis sociais ou positivas sobre justa dominação do coração. A era moderna teria desenvolvido o debate entre razão e sentimento para penetrar no regime necessário à sua natureza. Quando opostas, essas duas concepções não teriam alcançado a fórmula de mudar o caráter do homem, que, a seu ver, naquele momento, era a da religião positiva. A religião positiva deveria ser pensada como elemento central de um “pacto moderno” baseado em responsabilidades. “(...) as cláusulas do pacto positivista estabelecem os deveres dos “chefes temporais” com relações a seus “inferiores” e destes para com os primeiros, que são, respectivamente: “(...) o dever de proteger e o dever de se submeter.”⁶² Essa relação é um

⁵⁹ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 130.

⁶⁰ Lauréti Fédi, *Comte*, São Paulo: tradução de Mauro Pinheiro. São Paulo: Ed, Estação Liberdade, 2008, p. 39.

⁶¹ *Ibid.*, p. 43.

⁶² Lelita Oliveira Benoit, *Sociologia comteana: Gênese e Devir*. São Paulo: Editora Discurso Editorial, 1999 p. 380.

pressuposto importante para Comte defender a incorporação do proletariado à sociedade moderna, um dos lemas de sua doutrina. Os ricos teriam obrigação moral de garantir ao proletariado as condições mínimas para sua participação na sociedade e, para orientá-los nessa tarefa, a criação de uma Igreja Positivista seria de suma importância.

Com o sentimento colocado acima de razão, os elementos religiosos passaram a predominar sobre os aspectos científicos. “(...) Segundo sua própria confissão, Comte passou a unir o instinto social de romanos (a virtude cívica) à cultura afetiva da Idade Média, expressa nas tradições do catolicismo”.⁶³ A partir dessa característica, Carvalho⁶⁴ ressaltou que, apesar de fugir completamente do individualismo, Comte não o substituiu pela vontade geral como Rousseau, por também considerar essa noção como sendo metafísica. Ao invés da vontade geral, Comte introduziu a vivência comunitária, a família e a pátria, elementos essenciais nas suas considerações para o progresso da humanidade.

O caráter contrarrevolucionário do pensamento de Comte esteve presente também em suas análises sobre a história da religião. A desordem que a “anarquia moderna” teria trazido ao mundo, foi para o pensador resultado da “(...) falência da doutrina teológica”.⁶⁵ O filósofo francês considerava que a teologia católica foi capaz de manter a ordem social durante o período da Idade Média; porém, com suas limitações, não tivera condições de resistir, conforme mencionou Azzi, “(...) aos embates do movimento revolucionário e anárquico”.⁶⁶ Para Comte, esse movimento era destrutivo para os valores morais e sociais da humanidade. O positivismo canalizaria as religiões desenvolvendo-se a partir delas, sobretudo do catolicismo. O protestantismo significava para Comte o início da revolução moderna, que na opinião do filósofo começou, porque as crenças teológicas não correspondiam às exigências sociais e morais.

Comte adotou alguns rituais do catolicismo por considerar o positivismo como a religião que seria a “sucessora natural” da católica, principalmente, na manutenção de uma

⁶³ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 22.

⁶⁴ *Ibid.*, p.22

⁶⁵ Riolando Azzi, *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p.77.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 77.

ordem social. Portanto, os futuros sacerdotes positivistas seriam os herdeiros do sacerdócio católico que seria superado pela “razão científica”.

Emile Littré, até então o grande discípulo de Comte, rompe com seu mestre por discordar do acréscimo dos princípios religiosos na doutrina, tornando-se líder de um grupo dissidente. Inaugurando uma distinção clássica entre os positivistas, os seguidores de Littré passaram a ser chamados de positivistas heterodoxos. Os que concordavam com as transformações que incluíam a criação da nova religião passaram a ser chamados de positivistas ortodoxos. O discípulo de Comte que liderou este grupo após sua morte, em 1857, foi Pierre Laffite.

No Brasil, o positivismo foi disseminado rapidamente em instituições de ensino, como a Escola Militar e a Escola Politécnica, ambas na cidade do Rio, corte imperial e depois capital republicana. A primeira obra de caráter positivista produzida no Brasil, como destacou Giannotti⁶⁷, foi uma tese de doutoramento em ciências físicas e naturais defendida por Manuel Joaquim Pereira de Sá na Escola Militar no ano de 1850. Como ressaltou Ivan Lins, alguns brasileiros frequentaram na Escola Politécnica da França os cursos de Augusto Comte, sendo três ainda seus alunos particulares, como, por exemplo, José P. d` Almeida que, segundo Lins, “(...) figura na lista dos discípulos particulares de Comte desde janeiro de 1837, com o pagamento mensal de 80 francos”.⁶⁸

O que favoreceu a divulgação do positivismo na capital da corte foi a frequência com que muitas personalidades de grande influência na vida política e cultural do país viajavam à França, que era talvez, como ressaltou Renato Lemos, o país de mais “(...) influente forja de ideias em todas as áreas da produção humana no Ocidente de meados do século XIX”.⁶⁹

O positivismo cresceu de forma bastante fragmentada no Brasil. A disseminação das ideias não pode ser identificada como uma simples importação de modelos. A geração de intelectuais de 1870 que Alonso apresentou na obra *Idéias em movimento*⁷⁰ era composta por pensadores atuantes na política brasileira, como Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Rui

⁶⁷ José Arthur Giannotti, *Os pensadores: COMTE, A.* São Paulo: Ed, Abril cultural, 1978, p. 16.

⁶⁸ Ivan Lins, op. cit., 2009, p. 27.

⁶⁹ Renato Lemos, op. cit., 2008, p. 3.

⁷⁰ Angela Alonso, *Idéias em movimento.* São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, 392p.

Barbosa, Alberto Sales, Campos Sales, Assis Brasil e Silva Jardim. Em sua obra, Alonso mencionou a influência das correntes de pensamento surgidas na Europa no século XIX sobre a geração de 1870, incluindo o positivismo de Augusto Comte. Os dois grandes líderes da ortodoxia positivista na transição da Monarquia para a República, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, foram destacados na obra referida como membros da geração de intelectuais da década de 70 do século XIX no Brasil.

Uma característica dessa geração foi a capacidade de relacionar teorias surgidas na Europa, como o “darwinismo”, “positivismo”, “spencerianismo” e o “liberalismo”, à realidade brasileira. Com isso, a geração criou um repertório intelectual para contestar o regime monárquico. Os grandes núcleos dessa contestação, como destacou Alonso, foram os símbolos do *status quo* imperial⁷¹: o indianismo romântico, o liberalismo estamental e o catolicismo hierárquico, que passaram a estar no centro da contestação dos novos agentes políticos.

É preciso evidenciar também a distinção de ser positivista na França e no Brasil. Essa onda cientificista que se disseminou nos centros culturais do Brasil, era, como destacou Renato Lemos,

“(…) um desdobramento, ligeiramente tardio, do culto à ciência praticado na Europa desde o século anterior. Entre nós, o cientificismo abalou o *status quo* intelectual, aquele conjunto de ideias, solidamente estabelecidas no país, que dava suporte às diversas concepções de vida elaboradas durante a construção do Império”.⁷²

O culto ao método científico era característico não apenas do positivismo, mas também de outras escolas de pensamento filosófico vindas da Europa, como o spencerianismo e o darwinismo. Silvio Romero, um dos intelectuais que sofreu influência dessas escolas de pensamento, classificou as novas formas de pensamento como “um bando de ideias novas”. Ao cultuarem o método científico, por influência de doutrinas como o positivismo, intelectuais republicanos estavam se contrapondo ao pensamento romântico, fortemente influente no Império, que estimulava uma atitude idealizadora da realidade.

Roberto Schwarz⁷³ ressalta a contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico de países como a França, que servia de modelo a “nações periféricas”.

⁷¹ Os três núcleos são ressaltados por Angela Alonso, op. cit., p.56.

⁷² Renato Lemos, op. cit., 2008, p.2.

⁷³ Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo/Machado de Assis*. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 1990.

Mencionando que a ideia de “cópia” de modelos tornou-se um problema discutido com maior ênfase após a Independência do Brasil, o autor destacou que o caráter não revolucionário da Independência manteve a estrutura econômico-social intacta, agora em benefício das classes dominantes locais. Diante disso, as formas modernas de civilização, implicando liberdade e cidadania, teriam inevitavelmente aparência estrangeira.

Schwarz elucidou que a ideia de transplante cultural oculta o essencial, pois concentra a crítica na relação entre elite e modelo, quando o ponto decisivo está na segregação dos excluídos do universo da cultura. Outro ponto que Schwarz destaca é que a ideia de “cópia” opõe o estrangeiro ao nacional e o original ao imitado, oposições irreais e que criam três elementos: um sujeito brasileiro, a realidade do país, e a civilização das nações adiantadas, em que o terceiro elemento ajuda o primeiro a esquecer o segundo.

Schwarz entende que grande parte da intelectualidade brasileira, de fato, copia ideias de fora que seriam completamente incompatíveis com a realidade do país. Ele defende que as idéias importadas estão fora do lugar. A posição de Schwarz não é a adotada no presente trabalho, que defende que as ideias são recriadas pelos intelectuais brasileiros a partir da realidade e das especificidades do país.

1.2 A cisão entre positivistas ortodoxos e heterodoxos

Em 1881, a morte de Littré representaria uma perda significativa para o grupo dos “dissidentes”, ou dos chamados heterodoxos brasileiros, que em algumas obras sobre o positivismo, como as de Cruz Costa, são assim denominados. A classificação dos positivistas em duas vertentes, como foi explicado na apresentação, não leva em consideração as especificidades da difusão das ideias positivistas no Brasil, que ocorreu de forma bastante fragmentada, e através de múltiplas apropriações e ressignificações. Como observou Alonso, por exemplo, o grupo heterodoxo não era unificado. Neste grupo existiam adeptos de diferentes localidades, e que produziam distintas interpretações às teorias positivistas de

acordo com as especificidades de suas realidades. O grupo denominado ortodoxo era dos que aceitavam a obra de Comte em sua totalidade (filosófica e religiosa). Apesar de muitos terem sido filiados à Igreja Positivista do Brasil, como veremos adiante, esse grupo não representava a totalidade.

O fato de não terem estado de acordo com a transformação do positivismo em uma religião, não significa que os “heterodoxos” simbolizavam um grupo coeso de militantes, que atuavam contra a orientação que os religiosos comtianos desejavam dar ao positivismo no Brasil. Fora do Apostolado, existiram grupos distintos de republicanos influenciados pelo positivismo. Podemos destacar, por exemplo, a juventude militar do Rio de Janeiro, fortemente influenciada pelas aulas do ilustre positivista Benjamin Constant, além do grupo da Faculdade de Direito do Recife e dos “positivistas federalistas” do Rio Grande do Sul.

Em relação às características de tal distinção na França, José Murilo de Carvalho ressaltou que “Dentro do próprio positivismo, havia os ortodoxos do grupo de Laffite, que não aceitavam o parlamentarismo adotado pela Constituição Francesa de 1875”.⁷⁴ O autor menciona ainda que esses ortodoxos se impacientavam com a demora no rompimento das relações entre Igreja e Estado e com a timidez da política educacional, além da defesa da ideia de ditadura republicana de Comte. Em contrapartida, na perspectiva de Carvalho, o grupo de Litreé aceitava o parlamentarismo, tendo ele próprio sido eleito senador. O grande ponto de convergência entre “ortodoxos” e “heterodoxos” para o autor era que ambos se inspiravam politicamente na obra *Appel aux conservateurs*, que Comte publicou em 1855.

A intenção de distinguir no Brasil os positivistas em ortodoxos e heterodoxos foi utilizada muitas vezes, para deixar clara a diferença dos membros do Apostolado Positivista do Brasil em relação aos demais. Como salientou José Murilo de Carvalho⁷⁵, a “clotildolatria” dos membros da Igreja Positivista foi muitas vezes ridicularizada por seus adversários. Ou seja, ao diferenciar os ortodoxos da Igreja Positivista do Rio de Janeiro dos demais positivistas, não se pode cair nem no perigo de apontar para os considerados heterodoxos em uma categoria unificada, nem também determinar que todos os ortodoxos seguissem a orientação do Apostolado do Brasil. Dentro de um país continental como Brasil, o positivismo

⁷⁴ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 20.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 133.

foi apropriado em regiões completamente distintas que tinham como único traço em comum a contestação do “mundo saquarema”.

Além de Comte e seus discípulos Littré e Laffite, a influência do positivismo no Brasil e em qualquer outro país poderia acontecer naquele momento pela influência dos literatos e cientistas, que Comte considerava como produtores do conhecimento fundamental do gênero humano. Inserido no campo do cientificismo do século XIX, o positivismo era definido como ciência, podendo gerar diferentes interpretações. Veremos mais adiante que o positivismo foi apropriado inclusive por lideranças dos primeiros partidos operários no Brasil.

A forma como a própria aristocracia imperial gerou sua tradição traz à tona duas interpretações distintas. Para Schwarz⁷⁶, os membros da tradição imperial encontraram dificuldades em apropriar normas resultantes de rupturas não ocorridas no Brasil, onde o desenvolvimento industrial era algo distante e o grande sistema escravocrata correspondia a uma infração. Sobre tais dificuldades, destacou Schwarz que “(...) a vida brasileira impunha à consciência burguesa uma série de acrobacias que escandalizam e irritam o senso crítico”.⁷⁷

A força ideológica trazida pelas nações europeias, para Schwarz, não está a todo momento em toda parte. Sendo assim, “A cena da cultura internacional não é homogênea, e às suas desigualdades correspondem problemas diferentes, conforme o lugar e a ocasião.”⁷⁸ O autor não considera que se deveria recusar o pensamento europeu por isso, nem que esse processo no Brasil ocorria por aceitação passiva, pois o reconhecimento de um ponto de partida desvantajoso criava condições reais de independência crítica.

As inovações ideológicas trazidas pelas nações europeias eram fruto dos seus processos políticos, sociais, econômicos e culturais. Trazendo outra interpretação sobre a aristocracia imperial, Alonso elucidou que seus agentes políticos selecionavam o conteúdo de tais inovações, de acordo com seus interesses pessoais.

Para Alonso, a tradição imperial do Brasil viveu uma crise estrutural no final do século XIX. O progressivo processo que culminou na abolição da escravidão, foi a princípio

⁷⁶ Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo/Machado de Assis*. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 1990.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 42.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 154-155.

economicamente prejudicial aos grandes proprietários de terras do *status quo* imperial. A autora também afirma que a estrutura do Segundo Reinado estava no compartilhamento de valores cristalizados como uma tradição que se construiu a partir de duas balizas: a experiência nacional e o repertório europeu. A elite imperial para a autora se alimentava do repertório europeu, já que muitos que pertenciam a esse grupo haviam se formado em Coimbra. Em relação à experiência nacional, a ordem imperial prezava-se por ser superior à desordem que lhe antecederia, pois muitos de seus membros haviam vivido o “despotismo” do Primeiro Reinado e a “anarquia” regencial. A elite imperial andava sempre perto do que corria nos parlamentos europeus e comparava sua situação com a europeia. “Dosava os valores universais vindo do mundo europeu civilizado e a realidade nacional a civilizar”.⁷⁹ Lembra ainda Alonso que, mais que copiar os europeus, a elite imperial se esforçou em evitar a maior de suas desgraças: a revolução.

Sergio Micelli⁸⁰ ressaltou que, para os intelectuais brasileiros da geração de 1870, o trabalho intelectual era indissociável do político. Para o autor, quando se pretende analisar os mecanismos de importações dos bens culturais, a teoria da dependência deve se empenhar em desvendar funções internas de legitimação que a importação das ideias e de escolas cumpre em favor dos intelectuais que as exercem. Assim,

“(...) não é por acaso que os intelectuais que ocupam uma posição dominante no campo de produção interno sempre tenham tentado, pelo menos – desde os figurões da geração de 1870-, transmitir a imagem de uma *intelligentzia* nacional unificada, cuja missão mais urgente seria enfrentar os grandes demônios externos”.⁸¹

Com isso, Miceli afirma que esses intelectuais, ao invocarem a encantatória da “ameaça” externa, muitas vezes despistavam as próprias lutas internas, para preservarem a posição de intelectuais dominantes.

No caso dos positivistas do Apostolado do Brasil a orientação de Laffite se mostrava preponderante em seus primeiros opúsculos. A ideia era apropriá-la da forma mais fidedigna possível à realidade brasileira. Laffite também havia provocado uma série de cisões entre os positivistas na França, pois, após a morte de Comte, ele se autointitulou como o sucessor

⁷⁹Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p. 56.

⁸⁰ Sergio Miceli, *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001, 435p.

⁸¹ *Ibid.*, pp. 60-61.

escolhido de seu mestre. “(...) os correligionários de Laffite foram sempre republicanos e abolicionistas”.⁸² O discípulo francês fez uma série de publicações das quais o Apostolado brasileiro citava alguns conceitos em seus opúsculos.

Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, antes de se tornarem adeptos do positivismo e líderes da Igreja Positivista no Brasil, já haviam se colocado ao lado do Partido Republicano quando este ainda estava se organizando. O positivismo na vida de ambos apareceu como uma doutrina que, muito além de criticar o sistema monárquico, trazia aspectos em si que, adaptados à realidade brasileira, poderiam nortear uma nova ordem política ao país.

“A adesão de ambos ao positivismo foi feita em duas etapas: na primeira chegaram à doutrina de Comte através da divulgação feita por Littré, o qual enfatizava estar a riqueza da doutrina comtiana nos novos horizontes que abria para o campo científico. Lemos e Mendes se entusiasmaram inicialmente por essa descoberta”.⁸³

Após a viagem de Miguel Lemos à França e a influência exercida deste sobre Raimundo Teixeira Mendes, ambos tornaram-se positivistas ortodoxos. E na volta de Lemos ao Brasil, a Sociedade Positivista do Brasil já havia se transformado, como veremos à frente, em Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, que Lemos e Mendes transformariam em Igreja Positivista do Brasil.

A permanência de Miguel Lemos em Paris fez com que tivesse contato com Laffite, líder da linha ortodoxa. O contato reorientou o pensamento de Lemos, que aderiu de forma plena a essa vertente, “(...) orientando progressivamente seu amigo Mendes na mesma direção”.⁸⁴ A amizade entre Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes iniciou-se quando estudaram juntos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Vejamos alguns aspectos mais importantes da trajetória de cada um deles.

⁸² Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p. 208.

⁸³ Riolando Azzi, *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p. 14.

⁸⁴ *Ibid.*, p.14.

1.3 As trajetórias dos fundadores e primeiros líderes da Igreja Positivista do Brasil

Miguel Lemos nasceu em Niterói, no dia 25 de novembro de 1854, e ingressou na Escola Politécnica aos dezenove anos. Teve uma educação de influência dos meios militares, pois seu pai era um oficial reformado da Marinha. Já Raimundo Teixeira Mendes nasceu na cidade de Caxias, no Maranhão, no dia 5 de janeiro de 1855 - portanto, com uma diferença de idade inferior a dois meses em relação a Lemos – e chegou ao Rio de Janeiro aos doze anos de idade. Após um ano de permanência no Colégio St. Louis, dos padres franceses, Teixeira Mendes foi transferido para “o internato D. Pedro II”.⁸⁵ Nesse período, passou a combater as relações entre o governo monárquico e a Igreja católica, de acordo com os princípios republicanos que abraçara. É cabível lembrar que Mendes havia ficado órfão de pai muito cedo, e que sua mãe fez questão de educá-lo no catolicismo.

Ao terminar o curso no Colégio Pedro II, onde em 1876 o Bispo de Mariana, Antônio Maria Correia de Sá e Benevides, exercia o cargo de vice-reitor, Mendes ingressou na Escola Politécnica. A leitura de um livro do jesuíta Rannièrre proporcionada pelo Bispo de Mariana contribuiu para que Teixeira Mendes aprofundasse seu pensamento crítico em relação ao catolicismo.

Ao ingressar na Politécnica e iniciar sua amizade com Miguel Lemos, Teixeira Mendes vinha amadurecendo seu pensamento crítico ao regime monárquico, e por consequência aos núcleos significativos da tradição imperial. Antes de aderir ao positivismo, Mendes já se mostrara fiel às ideias republicanas, inclusive recusando o título de bacharel em letras ao término do curso do Colégio Pedro II,

“(...) porque não queria fazer o juramento de praxe, cujo texto era o seguinte: Juro manter a religião do Estado, obedecer e defender a S. M. o Imperador D. Pedro II, e as instituições

⁸⁵ Riolando Azzi, *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p.16.

pátrias; concorrer, quanto me for possível, para a prosperidade do Império e satisfazer com lealdade as obrigações que me forem incumbidas”.⁸⁶

O conteúdo deste discurso revela a imposição da elite imperial em instituir uma identidade nacional que limitava a cidadania. O liberalismo imperial no Segundo Reinado “(...) possuía uma estrutura estamental e uma sociedade de corte. A sociedade se estratificava, tendo um ápice o estamento senhorial; os grandes proprietários de terras e escravos, cidadãos plenos do Império”.⁸⁷

Unidos, a princípio, pelos ideais de liberdade e república, e posteriormente pela adoção ao positivismo, Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram expulsos da Escola Politécnica em 1876 por escreverem um artigo contra o Visconde do Rio Branco, então diretor da instituição. Neste artigo, criticaram o ensino e a forma como eram escolhidos os mestres da Politécnica. A postura revolucionária marcou a conduta dos jovens da Politécnica nesse período; porém, em 1879, numa carta dirigida a Teixeira Mendes, Lemos, já sob a influência do pensamento positivista, afirmava não ser conveniente repetir tais tipos de gestos ofensivos à manutenção da ordem, pois, se todo o aluno começasse a se predispor a receber a direção de quem ensina, iniciaria nas instituições de ensino “(...) uma tendência anárquica, revolucionária e até impossível”.⁸⁸ Nessa fase, Lemos já se mostrava preocupado com a agitação republicana nas escolas superiores. O ardor pelo republicanismo democrático, a seu ver, seria superado se os jovens revolucionários se deparassem com as obras de Comte.

As transformações ideológicas de Lemos e Mendes foram graduais. Embora, em 1876, quando expulsos da Politécnica ambos já tivessem tido contato com obras de Comte, ainda não haviam incorporado as concepções desenvolvidas pelo filósofo em *Appel aux conservateurs*, publicada em 1855. Essa leitura fez com que Lemos criticasse a si próprio, tornando-se adepto de um projeto de Ditadura Republicana. Antes do contato direto com as obras de Comte, em fins de 1874, ambos foram adeptos das concepções de Littré, que, como vimos, discordavam dos acréscimos religiosos incorporados à doutrina positivista por Comte.

Após o contato de Lemos com as ideias de Laffite, passou juntamente com Mendes a adotar os princípios religiosos, criticando Littré, ao lado de Spencer, como difusor de uma

⁸⁶ Ibid., p. 18.

⁸⁷ Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p.59.

⁸⁸ *Cartas de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes*. Rio de Janeiro: 1965, p.6.

influência contrária aos ensinamentos de Augusto Comte. Sobre o fato de terem aderido inicialmente à orientação de Littré, ressalta Miguel Lemos que:

“Por desgraça minha, o exemplar do Sistema de Filosofia Positiva, que o Sr. José Magalhães me havia emprestado, pertencia a uma das edições patrocinadas pelo pseudodiscípulo Emile Littré, que julgou dever profanar o livro antepondo-lhe um prefácio de sua lavra. A leitura desse prefácio, na situação em que me achava então, inteiramente alheio à história do positivismo, ainda com todos os defeitos e prejuízos da fase revolucionária, fez com que desde logo, sem exame direto, repelisse as últimas obras de Augusto Comte, isto é, o positivismo religioso”.⁸⁹

Vale notar, entretanto, que a concepção de Littré foi a mais estudada quando o positivismo chegou ao Brasil, nas escolas Militar e Politécnica do Rio de Janeiro. Ao mencionar Benjamin Constant como uma influência em seus primeiros contatos com o positivismo, Teixeira Mendes e Miguel Lemos foram obrigados posteriormente a se desmentirem. Segundo Azzi, tendo posteriormente passado ambos para o positivismo ortodoxo, Lemos e Teixeira Mendes “(...) julgaram oportuno esclarecer a opinião pública sobre o quanto haviam declarado anteriormente sobre a influência recebida de Benjamin Constant, procurando minimizá-la o mais possível”.⁹⁰

Assim, através do opúsculo *Nossa Iniciação ao Positivismo*, publicado em 1882, os dois líderes do Apostolado referem-se a Benjamin Constant como propagador de um “falso” positivismo.

O “ataque” a Constant no opúsculo ocorreu também porque entre fins dos anos 1870 e inícios da década 1880 a relação entre os apóstolos positivistas e Benjamin Constant foi marcada por turbulências. Uma delas aconteceu quando Constant recusou fazer parte da Igreja Positivista do Brasil fundada em 1881, por não concordar com o subsídio que deveria ser pago aos sacerdócios.

A primeira Sociedade Positivista do Brasil foi criada em 1º de abril 1876. “Sem nenhum caráter especificamente militante, a associação devia limitar-se a fundar uma biblioteca constituída pelas obras aconselhadas por Augusto Comte”.⁹¹ Com a morte de seu

⁸⁹ Miguel Lemos, *O Apostolado Positivista no Brasil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1º circular anual (1881), p. 135-136.

⁹⁰ Riolando Azzi, *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p. 25.

⁹¹ *Ibid.*, p. 29.

principal organizador, o professor de Matemática do Colégio Pedro II, Oliveira Guimarães, em 30 de janeiro de 1878, as divergências entre os membros da Sociedade tornaram-se cada vez mais acirradas. A intenção da instituição, de reunir adeptos entre a intelectualidade brasileira que dessem um direcionamento ao movimento positivista, não foi alcançada. Tornou-se claro que diante das diferentes apropriações das concepções positivistas entre os intelectuais brasileiros, ficava difícil adotar uma única orientação.

Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes também pertenceram à primeira Sociedade Positivista do Brasil, na qual figurou Benjamin Constant dentre outros positivistas da época que assinaram o documento de fundação da sociedade. Foram eles: “(...) Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, Álvaro Joaquim de Oliveira, Cristiano Batista Franco, Oscar de Araújo, Francisco Ribeiro de Mendonça e Roberto Trompowsky Leitão de Almeida”.⁹² Teixeira Mendes⁹³ apresentou outra lista na qual inclui a si próprio, ao amigo Miguel Lemos e também Joaquim Ribeiro Mendonça: “(...) nome do médico paulista que teve participação pioneira e destacada na implantação do positivismo no Brasil”⁹⁴; foram omitidos desta lista, Cristiano, Tronpowsky e Francisco.

Em 5 de setembro de 1878, houve na Sociedade uma sessão comemorativa da morte de Augusto Comte. Nela ficou decidida a fundação de outra associação, denominada de Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, com a intenção de difundir o positivismo em todos os meios possíveis. “Em homenagem à memória de Guimarães, a Sociedade Positivista foi declarada expressamente uma continuação da anterior”.⁹⁵

Quando membros da Sociedade Positivista do Brasil, Teixeira Mendes e Miguel Lemos ainda tendiam a interpretar o positivismo sob a ótica de Littré. Porém, como vimos, depois da viagem a Paris em 1877, onde concluiu o curso politécnico, Miguel Lemos mudou sua orientação, tornando-se adepto do positivismo ortodoxo. Sobre isso, escreveu que, ao chegar a Paris, verificou que Littré “(...) não passava de um erudito seco, sem nenhuma ação

⁹² Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 240.

⁹³ Raimundo Teixeira Mendes. Benjamin Constant. *Esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1891-1894, 2v.

⁹⁴ Renato Lemos., op. cit., 1999, p. 240.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 242.

social, insulado no seu gabinete”.⁹⁶ Lemos conheceu a obra final de Comte, *Sistema de Política Positiva*, à qual Littré se opunha, empenhando-se em convencer o amigo Teixeira Mendes a acompanhá-lo em sua nova orientação. Miguel Lemos identificou-se com a linha ortodoxa, dentre outros motivos, por acreditar que esta proposta de organização social de Comte tinha aspectos fundamentais que poderiam ser aplicados para a implantação de uma nova ordem no Brasil.

A adesão de Lemos à ortodoxia positivista ocorreu também por intermédio do contato com Pierre Laffite que, como vimos, era o líder da linha ortodoxa. Miguel Lemos frequentou entre 1878 e 1879 cursos ministrados por Laffite, incluindo as aulas sobre Geometria Diferencial. Em cartas enviadas a Raimundo Teixeira Mendes, falava de sua participação nesses cursos, aconselhando-o a também frequentá-los, se possível, a fim de completar o conhecimento sobre a doutrina positivista, que para Miguel Lemos era a “(...) única doutrina que nos pode salvar hoje do ceticismo ou da tendência ao suicídio. Vê só tudo quanto tens a ganhar se te resolves a voltar”.⁹⁷

Teixeira Mendes havia destinado recurso próprio para a compra da casa em que Clotilde morreu, por 70 mil francos, quando esteve na França no ano de 1877, e assim havia sido o responsável pela fundação do primeiro templo da Religião de Humanidade, mesmo antes de sua conversão definitiva à linha ortodoxa. Sobre esse fato, um opúsculo publicado pelo Apostolado Positivista do Brasil no ano de sua fundação, em 1881, menciona que: “(...) já se vê, pois, que a propriedade real, isto é, moral e material, ou depósito, o que supõe guarda e conservação, da casa de Clotilde, é da Igreja Positivista do Brasil”.⁹⁸

A vontade de aplicar no Brasil grande parte do aprendizado estudado na França era constante. Na carta ao amigo Mendes, em 19 de Novembro de 1878, Lemos pede que entregue seu artigo intitulado “Vista d’olhos” para o jornal *O Cruzeiro* ou para qualquer outro que queira publicá-lo. Nesta carta, dizia sentir-se só com a partida do amigo.

Embora Teixeira Mendes, que havia regressado ao Brasil em 1878, não tenha voltado para fazer o curso sugerido por Miguel Lemos, acabou também contagiado pela orientação

⁹⁶ Antonio Paim. *História das Idéias filosóficas no Brasil*. Londrina: 6ª Edição, Revista Humanidades, 2007 p. 204.

⁹⁷ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p.3.

⁹⁸ João Montenegro Cordeiro; Júlio Canavarro de Negreiros; Ernesto de Otero. *Igreja Positivista do Brasil*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1881, p.1.

ortodoxa. Em outra carta enviada ao amigo, Lemos confirmou sua conversão e disse ter sido uma decisão difícil a de se desdizer, quando seguia a orientação de Littré, por ter atacado levemente “(...) as concepções do mestre, e consignado a minha dissidência nesses pontos. Entretanto, a evidência da doutrina venceu pouco a pouco todos esses obstáculos”.⁹⁹ Sua insistência em converter o amigo fez efeito e, no final de 1879, Teixeira Mendes assume a vertente ortodoxa do positivismo.

Em cartas posteriores, Lemos aconselha Mendes a concorrer para o subsídio sacerdotal, informando sobre sua conversão ao líder da ortodoxia positivista, Laffite. Orientava o amigo, ainda, a passar a datar suas correspondências de acordo com o calendário positivista elaborado por Comte.

No dia 5 de setembro de 1879, em mais uma comemoração de aniversário da morte de Comte, a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro declarou filiar-se à direção suprema de Pierre Laffite. Joaquim Ribeiro de Mendonça, que havia sido eleito presidente exatamente um ano antes, apoiava o caráter ortodoxo da instituição. O afastamento de alguns dissidentes sob a liderança de Pereira Barreto era o presságio da fragmentação do positivismo na sociedade brasileira. Constant resolveu manter-se neste momento na Sociedade, propondo que:

“A disseminação do positivismo teria de ser feita pela via da explicação das suas vantagens em comparação com outras doutrinas. Para isso, era necessário que os positivistas conhecessem em profundidade as obras de Comte, mas também os clássicos por ele recomendados. Na condição de bibliotecário da Sociedade Positivista, procurou trabalhar nessa direção”.¹⁰⁰

A gestão de Constant na biblioteca foi marcada pela incorporação de um acervo diversificado. Em outubro de 1879, Miguel Lemos foi aceito como sócio da Sociedade, mantendo-se informado por correspondências. Numa delas, ressaltou que no dia 25 de novembro recebeu o grau de *aspirante ao sacerdócio da humanidade*, na casa sagrada de Augusto Comte. Sobre isso, em uma de suas cartas ao amigo Mendes, ressaltava desejar um dia se tornar não só aspirante, mas também um sacerdote da Religião da Humanidade.

O grau adquirido aumentava em Lemos a sensação de possuir uma missão que considerava apostólica, que era a de contribuir para a transformação da sociedade. Em

⁹⁹ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p. 56.

¹⁰⁰ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 244.

correspondência a Mendes, em março de 1880, Lemos afirmou que considerava a classificação social, naquele momento, perigosamente anárquica. Acreditando pertencer aos setores médios, orientou na correspondência ao amigo não agir como o restante da classe média, que por intermédio de uma educação teórica superficial e falsa pensava ter o direito exclusivo de dar direção à sociedade. O que poderia diferenciar os dois dos demais, em sua opinião, era o conhecimento da doutrina “regeneradora” de Comte, a partir da qual ambos contribuiriam para desenvolver um importante papel para a sociedade.

Miguel Lemos incluiu-se como membro de uma classe média. Os membros da chamada “geração de intelectuais de 1870”, já mencionada aqui, se nutriam dessa designação para se configurarem como novos grupos sociais na esfera econômica. No entanto, como observou Alonso, “(...) este raciocínio equaliza pertencimento a uma classe e escolhas intelectuais”.¹⁰¹ Para ela, tomar esta equiparação como real redonda em equívocos, como o de apresentar filhos da elite imperial brasileira e de famílias socialmente enraizadas como representantes de novas classes médias.

A ordem imperial havia se organizado a partir de famílias extensas de proprietários rurais. “O poder social esteve concentrado na figura do *pater família*, simultaneamente agente econômico – senhor de terras e escravos –, agente político e figura nuclear da própria sociabilidade”.¹⁰² Para Alonso, a sociabilidade não pode ser diretamente transposta ao mundo público, pois as instituições políticas imperiais não reproduziam diretamente a lógica do mundo patriarcal. No Brasil, a formação do Estado exigiu uma estrutura burocrático-legal nacional, que garantisse uma autonomia relativa da elite política em relação ao domínio senhorial. A tensão existente entre essas duas forças da estrutura social do Império acaba eclodindo em uma crise estrutural nas décadas finais do Império.

Alonso lembrou que essa crise desestruturou os antigos segmentos, e os novos passaram a buscar correspondências entre classes e ideologias. Portanto, atribuir apenas aos novos segmentos a prática militante denota um erro analítico, por não ser uma prática exclusiva e por não simbolizar uma classe unificada. Já José Murilo de Carvalho¹⁰³ buscou

¹⁰¹ Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p. 28.

¹⁰² *Ibid.*, p. 75.

¹⁰³ José Murilo Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

demonstrar como a Igreja Positivista desenvolveu a ação jacobina no início de República (lembrando a admiração de Comte pelos jacobinos por considerá-los antecessores do sacerdócio positivista), outros positivistas neste momento ocupavam cargos políticos de relevo. Ou seja, os novos agentes sociais estavam longe de ser socialmente homogêneos.

A ação militante que o Apostolado Positivista viria a exercer na República já era perceptível no final do Império. Miguel Lemos, ainda na França, em março de 1880, escreveu a Mendes com o intuito de convencê-lo a entrar o quanto antes na Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, levando “(...) contigo os rapazes que estão hoje modificados e que te podem acompanhar”.¹⁰⁴ O pedido incluía que se estabelecesse na Sociedade reuniões semanais e regulares, como acontecia na França naquele momento. Lemos criticava o amigo por não ter seguido sua orientação.

Nos mês de maio, Lemos, em mais uma carta ao amigo, revela entender o fato de Benjamin Constant aceitar o cargo de diretor da Escola Normal. No entanto, considera que um positivista ao aceitar um cargo público automaticamente estaria impedido de assumir a direção da propaganda positivista. Lemos ressalta assim que Constant era um positivista sem energia para tal função.

No mesmo mês, Miguel Lemos confessava-se espantado com uma correspondência¹⁰⁵ recebida de Teixeira Mendes, dizendo que não tinha vontade de escrever a Laffite sobre sua conversão à ortodoxia positivista, porque este havia criticado alguns artigos que Mendes pretendia publicar na *Revista Ocidental*. Mendes ressaltou ainda na correspondência que pertencer à Religião da Humanidade é suficiente. Aproveitando essa conduta do amigo, Lemos lhe escreve dizendo que pertencer à Religião da Humanidade sem colaborar com um subsídio sacerdotal é inviável, e que ele próprio iria começar a fazer isso o mais rápido possível. Pode-se cogitar que o subsídio que passaria a ser cobrado por ele, após assumir a direção do movimento positivista no Brasil, já estava sendo estrategicamente pensado.

Lemos, na mesma correspondência ao amigo, escrita em 19 de maio, disse entender a repugnância dele a Álvaro de Oliveira e Constant, por estes aceitarem cargos públicos, demonstrando uma possível harmonia com o Imperador; mas insiste que isso não poderia

¹⁰⁴ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p. 116.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 128.

fazê-lo abandonar a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro. O essencial era modificar espiritualmente a população, e nesse sentido era importante direcionar a Sociedade para uma vertente ortodoxa. Teixeira Mendes a princípio não demonstrava vontade de se tornar membro da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, muito possivelmente pelos atritos que teve com alguns de seus membros na Sociedade Positivista do Brasil. No entanto, em suas correspondências, Miguel Lemos insistia que Mendes se inscrevesse na associação, sugerindo frequentemente ao amigo que enviasse uma carta a Laffite informando a adesão completa à ortodoxia positivista e ao grêmio brasileiro.

Para dar um rumo ortodoxo à Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, Miguel Lemos orientava o amigo a não deixar que um político positivista que aceitava cargos públicos assumisse a presidência, pois o presidente da Sociedade Positivista deveria ser, a seu ver, um homem completamente fora da “esfera oficial”. Por várias vezes Lemos criticou a ideia do amigo de formar um centro distinto, mesmo quando Álvaro criticou em carta¹⁰⁶ a Mendes a vertente ortodoxa do positivismo. Para Miguel Lemos, era mais sensato e viável militar gradativamente para tornar a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro uma instituição mais ortodoxa do que criar uma nova instituição com esse intuito.

Mendes queria criar um centro distinto, propondo a separação da Sociedade Positivista em dois poderes. A direção temporal ficaria sob a chefia de Joaquim Ribeiro, por ser um chefe industrial e dirigir um estabelecimento agrícola em São José dos Campos. Para a outra direção, que seria espiritual, Mendes propusera o nome de Miguel Lemos. Joaquim Mendonça, em correspondência¹⁰⁷ de 14 de setembro de 1880, pede conselho a Laffite, reconhecendo-o como diretor do positivismo em todo o planeta, sobre a indicação de Lemos.

As reuniões da linha ortodoxa dirigidas por Laffite na França eram compostas por positivistas de diferentes lugares do mundo. Um dos amigos que tem o nome citado com constância por Miguel Lemos em suas cartas ao Brasil é o chileno Jorge Lagarrigue, que junto com seu irmão Luis Lagarrigue constituíram um importante grupo de divulgação do Positivismo. Jorge Lagarrigue fundou em 1883 a Igreja Positivista do Chile, e posteriormente constituiu a Sociedade Positivista de seu país.

¹⁰⁶ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p. 151.

¹⁰⁷ Cf. Ricardo Vélez Rodríguez; *A ditadura republicana segundo o Apostolado Positivista*, Editora central da Universidade Gama Filho, 1994, p. 40.

As cartas do segundo semestre do ano de 1880 emitidas por Lemos ao Brasil possuem um repetido número de respostas ao amigo Mendes sobre a possibilidade de, com toda a experiência obtida na França, Lemos assumir a direção do movimento positivista ao chegar ao Brasil. Sobre isso, dizia, naquele momento, que sua direção deveria ser um “(...) apostolado preparatório, até que surja o verdadeiro sacerdote”.¹⁰⁸ As duas exigências para assumir o cargo de forma provisória eram o consentimento de Laffite e a conciliação da direção do positivismo a outro cargo qualquer para adquirir recursos. Essa necessidade financeira é que fez Miguel Lemos naquele momento justificar que sua possível direção da Sociedade Positivista não poderia ser definitiva, e sim provisória. Porém, em sua volta ao Brasil, gradativamente essa conduta iria ser mudada, como veremos mais à frente.

Em 9 de setembro de 1880, Lemos repetia ao amigo que, mesmo que viesse a tomar a direção do movimento e que recebesse o subsídio correspondente ao total de aderentes, precisaria de uma função especial que garantisse ao menos seu sustento ao chegar ao Brasil. Ambos já amadureciam ali a intenção de cobrar subsídio para a direção positivista que foi concretizada quando no Brasil assumiram de fato a direção do movimento. No mesmo mês, Lemos entregou a Laffite uma carta de Mendes comunicando-lhe que havia aderido por completo à linha ortodoxa. Essa era uma solicitação do amigo que Mendes resistiu a atender, mesmo depois de já se dizer convertido. Ao receber a carta, poucos dias depois, Laffite pediu a Lemos que alertasse ao amigo sobre a “(...) necessidade de vires mais tarde a Paris tomar o sacramento da destinação ao sacerdócio”.¹⁰⁹

Após a morte de Oliveira Guimarães, o então Presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, J. R. de Mendonça, queixava-se de não poder agir como deveria no cargo por residir em outra cidade. Com isso, em setembro de 1880, pediu a Lemos por correspondência¹¹⁰ que convencesse Teixeira Mendes a assumir a presidência da Sociedade. Lemos, ao receber o pedido, recomendou a Mendes que assumisse a vice-presidência, mantendo Mendonça na presidência. A Sociedade já era ligada ao centro positivista de Paris, dirigida por Laffite, antes mesmo de Teixeira Mendes e Miguel Lemos terem se tornado da linha ortodoxa. Miguel Lemos anunciou sua intenção de associar-se em junho de 1879, já

¹⁰⁸ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, op. cit., p. 157.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 164.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 165.

após a sua conversão ao positivismo ortodoxo. “(...) Em outubro, proposto por Benjamin Constant, Álvaro de Oliveira e Oscar de Araújo, foi aceito como sócio, iniciando intensa militância no sentido da ampliação dos quadros da associação”.¹¹¹

Até então, a fidelidade de Miguel Lemos a Laffite fez com que o brasileiro recebesse dele, antes de partir ao Brasil, o sacramento da destinação sacerdotal. Mesmo sem ter completado 28 anos, já que o pedido foi em outubro de 1880, Miguel Lemos foi dispensado dessa exigência por Laffite em virtude da “madureza excepcional” que atribuída ao brasileiro. Em fevereiro de 1881, Lemos regressou ao Rio de Janeiro iniciando intensa militância para ampliar os quadros sociais da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro.

Miguel Lemos fez questão, em seu regresso, de ressaltar a importância de *Política Positiva*, obra em quatro volumes que Comte publicou no último decênio de sua vida. Com a leitura dessa obra, Lemos abandonou de vez as antigas interpretações recebidas de Littré. Sua preocupação foi reorientar a juventude brasileira, que em sua opinião teve um conhecimento distorcido da síntese comtiana por intermédio da interpretação de Littré, que considerava “(...) a evolução religiosa de Comte a um misticismo paranóico”.¹¹² O grande desafio de Lemos seria opor-se a uma tendência racionalista da nova geração de intelectuais brasileiros ao exacerbar o fervor religioso do positivismo. Sua estratégia era enraizar no Brasil as ideias de Comte, e para isso apropriou-se de forma seletiva dos ensinamentos do mestre.

Tendo como referência a preocupação central de incluir o proletariado na sociedade moderna, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes elaboraram os fundamentos de ordem moral e material sobre os quais os membros do Apostolado deviam se pautar. As normas estabelecidas incluíam a recomendação de não ocupar cargos públicos na fase empírica de transição para o estado positivo; não exercer funções acadêmicas; não colaborar com o jornalismo, assinando o próprio nome e assumindo a responsabilidade por publicações que não poderiam ser pagas. Contudo, os folhetos produzidos pelo grupo, embora na maioria das vezes fossem distribuídos gratuitamente, em outras eram cobrados, para a manutenção da propaganda positivista.

¹¹¹ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 245.

¹¹² Riolando Azzi, *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p. 49.

A ação de Lemos reforça a crítica de Alonso aos analistas que tomam como ponto de partida os sistemas de ideias como se eles tivessem vida própria, pois “(...) são os agentes sociais que fazem uso das ideias, que as selecionam que as tomam como orientação de sua ação”.¹¹³

Em 11 de maio, Joaquim Ribeiro de Mendonça renunciou à presidência da Sociedade, que passou a ser dirigida por Miguel Lemos. Este, ao assumir o cargo, transformou a instituição em Centro Positivista Brasileiro ou Igreja Positivista do Brasil. As reuniões da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro ocorriam na rua do Carmo, nº 14; em 1881, quando a instituição se transformou em Igreja Positivista do Brasil, as reuniões passam a ocorrer na Rua do Ouvidor.

O Apostolado ainda se transferiria posteriormente para a rua do Lavradio, “(...) o que determinou o lançamento de um empréstimo em 1891 para a construção do templo”¹¹⁴, que foi inaugurado em 1894 em um prédio na rua Benjamin Constant, no bairro da Glória, e que se mantém nos dias atuais. É possível que Augusto Comte não contasse que o Brasil fosse o país em que fosse construído o único templo que viesse a seguir as indicações gerais de seu Catecismo Positivista.

Retornando a 1881, ano em que Lemos ganhou a antipatia de alguns membros por sua administração pautada em soluções autoritárias para a transformação social, Álvaro de Oliveira deixou o lugar de tesoureiro da Sociedade. Não se pode negar, no entanto, que a ação política de Lemos, apoiado por Mendes, contribuiu decisivamente para a obtenção de recurso necessário para a construção do prédio na Glória, intitulado pelos ortodoxos de “Templo da Humanidade”. Como destacou um opúsculo sobre sua fundação, a instituição começou representada:

“(...) pela guarda e conservação do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro e pela guarda e conservação da sede no Rio Grande do Sul, cuja construção está projetada; enfim em Paris, pela guarda da Casa de Clotilde; bem como a guarda das relíquias que tais monumentos contêm”.¹¹⁵

¹¹³ Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p. 35.

¹¹⁴ João do Rio, *As religiões do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar – Coleção Biblioteca Manancial n ° 47 – 1976, p. 23.

¹¹⁵ João Montenegro Cordeiro; Júlio Canavarro de Negreiros; Ernesto de Otero. *Igreja Positivista do Brasil*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1881, p.1.

Por meio de cartas enviadas a Laffite, Lemos convenceu-o a apoiar a solicitação de pagamento de subsídio aos membros da Sociedade Positivista Brasileira. O argumento era que, de acordo com o pensamento de Comte, o subsídio garantia “(...) a independência dos “sacerdotes da Humanidade” em face dos interesses privados e do Estado”.¹¹⁶

Em 3 de dezembro de 1881, Miguel Lemos emitiu uma circular informando a criação do subsídio no valor de trezentos mil réis a ser pago pelos membros da Igreja. O ex-tesoureiro Álvaro de Oliveira não concordou e se desligou da instituição. Mais tarde Benjamin Constant seguiu o mesmo rumo, alegando em carta não dispor de tempo, que estava com problemas de saúde e que desejava aprofundar seus estudos do positivismo. Álvaro Oliveira acreditava que a nova postura intolerante da direção do Apostolado Positivista do Brasil limitaria a expansão da doutrina, pois proclamar a ciência como única religião em um país de fortes raízes cristãs seria muita ambição. Sobre o assunto, Benjamin afirmava em carta que a doutrina de Comte:

“(...) não se pretende impor nem pela força nem também por protestos cheios de indignação e de censuras contra as crenças e atos daqueles que a não conhecem, mas unicamente pela discussão calma, respeitosa e bem dirigida que leve aos seus espíritos a convicção profunda de sua incomparável e mesmo inexcedível superioridade real sobre todas as que têm em vão pretendido o mesmo alto destino intelectual, moral e social”.¹¹⁷

Constant e Álvaro de Oliveira chegaram juntos à decisão do rompimento. Miguel Lemos considerou o fato como uma ameaça à marcha ascendente do positivismo no país. Seu objetivo era unificar o grupo e participar intensamente do debate político e intelectual no Império. Os demais 26 integrantes da Igreja Positivista enviaram uma mensagem em seu apoio, o que o fortaleceu internamente; porém, na França, Laffite, após saber da saída do ilustre Benjamin Constant, demonstrava preocupação, aconselhando Lemos a ter “(...) persuasão e flexibilidade em face das divergências entre positivistas”.¹¹⁸

Outros aspectos já vinham desgastando as relações de Lemos e Mendes com Constant. Após a adesão de ambos à Sociedade Positivista do Brasil, Lemos e Mendes passaram a criticar o caráter não militante da associação, que Teixeira Mendes considerava fruto da “abstenção política” de seus membros, incluindo Constant. Antes de se converterem

¹¹⁶ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 246.

¹¹⁷ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 249.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 251.

definitivamente à orientação de Laffite, Teixeira Mendes e Miguel Lemos já haviam se afastado da Sociedade Positivista do Brasil, e um dos motivos, como indagou Renato Lemos, ocorreu talvez pela “(...) tendência predominante na Sociedade a restringir-se a uma militância propagandista persuasória”.¹¹⁹

No rompimento do Apostolado Positivista com Constant, ocorreram outros acontecimentos determinantes, além da cobrança do subsídio sacerdotal. O conflito de seu amigo Álvaro Oliveira com Miguel Lemos, que solicitou a Laffite a excomungar Álvaro, irritou Constant.

Outro posicionamento de Miguel Lemos, na Presidência do Apostolado, foi de oposição ao modelo político liberal-democrata. Ele assumiu publicamente a sua incompatibilidade com o ideal do Partido Republicano pelo fato de seus membros serem adeptos da democracia:

“Os nossos republicanos aí são democratas, eu não sou; eles têm todas as ilusões e vícios da escola revolucionária, a negação do passado, o processo crítico e destruidor, a falta de crenças comuns, e o que é mais grave, a falta do ponto de vista conservador”.¹²⁰

Miguel Lemos solicitou que o Apostolado participasse das reuniões gerais do Partido Republicano em 1881, não por aderir aos princípios do partido, mas para lhe oferecer as soluções que para ele eram as únicas capazes de operarem as transformações que não estariam ao alcance da metafísica revolucionária¹²¹ da escola democrática. Ou seja, Lemos queria colocar a Igreja Positivista numa posição de superioridade no debate com o Partido Republicano, como detentora de uma única verdade. A radicalização era paralelamente política e doutrinária, e a instituição atraiu assim bacharéis que formavam núcleos contestadores nas faculdades.

A retirada do apoio de Lemos à candidatura de Quintino Bocaiúva, no final de 1881, ocorreu também por considerá-lo pertencente a uma classe de republicanos metafísicos. O pretexto da retirada de apoio foi a não indignação de Bocaiúva com a divulgada imigração chinesa ao Brasil, à qual Miguel Lemos, seguindo os ensinamentos de Comte, colocava-se

¹¹⁹ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 243.

¹²⁰ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p. 47.

¹²¹ Termo utilizado por Comte para contrapor os liberais democratas de sua proposta de ditadura republicana em *Apelo aos conservadores* (1855).

contra. A preocupação com a ação marcava a conduta de Lemos, muitas vezes precipitada. Tanto que recebeu de Laffite em diversas oportunidades conselhos que atentavam a diversas atitudes que tomou sem ter maturidade suficiente.

Embora tenha recebido oficialmente o cargo de vice-diretor do Apostolado em 6 de janeiro de 1888, Raimundo Teixeira Mendes desde 1881 já agia em parceria com o grande amigo Miguel Lemos. A parceria na direção da instituição foi intensa. Apesar da fidelidade de ambos à síntese teórica de Comte, os jovens, ainda aos 26 anos, atentavam para as peculiaridades de cada tempo e localidade. De forma seletiva, utilizavam os dogmas do *Sistema de Política Positiva* nas respectivas ações na direção do Apostolado. Este ano ainda foi marcado por uma viagem de Lemos a São Paulo, onde fez nove conferências e “(...) fundou uma filial em São Paulo com Ferreira Souto, Carvalho de Mendonça, Godofredo Martins e Silva Jardim”.¹²²

O Centro Positivista de São Paulo constituiu-se a partir de professores da Escola Normal, após as conferências de Miguel Lemos, e foi fundado sob a liderança de Silva Jardim, que já pertencia a um grupo de estudantes de Direito influenciados por alguns aspectos do pensamento de Comte, desde a década de 1870. No início da década de 1880, Jardim também conheceu o Centro Positivista de Paris, e introduziu o comtismo no Espírito Santo; porém, não prosseguiu como um ortodoxo, rompendo rapidamente como o Apostolado.

A abordagem política dos dois líderes do Apostolado do Rio de Janeiro era revelada por intermédio de suas próprias redações nos folhetos que publicaram. Assim, ambos estavam inseridos numa prática da geração de 1870 estudada por Alonso: escrever com o sentido principal de intervenção política. A forma com que essa geração apropriava-se das ideias era caracterizada por um critério político de seleção, e por eleger um conjunto de teorias e noções por razões práticas: “(...) estavam em busca de subsídios para compreender a situação que vivenciavam e para desvendar linhas mais eficazes de ação política”.¹²³

¹²² João do Rio, *As religiões do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar – Coleção Biblioteca Manancial n ° 47 – 1976, p. 23.

¹²³ Angela Alonso, *Idéias em movimento*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p.39.

A intervenção política não descende diretamente de uma filosofia abstrata, e sim de *repertórios* escolhidos seletivamente pelos agentes conforme suas necessidades. Alonso defende o argumento de que a geração de intelectuais brasileiros de 1870 se relacionava dessa forma com as teorias estrangeiras. Essa geração contou com o auxílio do repertório político-intelectual europeu para exprimir sua crítica à elite imperial. As publicações do Apostolado Positivista no final do Império tiveram esse aspecto de tomar partido no debate político.

Em seu primeiro ano de existência como Igreja Positivista, a instituição contava “com 53 membros efetivos (subscritores do subsídio positivista que Benjamin Constant recusara) e chegou a 59, em 1882. Reduziu-se sucessivamente, voltando a ter 53 subscritores em 1888”.¹²⁴ Entre 1881 e 1884, o Apostolado produziu 39 opúsculos sobre diversos temas relativos à realidade brasileira; com o acirramento da crise em meados da década, cresceu o número de publicações. Para os membros da Igreja, Miguel Lemos redigiu um projeto intitulado: *Bases de organização da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil*. Essas normas, que deveriam ser observadas pelos positivistas tidos como completos, eram compostas por preceitos e conselhos de cunho político e moral.

Apesar da intenção de fazer com que os membros seguissem esses ensinamentos, Miguel Lemos deixava bem claro que admitia, dentro do que denominou de “(...) espírito relativo, peculiar ao positivismo, a colaboração de correligionários e simpatizantes, e até de quem simplesmente considere útil a ação do Apostolado”.¹²⁵

Em 1883, Miguel Lemos passou a admitir publicamente, em nome do Apostolado Positivista do Brasil, que considerava definitiva a separação com Laffite, adjetivando-o de “(...) falso sucessor de Augusto Comte”¹²⁶; ao comunicar a Laffite sobre o desligamento de sua direção, declarou que, por consequência do ato, renunciava aos dois títulos que dele recebera: o de Aspirante ao sacerdócio da Humanidade e o de Diretor do Positivismo no Brasil. Lemos informou que agora ficaria apenas com o título de Presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, por ele transformada em Igreja Positivista do Brasil.

¹²⁴ Antonio Paim, op. cit., 2007, p. 206.

¹²⁵ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p. 13.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 18.

A repercussão desse ato irritou a Joaquim Ribeiro Mendonça, que, como foi dito, havia sido presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro em setembro de 1883. Ele escreve a Laffite fazendo duras críticas à atitude de Miguel Lemos, acusando-o por suas diversas mudanças e lembrando as críticas duras que havia feito à obra de importante divulgação do positivismo no Brasil, intitulada *Três Filosofias*, de Luis Pereira Barreto, quando Lemos era um acérrimo *littreísta*.

Mendonça fez duras críticas às atitudes de Lemos na gestão do Apostolado Positivista, contrapondo-se às suas exigências e justificando que se desligou da instituição quando recebeu dele uma “(...) carta insultuosa, em que declarava-me que um positivista brasileiro não poderia possuir escravos e que eu deveria abandonar todos os meus”.¹²⁷ É notável que, ao mesmo tempo que a ação rígida de Lemos na presidência se mostrava militantemente capaz de divulgar a instituição, sua intolerância afugentou adeptos do positivismo de se manterem como membros do Apostolado.

Laffite havia sido acusado pelos líderes do Apostolado de ser um falso seguidor de Comte, por ser infiel “(...) especialmente no que concernia à ocupação de cargos públicos por positivistas”.¹²⁸ Enquanto Laffite considerava que apenas os sacerdotes da religião não poderiam ocupar cargos públicos, Miguel Lemos, em consonância com as exigências selecionadas da fase religiosa de Comte, respondia que a proibição se aplicava a todos os positivistas. Ele cobrou dedicação na conduta dos positivistas congregados à Igreja, pois considerava que a transformação da Sociedade Positivista em instituição religiosa implicaria para instituição não se tornar apenas um local formado por um simples grupo de positivistas intelectuais mais ou menos informados da Doutrina. A intenção era constituir um núcleo de fiéis da nova fé. Com isso, selecionou cinco dos nove sacramentos positivistas como mínimos para um membro ser considerado integralmente positivista. São eles: apresentação à humanidade, iniciação, admissão, casamento e transformação.

O primeiro deles é correspondente ao batismo católico e acontece no primeiro ano do nascimento da criança. Já a iniciação se torna um sacramento adquirido quando o adolescente inicia o curso enciclopédico das sete ciências aos 14 anos. A admissão é quando este se torna

¹²⁷ Apud, Ivan Lins, op. cit., 2009, p. 816.

¹²⁸ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 134.

adepto da Igreja Positivista, após entender a “lei natural da vida”. O casamento ocorre quando o indivíduo entende a importância da constituição de uma família. E, por fim, a transformação, por ocasião da morte.

Os outros quatro sacramentos só seriam obrigatórios a quem se tornava sacerdote na “Nova Fé”. Um deles é a destinação, aos 28 anos, só para homens que precisavam escolher a profissão, tendo em vista que as mulheres na religião positivista têm como natureza espiritual educar os filhos. Aos 42 anos, o sacramento adquirido por um verdadeiro positivista seria a maturidade, quando o homem atinge na sua plenitude a preparação social, que lhe disciplina a ter maiores obrigações. Outro sacramento seria o retiro, aos 63 anos, ao encerrar o servidor da humanidade masculino sua fase de atividade direta para, finalmente, chegar ao último, chamado de incorporação à humanidade, quando tem lugar o julgamento sacerdotal da existência que findou, sete anos após sua morte.

No final de ano de 1883, Miguel Lemos, após a ruptura com Laffite, curiosamente foi procurar emprego, e conseguiu o de secretário da Biblioteca Nacional. Os outros membros do Apostolado naquele momento possuíam empregos em áreas urbanas: “(...) não havia entre eles camponeses nem proprietários rurais”¹²⁹, sendo que engenheiros, médicos e matemáticos eram maioria. A defesa do saber técnico pautado no cientificismo era um dos norteadores dos debates nas reuniões do Apostolado. Um poeta e membro do Apostolado Positivista do Brasil, chamado José Mariano de Oliveira, escreveu um poema em 1887 reverenciando a militância de Lemos, e lhe dedicou um folheto, do qual selecionamos o trecho a seguir:

“O mando firme, o estimulante constante, o reiterado apelo a cada instante em bem da eterna e imorredoura causa, tudo juntou em firme laço as hostes, fel-as da deusa os gloriosos postes, animou as sem pausa”.¹³⁰

A idolatria do grupo por seu líder dava o sentido da coesão, embora seja preciso reconhecer que o Apostolado possuía um grupo pequeno de adeptos frequentes para um país continental, repleto de diversidades culturais, sociais, econômicas e políticas. O que nos faz pensar o quanto era ambiciosa a conduta do Apostolado ao enviar, por exemplo, uma carta¹³¹

¹²⁹ José Murilo Carvalho, *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 137.

¹³⁰ José Mariano de Oliveira, *A Miguel Lemos*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1887, p.11.

¹³¹ Miguel Lemos, *O projeto de casamento civil (carta à S. Ex. o Sr. Ministro do Império)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 2ª Edição, 1887.

ao então Ministro do Império, Conselheiro Antunes Maciel, sugerindo a conduta que o Apostolado considerava correta de se instituir o casamento civil no Brasil. Miguel Lemos deixava claro que a militância do Apostolado a favor do casamento civil, diferentemente da do ministro, não visaria beneficiar os imigrantes, e sim os elementos nacionais. Ou seja, além de emitir opinião pautada em preceitos positivistas em relação ao casamento civil, o Apostolado explicitou sua opinião sobre outro polêmico debate da época, a imigração.

No ano de 1885, por consequência da firme conduta do Apostolado, ocorre um episódio que marca a ruptura definitiva das relações entre Benjamin Constant e a Igreja Positivista: “(...) um aluno de Benjamin Constant, atuando como examinador num concurso para a cadeira de matemáticas no Colégio Pedro II, afirmou, em discussão com um candidato, que Comte cometera um erro em matemática e que seu professor o corrigira”.¹³² Constant identificou a correção como insignificante e ficou contrariado com o ocorrido. Teixeira Mendes procurou Benjamin Constant na mesma noite, em sua residência no Instituto dos Cegos, pedindo-lhe informações sobre o acontecido, ouviu a opinião crítica dele sobre a atitude do aluno e informou que lhe enviaria formalmente “(...) uma carta, que seria tornada pública”.¹³³ No entanto, a carta foi publicada¹³⁴ sem ser enviada a Constant no dia 25 de outubro, e distribuída entre os alunos e professores da Escola Militar e da Escola Politécnica, o que causou grande consternação em Constant. Além de ser agressiva ao seu prestígio, a atitude de Mendes contrariou a norma positivista segundo a qual a obra de Comte só poderia ser reavaliada criticamente depois da “reorganização da sociedade”.

A conduta firme do Apostolado continuava de um lado idolatrada por seus adeptos, mas ao mesmo tempo gerava sérios atritos com positivistas que não aderiram à Igreja. Isso pode ter sido determinante para a inviabilização de uma maior consolidação da doutrina no Brasil.

¹³² Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 252.

¹³³ *Ibid.*, p. 252.

¹³⁴ *Apud, Ibid.*, p. 252.

2 A AÇÃO DO APOSTOLADO POSITIVISTA NO ALVORECER DA REPÚBLICA

2.1 A militância em torno da abolição e da república

O Apostolado abraçou duas campanhas dentro da realidade brasileira da década de 1880 o republicanismo e o abolicionismo. No entanto, não o fez com a proposta democrática e liberal de muitos membros do Partido Republicano, e sim, com a pretensão de implantar uma nova ordem “conservando e melhorando”, de acordo com os princípios defendidos por Comte na obra *Appel aux conservateurs* publicada em 1855. Conforme observou José Murilo de Carvalho,

“(...) o conceito de conservador provinha de sua visão particular da Revolução, que procurava fugir, de um lado, ao jacobinismo robespierrista, rousseauiano, chamado de metafísico, e, de outro, ao reacionarismo do restauracionismo clerical. Era conservador, na visão de Comte, aquele que conseguia conciliar o progresso trazido pela revolução com a ordem necessária para apressar a transição para a sociedade normal, ou seja, para a sociedade positivista baseada na Religião da Humanidade”.¹³⁵

Sob a direção de Miguel Lemos, o Apostolado engajou-se na defesa da implantação de uma nova ordem conservadora no Brasil. A ação da instituição estava voltada a promover a formação de um Estado-nação de cunho autoritário, que seria a base de uma nova ordem social. A teoria positivista fornecia subsídios para que a nova ordem viabilizasse a transição da fase católica, feudal, monarquista e militar para uma sociedade moderna, republicana, industrial e positiva. O Estado seria o planejador da economia agindo como mecanismo social de regulação da acumulação de capital. Conforme observou Alonso, segundo a percepção do Apostolado Positivista, “O país possuía condições necessárias para transitar do

¹³⁵ José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1990, p. 21.

mundo feudal para o capitalismo. Desde que removesse um obstáculo crucial: o regime escravocrata”.¹³⁶

Em seu discurso¹³⁷, Miguel Lemos ressaltava que a humanidade almejava um novo estado de equilíbrio capaz de fazer enfim cessar a anarquia dissolvente que, desde o fim da Idade Média, agitava o Ocidente. Na transição da fase metafísica para a positiva, o rural tornava-se subordinado ao urbano-industrial. Tal princípio doutrinário fundamentava a orientação política do Apostolado Positivista em defesa do abolicionismo, transformando as referências teóricas em ação. Essa junção de teoria e prática daria um particularismo singular ao Apostolado que se difere inclusive da essência de Comte, mesmo com todo o esforço em seguir os princípios desse mestre.

Tal particularismo esteve diretamente presente na atuação do Apostolado Positivista sobre a abolição, de forma peculiar e doutrinária. A extinção do sistema escravista representaria um passo fundamental para a sonhada *incorporação do proletariado na sociedade moderna*, como desejava Comte. Não se deveria simplesmente abolir a escravidão, mas também, incorporar econômica e moralmente, como, membros da nação, os ex-escravos. O salário significava um subsídio da sociedade ao trabalhador para este poder manter a família, muita valorizada no positivismo, objeto privilegiado nos opúsculos de Miguel Lemos.

No sistema escravista do Brasil, as relações de força eram completamente distintas do emergente capitalismo na França, que se autorregulava por intermédio de um projeto de aliança entre a burguesia industrial e um Estado previsor e provedor como demonstrou Bosi.¹³⁸ Comte buscava controlar o movimento operário na França não separando a economia política da ciência e da sociedade, pois usou as formas científicas para sistematizar o que considerava como “ameaça anarquista”.

Quando estava na França, o Líder do Apostolado Brasileiro afirmou que o então mestre Laffite havia lhe indicado fazer um trabalho sobre “(...) diversas raças que povoam o Brasil e sobre o problema da sua incorporação”.¹³⁹ Lemos respondeu a essa solicitação

¹³⁶ Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 213.

¹³⁷ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p. 6.

¹³⁸ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 3 ed., 1995, p. 274.

¹³⁹ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, op. cit., p. 177.

mencionando que só poderia obter os dados precisos para a questão na volta ao Brasil, e que uma ação real sobre a situação só seria possível quando o positivismo se achasse com força necessária, na opinião pública, para servir de base de orientação para os grandes proprietários rurais, já que em um país essencialmente agrícola a ruína desses proprietários significaria “(...) a ruína de nosso país”.¹⁴⁰

O opúsculo intitulado *O positivismo e a escravidão moderna*¹⁴¹, que tratava de uma homenagem ao líder da revolta escrava do Haiti, Toussain-Louverture, contrariava a perspectiva da elite imperial, que o considerava como um transgressor da ordem. O opúsculo proclamava este líder como um “(...) promotor e mártir da liberdade de sua raça”.¹⁴² Miguel Lemos considerava a escravidão um crime que condenava moralmente “(...) as instituições que a haviam promovido e preservado: Igreja Católica e o Estado”.¹⁴³ O posicionamento do Apostolado nesse sentido explica o já aqui mencionado desligamento de Joaquim Ribeiro de Mendonça, por possuir escravos. Segundo as concepções vinculadas ao Apostolado Positivista, o regime escravista impediria o progresso da atividade econômica para a consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

O episódio que culminou no desligamento de Mendonça do Apostolado Positivista elucidou, para Angela Alonso, uma postura muito mais correspondente a uma radicalização política do que a uma radicalização doutrinária por parte de Miguel Lemos. As provas disso, além do próprio desligamento em si, teriam sido para autora a reiteração da posição abolicionista do Apostolado Positivista e o rompimento deste com Laffite.

Comte criticava a escravidão colonial, e dava ao Estado Republicano o papel de extirpar os regimes escravocratas. Os membros do Apostolado Positivista do Brasil combinavam seus argumentos antiescravistas com sua propaganda republicana. A Monarquia representou um atraso no âmbito do pensamento positivista, pois para Comte “Sociedade

¹⁴⁰ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p. 177.

¹⁴¹ Miguel Lemos, *O positivismo e a escravidão moderna*. Rio de Janeiro: 1884, Igreja Positivista do Brasil.

¹⁴² Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 210.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 211.

industrial, já não mais feudal nem militar, trabalho livre e ditadura republicana constituiriam o novo sistema”.¹⁴⁴

No Brasil, dentro do movimento republicano estavam cafeicultores ou bacharéis de São Paulo envolvidos no sistema agroexportador que tinha como objetivo garantir a mão-de-obra escrava até o momento em que a imigração europeia a substituísse. Como ressaltou Bosi¹⁴⁵, para o caso de a política imperial os colher de surpresa decretando a abolição, esses cafeicultores pleiteavam ressarcimento pelos danos que a alforria acarretasse aos seus negócios. Os membros do Apostolado Positivista rejeitavam tal ressarcimento, e defendiam a abolição imediata. Para Bosi além do argumento doutrinário, tal atitude era coerente com a oposição política desses e de outros republicanos do Rio aos republicanos de São Paulo que fizeram a Convenção de Itu.

Outra característica peculiar do Apostolado Positivista foi interpretar a diferença de raças por um viés sociológico e não apenas biológico como muitos pensadores contemporâneos. O Apostolado considerava que “(...) africanos e indígenas estariam no estado fetichista por razões sociais que poderiam ser superadas”¹⁴⁶, Assim o grupo elaborou uma teoria própria de defesa de uma miscigenação racial que difere inclusive da perspectiva de Comte, embora aproprie algumas de suas idéias, ressignificando-as, contudo, de acordo com a realidade brasileira.

O otimismo em relação à mestiçagem era uma interpretação peculiar dos positivistas do Apostolado, a qual opunha neste sentido, à interpretação do “darwinismo social”, que adotava uma forma pessimista de enxergar a miscigenação em que as raças constituíam fenômenos finais, “(...) sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como um erro”.¹⁴⁷ A mestiçagem tida, por essa perspectiva, como degeneração não só racial, como social, pois, é o tipo puro que é enaltecido nesta “teoria das raças”. O Apostolado Positivista apresentava, por

¹⁴⁴ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 3 ed., 1995, p. 276.

¹⁴⁵ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 3 ed., 1995, p. 278.

¹⁴⁶ Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 219.

¹⁴⁷ Lilia Moritz Schwartz, *O espetáculo das raças*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993, p. 58.

outro lado, “(...) uma teoria da miscigenação como alternativa ao branqueamento que a imigração europeia, defendida por liberais e federalistas científicos, prometia trazer”.¹⁴⁸

Alonso destacou também que a força da teoria positivista no Brasil se estruturava na junção da “teoria positiva das forças sociais” com a “teoria da formação do Estado-nação”. O abolicionismo do Apostolado Positivista era uma das consequências dessas interpretações. A teoria positivista apresentava a história moderna como um “movimento ocidental” a ser atingido por toda a humanidade e a escravidão como um obstáculo crucial para se alcançar esse objetivo no Brasil. A autora ressalta ainda que, para os positivistas, a permanência da escravidão negaria a cidadania plena a indivíduos legítimos que integravam a nação, impedindo a sociedade brasileira de seguir o rumo “normal” do Ocidente.

A teoria positivista defendia um abolicionismo fundamentado em juízos morais e na análise da lógica econômica moderna, pois o regime escravista, “(...) obstruiria a organização do capitalismo”.¹⁴⁹ O declínio do setor agrícola viabilizando a emergência do industrial urbano estava contido nessa perspectiva positiva. Alonso destaca que a teoria positivista expunha termos próximos da economia política socialista contemporânea; porém, ao contrário dos socialistas, buscava soluções harmonizadoras em detrimento da exacerbação do conflito. Sendo assim, as recusas de quaisquer soluções rurais e as adaptações aos novos padrões urbanos e industriais estão no cerne do projeto de transformação dos líderes do Apostolado Positivista Brasil.

Alonso elege o processo de colonização e a miscigenação racial como os dois eixos explicativos da interpretação geral dos positivistas abolicionistas brasileiros para a formação do Estado-Nação. Ela analisou o livro *A fórmula da civilização brasileira* de Aníbal Falcão e considera que o autor é quem melhor desenvolve a relação entre o processo de colonização e o escravismo. Falcão apresentou uma “teoria sociológica das raças”, apresentada tal como no Manifesto de 1880 que escreveu junto com Teixeira Mendes, hierarquizando os grupos étnicos conforme funções sociais: intelectual (branco), ativa (amarelo) e afetiva (preto). Na hierarquia entre as raças, pela perspectiva positivista, não haveria superioridade biológica, pois a explicação para a desigualdade das raças era sociológica.

¹⁴⁸ Angela Alonso, op. cit., p. 219.

¹⁴⁹ Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 214.

Os africanos e os indígenas não seriam biologicamente inferiores e sim “retardados” na marcha da civilização. Tal perspectiva presume uma superioridade intelectual do branco levando em conta que os modelos urbanos, industriais e cientificistas fossem termômetros de maior desenvolvimento intelectual. O atraso e o progresso seriam medidos assim pelas circunstâncias sociais, e o legado da colonização portuguesa teria sido positivo ao misturar as “raças”. Alonso destaca a partir disso que “(...) o repertório da política científica permitia aos positivistas abolicionistas apresentar a escravidão como dura crueldade dos ocidentais e enfatizar como fundamental à completude da pátria brasileira a incorporação do negro e do índio ao grupo ocidental”.¹⁵⁰

A adesão de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira ao republicanismo foi outro pilar para a construção de uma nova ordem social. Essa adesão ocorreu desde o princípio de suas trajetórias acadêmicas. No entanto, na década de 1880, no momento em que passaram a atuar na direção do Apostolado, dois aspectos particulares haviam amadurecido no pensamento de ambos: a defesa de uma transição necessária para uma Ditadura Republicana e a importância de uma militância política que fizesse com que tal ideia fosse aceita na sociedade. Dentre as publicações do Apostolado desta década, existem registros de correspondências nesse sentido, algumas endereçadas, inclusive, ao Imperador D. Pedro II, alvo de muitas críticas formuladas pelo Apostolado Positivista.

Em uma de suas circulares anuais de outubro de 1889, por exemplo, Miguel Lemos destacava a importância da abolição da escravidão ressaltando que ela só não havia ocorrido antes, pelo fato de o Imperador ter sido conivente com os interesses escravocratas, não mostrando a energia exigida pela sua alta função política. Sua aliança com os conservadores, para Miguel Lemos, o impediu de seguir a pressão internacional pela abolição. Em sua opinião, a princesa Isabel: “(...) como mulher que era a inspiração preponderante do coração, não hesitou em despedir um ministério retrógado e em chamar ao poder um chefe político conhecido pela sua atitude favorável à abolição”.¹⁵¹ Ao qualificar o lado afetivo da princesa como superior moralmente por ser ela mulher, Lemos estava adotando um argumento da fase religiosa do pensamento de Comte.

¹⁵⁰ Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 220.

¹⁵¹ Cf. Antonio Paim, *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 20.

O líder do Apostolado fazia questão de afirmar que a abolição da escravidão não havia ocorrido devido à intervenção da Monarquia. Ele alegava que a natureza teológica e militar do governo monárquico não era antagônica a um fato (escravidão) que, em sua opinião, era consequente do teologismo e da guerra. Para Lemos, a Monarquia era um símbolo de uma casta teocrática caracterizada pela supremacia de uma família (imperial) sobre a nação, e os senhores de escravos naturalmente eram aliados ao trono, constituindo uma classe de privilegiados.

Entre suas constantes críticas ao regime monárquico, o Apostolado enviou a Joaquim Nabuco que como se sabe teve atuação de destaque no movimento abolicionista, mantendo-se fiel ao regime uma carta datada de 1º de outubro de 1888, onde afirmava que a Monarquia teve a vida pautada na escravidão, aconselhando-o a buscar novas orientações políticas. Para o diretor do Apostolado, a regeneração social do Brasil, só poderia ser possível com a adoção de um governo provisório de caráter ditatorial. Partindo deste princípio, aconselha Nabuco a militar por essa causa e a conhecer as condições de aplicabilidade desse possível governo, por meio da leitura da obra *La Dictature Republicaine d`après Auguste Comte*, de Lagarrigue. A preocupação de Lemos, na verdade, era com os riscos da manutenção de um regime constitucional pautado nos ideais do novo liberalismo-democrata, que como vimos para ele era inaceitável.

A expressão “absurdo metafísico” era bastante recorrente no discurso do chefe do Apostolado Positivista. Com ela, Lemos externava sua desconfiança de que uma nova ordem parlamentar e democrática poderia rumar o país para uma anarquia, o que ele não desejava e que Comte rejeitava. Para Comte a nova forma de governo deveria ser ditatorial e não parlamentar.

O Apostolado Positivista seguia esse princípio do mestre à risca, e na correspondência a Joaquim Nabuco argumentava que o republicanismo democrático devia ser banido de nossa política, para dar lugar à Ditadura Republicana. Além disso, apontou para as contradições que Nabuco demonstrava como um monarquista. Questionou o fato de ele não poder ser ao mesmo tempo um liberal e católico, e que, ao atribuir algum mérito ao regime monárquico no que se refere ao advento da abolição de escravidão, estava sendo oportunista. Nem o catolicismo, um dos pilares do regime monárquico, nem o próprio regime fizeram esforço para impedir a restauração da escravidão no Ocidente.

Miguel Lemos afirmou na correspondência a Nabuco que o catolicismo estaria em alto declínio em força e influência. Por isso, Nabuco deveria preocupar-se em não deixar que a religião fosse suplantada pelo liberalismo-democrático de cunho metafísico. O chefe do Apostolado Positivista externava a situação da doutrina católica entre a nova geração de intelectuais; porém no Brasil, os intelectuais eram a grande minoria e a força do catolicismo nos setores populares era muito grande.

A Igreja Católica era um dos alvos da contestação dos pensadores republicanos. Muitos deles eram críticos do caráter orgânico do catolicismo e declaradamente simpatizantes do liberalismo anti-católico, do positivismo que negava a existência do sobrenatural e de outras doutrinas que também criticavam o catolicismo. No Império, o catolicismo era a religião oficial do Estado e um dos agentes dos *status quo* imperial, contestado pelo movimento republicano. A separação entre Igreja e Estado ocorrida, posteriormente, significava também a separação entre o catolicismo e o Estado. Como observou Angela Alonso, a “(...) Igreja dava auxílio vital ao Estado no controle social, especialmente onde os braços estatais eram mais curtos: no meio rural”.¹⁵²

As elites no Segundo Reinado estiveram mais preocupadas em reger os debates entre os grandes proprietários de terra do que reger o povo; “(...) a religião do Estado era o veículo necessário de controle social porque o Estado não lograra ainda realizar sua tarefa pedagógica de transformar todo o ‘povo’ brasileiro em opinião pública”.¹⁵³ A força da Igreja Católica residia na base popular; a reforma patrocinada pela Santa Sé valorizava o catolicismo popular, “(...) desde, no entanto, que submetido ao controle da hierarquia”.¹⁵⁴

A leitura da obra *Curso de filosofia positiva*, de Comte, serviu para Lemos como uma base de sustentação sobre o papel da religião na sociedade. A obra enfatizava que somente a sociedade medieval-católica, organizada segundo os preceitos da moral universal, deveria ser o modelo para o futuro positivista da humanidade. – Miguel Lemos – tinha por convicção que o positivismo era um continuador na Religião Católica, que em sua opinião já estaria

¹⁵² Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 64.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 65.

¹⁵⁴ Sérgio Lobo de Moura, *A Igreja na Primeira República*. (In): Boris Fausto, *O Brasil Republicano Sociedade e Instituições*, Rio de Janeiro: Ed. Beltrand Brasil, 1997, p. 325.

esgotada em razão de sua base fictícia e sobrenatural. O positivismo, tendo por base inalterável a ciência, traria a solução definitiva para a regeneração social da humanidade.

O Apostolado Positivista do Brasil, que já defendia a separação entre Igreja e Estado nos últimos anos de Império, encarava o catolicismo como símbolo do medievalismo e como uma instituição que seria superada gradualmente pela evolução da sociedade. Na prática, contudo, a conduta do Apostolado Positivista orientou-se no sentido de promover tal evolução através da militância direta por intermédio das críticas, sem esperar pelo rumo natural que a sociedade tomaria.

Após a lei de 13 de maio de 1888 que aboliu constitucionalmente a escravidão no Brasil, o Apostolado Positivista buscou militar incessantemente por intermédio de seus opúsculos pela incorporação dos ex-escravos na sociedade. Em um deles¹⁵⁵, opôs-se ao projeto de lei de um deputado que às vésperas da decretação da abolição propunha reprimir a ociosidade, ou seja, considerar a desocupação um delito. Tal medida foi combatida no opúsculo por ser considerada atentatória da liberdade individual e redigida com regras de locação de serviços que beneficiaram os patrões contra possíveis inconstâncias dos proletários. A desocupação é adjetivada também de vagabundagem pelo deputado. O Apostolado Positivista afirmava que, para disfarçar a odiosidade da opressão, o projeto trazia cláusulas destinadas a proteger os trabalhadores contra seus patrões.

O autor do opúsculo foi Miguel Lemos, que destacou que a vagabundagem ou recusa ao trabalho não era um vício peculiar das classes pobres, e sim da burguesia. O que diferia os vadios burgueses dos proletários, para ele, era o capital, que fazia com que estes ditassem ao Estado normas que tornavam a obtenção de recursos praticamente inacessível aos proletários. Esses vadios burgueses promoviam, para Lemos, “(...) a instituição das sinecuras burocráticas e pendocráticas; são eles que fazem medrar a lepra dos diplomas; são eles que tornam necessários os grandes ordenados distribuídos aos filhotes dos maiores políticos”.¹⁵⁶ Para o autor, eram essas atitudes que arrastariam muitas vezes os pobres para a vagabundagem.

¹⁵⁵ Miguel Lemos, *A repressão legal da ociosidade*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1888.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 2.

O opúsculo cita ainda o caso da França, e atribui à classe média burguesa do país crimes como a febre da agiotagem, a fraude sistematizada na indústria e no comércio, negociatas e enriquecimento rápido sem trabalho que defraudam o Estado. Lemos propõe por fim que se fosse lícito ao poder judicial punir por vagabundagem, essa punição deveria se exercida, de preferência sobre a “vadiagem burguesa”.

O conceito de vadiagem como destacou Chalhoub se constrói nas mentes de alguns parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: “(...) todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante da ordem”.¹⁵⁷ Dentro dessa perspectiva, o ocioso é quem não paga sua dívida com a sociedade, não trabalhando e, portanto, não produzindo nada para promover o bem comum.

Além de não levar em consideração os motivos que levariam um indivíduo a não possuir trabalho, tal perspectiva atribuía aos “ociosos” o *status* de pervertidos e viciados que representavam uma ameaça à moral e aos bons costumes. Como observou Chalhoub, para muitos desses parlamentares “Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade”.¹⁵⁸ Assim, os referidos parlamentares consideravam os ociosos como criminosos que representavam risco à propriedade e à segurança individual, sendo assim a vadiagem um crime que deveria ser reprimido.

O autor destacou que o projeto estabelecia uma relação da ociosidade indevida e perigosa ao fato de o indivíduo ser pobre. “Se um indivíduo é ocioso mas tem meios de garantir sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso a ordem social. Só a união de vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem engendrando o crime”.¹⁵⁹ A discordância entre Miguel Lemos e os parlamentares do Segundo Reinado sobre a vadiagem era que para o líder do Apostolado o conceito não deveria ser aplicado só aos pobres, mais também a indivíduos de outras classes sociais que, não estavam em consonância

¹⁵⁷ Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e botequim*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 46.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p.47.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 47.

com os princípios que defendia. No entanto, no sentido geral de condenação a pobres e libertos por não possuírem trabalho, não há oposição de ideias entre Miguel Lemos, e os deputados que defendiam o projeto de repressão à ociosidade estudado por Chalhoub.

Esse projeto foi elaborado pelo ministro Ferreira Vianna no ano de 1888, e sua discussão “(...) bastante marcada pelos ânimos ainda exaltados pelas repercussões da lei de 13 de maio”.¹⁶⁰ A utilidade do projeto foi votada quase unanimemente pela Câmara. A lei de 13 de maio era considerada pelos deputados uma ameaça à ordem, por nivelar diferentes classes de um dia para o outro provocando um deslocamento de profissões e hábitos, algo cuja consequência era imprevisível. Os libertos eram considerados indivíduos despreparados para a vida em sociedade, e por isso potenciais ociosos ou furtadores que poderiam trazer um “caos” ao país por não serem suficientemente “civilizados”. Para que os libertos não comprometessem a ordem estabelecida, dever-se-ia reprimir seus vícios que “(...) seriam vencidos através da educação, e educar libertos significava criar hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade”.¹⁶¹

Por fim, Chalhoub trouxe à tona o uso do termo “classes perigosas”, interpretado por legisladores brasileiros como sinônimo de “classes pobres”. “(...) isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”.¹⁶² Sendo assim, os pobres apresentariam maior tendência à ociosidade, por serem menos moralizados, podendo com facilidade “rolar até o abismo do crime”. Esse foi um dos argumentos para que os deputados justificassem a obrigatoriedade do trabalho para as classes populares. Pressupondo que o cidadão tem uma dívida com a sociedade que lhe garante a segurança, os direitos individuais e a liberdade.

O Apostolado Positivista tinha no embate ideológico para nortear o modelo republicano além de adversários dentro do próprio positivismo, outras correntes que demonstravam força, naquele momento, para oferecer justificção racional ao regime republicano no Brasil. José Murilo de Carvalho aponta,¹⁶³ neste sentido, para um embate entre três correntes: o próprio

¹⁶⁰Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e botequim*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 40.

¹⁶¹ Ibid., p. 42.

¹⁶² Ibid., p. 48.

¹⁶³ José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1990, p.9.

positivismo, o jacobinismo à francesa, e o liberalismo à americana. Embora não fossem fidedignamente importados, e sim apropriados pelos agentes políticos, estes modelos sem dúvida influenciaram fortemente os pensadores republicanos neste momento de transição da Monarquia para a República.

As dificuldades que os republicanos teriam para substituir uma forma de governo com uma estrutura solidificada ao longo do século XIX eram grandes. Dentro dessa realidade, os grupos republicanos se dividiam em busca de uma solução desejada. A solução do Apostolado Positivista delineava-se em defender o progresso nos moldes positivistas, pela ação rígida do Estado, para incorporar o proletariado na sociedade – principalmente os ex-escravos, problema que a República iria encontrar sérias dificuldades para resolver.

Nos últimos anos do império, a ação do Apostolado Positivista objetivava convencer tanto os republicanos democratas quanto os monarquistas de que o melhor regime a se adotar seria a ditadura republicana. O risco da manutenção da monarquia ou da adoção de uma nova ordem republicana democrática eram duas possibilidades reais, e a incerteza só aumentava a militância destes positivistas.

2.2 A Proclamação da República e a crença no advento da “Ditadura Republicana”

“A transformação política inaugurada a 15 de novembro determinou para o positivismo uma fase de atividade e de influência que incompatibilizarão a seu chefe a subordinação pessoal ao poder civil”.¹⁶⁴

Miguel Lemos, que ocupava a posição de líder da Igreja Positivista no início da República, escreveu um ofício¹⁶⁵ ao então Ministro do Interior, Aristides Lobo, no qual pedia exoneração do cargo de secretário da Biblioteca Nacional para se dedicar exclusivamente à direção do Apostolado Positivista. Ele salientava que a transformação política inaugurada em

¹⁶⁴ Ofício enviado por Miguel Lemos ao Ministro do Interior no dia 22 janeiro de 1890.

¹⁶⁵ Ibid.

15 de novembro de 1889 determinava para o positivismo uma fase de atividade e de influência que incompatibilizava ao chefe de seu Apostolado exercer um cargo público em paralelo.

O pedido de exoneração e as justificativas nos levam a concluir que, para Miguel Lemos, a transição para a esperada “Ditadura Republicana” estava se consolidando. Assim, ressaltava a necessidade de deixar uma atividade que considerava secundária, pois seu desempenho atrapalharia o exercício da função de líder espiritual do grupo positivista ortodoxo em um momento tão significativo. Lembrava também a separação do Estado e da Igreja, para explicar que as religiões naquele momento deveriam limitar-se aos próprios recursos e influências. No mesmo dia, Teixeira Mendes enviou um ofício ao então Ministro da Agricultura, Demétrio Ribeiro, comunicando de sua desistência do cargo de segundo oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Mendes ressaltou que “(...) graças à eliminação sucessiva da escravidão, da casta real e da teologia oficial, a ação política do positivismo exige de seus apóstolos sistemáticos maiores deveres”.¹⁶⁶

Alguns acontecimentos que marcaram o contexto político do país em fins dos anos 1880 podem ter levado Miguel Lemos e Teixeira Mendes a acreditarem, com convicção, na possibilidade de que o Brasil estaria caminhando para uma “Ditadura Republicana”. Dentre eles, podemos destacar o fato de a transição da Monarquia para a República ter sido realizada através de um golpe militar. Entre os militares, ocorreu uma grande disseminação das ideias positivistas, reforçadas por lideranças como, por exemplo, a de Benjamin Constant, que ocupou a cadeira de professor da Escola Militar. Muitos de seus alunos aderiram ao pensamento de Comte defendido em suas aulas. A propaganda militar acabou sendo “(...) mais direta e eficaz no terreno quase que político, em favor da República, do que no terreno científico”.¹⁶⁷

O famoso cronista João do Rio, ao entrevistar um positivista da Igreja no final do século XIX, obteve uma afirmação de “(...) que a juventude militar era quase toda compostas

¹⁶⁶ Ofício enviado por Raimundo Teixeira Mendes ao Ministro da Agricultura, no dia 22 janeiro de 1890.

¹⁶⁷ Felisbelo Freire, *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 173.

por simpáticos ao pensamento comtiano”.¹⁶⁸ Outra informação dada naquela entrevista é de que no Brasil deveriam existir uns 700 ortodoxos.

É importante lembrar que o pai de Paulo Barreto (João do Rio), o professor de matemática Alfredo Coelho Barreto, foi um positivista ortodoxo, filiado à Igreja Brasileira, “(...) foi o menino Paulo Barreto o primeiro a receber o sacramento inicial do Positivismo, correspondente ao batismo católico”.¹⁶⁹ Para decepção do pai, o sacramento da apresentação que recebeu aos dois anos na cerimônia no Apostolado não fez efeito, pois Paulo Barreto não se tornou um membro do Apostolado e só retornou ao templo já adulto, e como jornalista, para tratar da instituição em sua obra *As religiões do Rio*. Dentre as exigências do Apostolado Positivista, além de não se poder aceitar cargos políticos, durante a suposta fase de transição para a fase positiva, um positivista ortodoxo não deveria, “(...) fazer parte do jornalismo e sim recorrer a este para comunicações urgentes, e assiná-las com seu nome assumindo a inteira responsabilidade moral e legal que daí decorre”.¹⁷⁰

A implantação da ordem republicana no Brasil deu-se no contexto de uma crise de hegemonia que marcou as duas últimas décadas do século XIX. Os três núcleos significativos da tradição imperial¹⁷¹ – o indianismo romântico, o liberalismo estamental e o catolicismo hierárquico – passam a estar no centro da contestação dos novos agentes políticos. O cientificismo em que o positivismo estava inserido era crítico dos três núcleos. Essa ordem para o Apostolado seguia um princípio fundamental da sociologia positivista, “(...) a noção de uma ordem social natural”.¹⁷², que era chave para entender a importância que Comte atribuía ao estudo das ciências, da matemática e da engenharia.

A geração de intelectuais da Primeira República (1889-1930) teria pela frente o desafio de criar uma identidade coletiva para o país; porém, pela disparidade ideológica a missão foi bem complicada. Como a maior cidade e a capital do país, o Rio de Janeiro, como destacou Carvalho, sentiu em grau mais intenso “(...) do que qualquer outra cidade, as

¹⁶⁸ João do Rio, *As religiões do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar – Coleção Biblioteca Nacional n° 47 – 1976, p. 24.

¹⁶⁹ Ivan Lins, op. cit., 2009, p. 574.

¹⁷⁰ Miguel Lemos, *Nota sumária sobre sua organização*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1891 p.1.

¹⁷¹ Os três núcleos são ressaltados por Angela Alonso, op. cit., p.56.

¹⁷² Apud, Todd A, Diacon. *Rondon, perfis brasileiros*. São Paulo: Tradução Laura Teixeira Motta; coordenação Elio Gaspari e Lilia Moritz Schwarcz. Ed. Companhia das letras, 2006, p. 97.

mudanças que vinham fermentando durante os últimos anos do Império e que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República”.¹⁷³ A abolição lançou os ex-escravos no mercado de trabalho livre, aumentando o número de empregados e subempregados. Outra questão foi a falta de ocupação fixa por esses “novos cidadãos”, que quando escravos eram considerados mercadorias pela sociedade. Esses problemas sociais decorrentes de uma abolição que não priorizou um amparo social aos ex-escravos acarretaram em um caos muito grande no país, e foram um obstáculo crucial para a consolidação da República no Brasil.

Segundo relatos da época, a Proclamação da República, aparenta ser resultante de um golpe militar articulado por oficiais de baixa patente, que se agruparam em torno do Marechal Deodoro da Fonseca que o teriam convencido a proclamar a República. Versões contemporâneas da historiografia trazem respaldo a perspectivas que, a partir dessa análise, atribuem a Proclamação, em sua origem, ao descontentamento do Exército e a desdobramentos do fim da Guerra do Paraguai. Como destacou Margarida de Souza Neves, “A iconografia dos primeiros anos republicanos também sublinha o papel do Exército, tanto se tomarmos como referência a imprensa ilustrada de então, em que desponta a pena inspirada de Angelo Agostini, quanto se pensarmos nos registros mais solenes dos pintores da época”.

174

Neves ressalta, em contrapartida, que o próprio tempo cronológico que antecede o 15 de Novembro mostra que a República brasileira não foi apenas um golpe militar que fez cair a Monarquia. A autora considera que, salvo exceções, com a publicação do *Manifesto republicano* em 1870 se oficializou o republicanismo brasileiro, já que a partir desse fato o movimento republicano organizou-se em partidos políticos provinciais e multiplicou a existência de clubes republicanos pelo país. Outra data importante, a abolição de 13 de maio de 1888, marcaria a guinada dos chamados *republicanos de 14 de maio* fazendeiros e proprietários de escravos. A maioria dos partidos republicanos formou-se após a abolição. Como destacou ainda Neves, “Do ponto de vista da política era explosiva a combinação entre

¹⁷³ José Murilo de Carvalho, *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 3ª edição, 2010, p. 16.

¹⁷⁴ Margarida de Souza Neves, *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*, (in) *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*/ organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 28.

a perda de apoio político da monarquia por parte dos setores influentes, como os cafeicultores do vale do Paraíba – grande parte deles com interesses escravistas – e do Oeste paulista”.¹⁷⁵

Emilia Viotti da Costa¹⁷⁶ destacou duas interpretações que surgiram nos primeiros anos da República sobre a proclamação, a dos vencedores (republicanos) e dos vencidos (monarquistas). Os primeiros “(...) tiveram por alvo instalar um regime republicano no Brasil, afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando uma ideia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas”.¹⁷⁷

Além disso, esses republicanos apontavam deficiência em D. Pedro II como estadista e criticavam a excessiva centralização monárquica. Outra característica comum aos “vencedores” foi atribuir grande importância à atuação do partido republicano e ao papel do Exército como veículo das aspirações populares. Viotti da Costa lembrou também, que alguns historiadores aceitaram essa versão personalista e emocional dos fatos trazida pelos “vencedores”, sem restrições. Tais historiadores exageraram na crítica moral ao papel da coroa, como se isso por si só pudesse explicar o processo histórico.

Em relação à versão dos monarquistas, Viotti da Costa afirmou que no início foi abafada pela euforia dos republicanos e pelo coro de adesistas de última hora. A autora salienta que para os monarquistas a proclamação da República é descrita como um levante militar alheio à vontade do povo, que iniciando-se com um governo instável, ao contrário do regime monárquico, que nessa versão é considerado como garantidor do progresso, da liberdade, de prestígio internacional e unidade nacional. O Império não seria a ruína e sim a conservação e o progresso, sendo generoso com os adversários, abolindo a pena de morte e a escravidão.

Viotti da Costa considerou um equívoco alguns historiadores optarem pela versão dos monarquistas ou pela versão dos republicanos. Para ela, alguns historiadores procuraram ir mais além, mas apenas acomodaram as duas versões de forma eclética; ao tentar conciliar as

¹⁷⁵Margarida de Souza Neves, *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*, (in) *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*/ organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 29

¹⁷⁶Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos* - 9.ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010, 524p.

¹⁷⁷Ibid., p. 389.

contradições, não trouxeram grandes inovações à historiografia sobre o fato. As versões tradicionais, a seu ver, atribuem à Proclamação da República três crises que abalaram o final do Segundo Reinado: Questão Religiosa, Questão Militar e Abolição. Na Questão Religiosa, simplesmente afirma-se que as prisões do Bispo do Pará e Pernambuco incompatibilizaram a Coroa com extensas camadas da população. Viotti da Costa lembra que dentro da nação, existia um grupo favorável aos bispos e outro favorável ao governo e que a própria Igreja estava dividida. Além disso, a interferência do Estado na Igreja não constituía um fato novo, tendo uma longa tradição desde o período colonial.

Na Questão Militar, as versões tradicionais atrelam o descontentamento dos militares com o governo, acrescido após a Guerra do Paraguai, à organização do golpe de 15 de Novembro. Preocupam-se em apurar os intuitos do marechal Deodoro, na manhã do dia 15, chegando a afirmar que pretendia o marechal apenas forçar a substituição de ministério, enquanto Floriano Peixoto e alguns outros militares, auxiliados por um punhado de civis converteram a passeata em golpe. Viotti da Costa alerta, no entanto, que “Nem todos os historiadores, entretanto, aceitam essa versão. Alguns acham que a República é a consequência natural dos vícios do antigo regime”.¹⁷⁸ Sobreestimar o papel do Exército na Proclamação da República, para a autora, é esquecer as contradições profundas que abalaram o Segundo Reinado e permitiram o sucesso do golpe.

As transformações econômicas e sociais ocorridas no século XIX, como a extensão de ferrovias e o crescimento das camadas urbanas, são apontadas por Viotti da Costa como determinantes na substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre. Tal processo, além de contribuir para o advento da Abolição, afetava a sociedade, criando novos interesses que se distinguiam dos valores tradicionais do *status quo* imperial. Em relação aos acontecimentos que antecederam o golpe, Viotti da Costa destacou a série de reformas que Visconde de Ouro Preto apresentou à Câmara em 11 de junho de 1889, defendendo a liberdade de culto e, a temporariedade do Senado dentre outras importantes propostas. Tal atitude teria ocorrido para satisfazer, “(...) importantes setores da nação, pois, se não fossem

¹⁷⁸ Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos* - 9.ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 389.

feitas dentro dos quadros do regime vigente, acabariam por se efetivar por meio de um movimento republicano”.¹⁷⁹

O ministro da Fazenda e Presidente do Conselho de Ministros Visconde de Ouro Preto não obteve êxito, pois a Câmara recuou diante das medidas sugeridas. Os grupos dominantes mostravam-se incapazes de aceitar as reformas necessárias. A 17 de junho de 1889, a Câmara foi dissolvida, e convocou-se outra para reunir-se extraordinariamente no dia 20 de novembro do mesmo ano. Como afirmou Viotti da Costa, alguns elementos do Partido Republicano Paulista e do Rio de Janeiro pressionaram o Exército a liderar um movimento contra o governo estabelecido, principalmente porque Ouro Preto tomou medidas que desagradaram aos militares. “Em 11 de novembro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Bocaiúva, Glicério e o coronel Solon reuniram-se na casa de Deodoro com o fito de convencê-lo a tomar partido. Mais uma vez, civis e militares conspiravam juntos contra o trono”.¹⁸⁰

Renato Lemos também mostrou a articulação¹⁸¹ entre militares e civis nos momentos que antecederam ao golpe de 15 de novembro, dando destaque às articulações de que Benjamin Constant participou. O autor mencionou o encontro entre Rui Barbosa e Benjamin Constant no dia 09 de Novembro, em que “(...) conversaram sobre a situação política e concordaram em caracterizá-la como de explosão iminente”.¹⁸² Os militares não eram unificados, o que tornou mais trabalhosa a articulação política antes do golpe. Dentro da corporação militar havia uma oficialidade mais vinculada ao Marechal Deodoro da Fonseca, liderada pelos capitães Mena Barreto e Trajano Cardoso, e uma “mocidade militar”, formada por alunos de Benjamin Constant na Escola Militar, os quais passaram a admirá-lo e a seguir seus ensinamentos de cunho positivista.

Segundo Celso Castro, essa mocidade teve o “(...) papel de elemento iniciador e dinâmico da conspiração republicana no interior do Exército”.¹⁸³ A própria ação militar na

¹⁷⁹ Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos* - 9.ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 490.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 491.

¹⁸¹ Cf. Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 368-468.

¹⁸² *Ibid.*, p. 390.

¹⁸³ Celso Castro, “*Os militares e a República*”: *Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1995, p.17.

política era uma novidade no regime republicano, já que no período monárquico não houve nem golpe militar, nem participação institucional dos militares no poder. Os militares haviam vivido uma situação marginalizada na Monarquia. Sobre isso, Celso Castro destacou que “(...) o predomínio do poder civil era motivo de orgulho para a Monarquia, principalmente quando se comparava a situação do Brasil com a de seus vizinhos”.¹⁸⁴ A mocidade militar, encontrando opositores tanto no regime monárquico quanto nas antigas ordens militares, tendeu a desenvolver “(...) características ideológicas distintas e em grande parte contrárias às da elite civil”.¹⁸⁵ Tudo isso propiciou à jovem oficialidade militar a se manifestar em prol de uma nova ordem republicana.

O academicismo presente nas escolas militares contribuiu no desenvolvimento do senso crítico, e transformava os alunos “(...) na única parte da sociedade que, sendo letrada, não se solidarizava com os bacharéis”.¹⁸⁶ Com a vitória na Guerra do Paraguai, o prestígio dos militares aumentou. Em 1871, Floriano Peixoto criou o Instituto Militar, com o intuito de defender os interesses da corporação. No entanto como vimos, não havia uma unidade militar dentro desse prestígio. O golpe militar de 15 de novembro, como destacou Celso Castro, teve a participação de apenas “(...) um grupo de militares – pequeno e muito específico –”.¹⁸⁷ O autor destacou que a grande maioria dos praças não participou do golpe, e a contribuição da Marinha foi mínima. Essa análise abre uma questão, a de que a transição para a República não foi consensual no meio militar. A mocidade militar era republicana, em muito, pela hegemonia científicista em sua formação; os pensamentos científicistas, como o positivismo, tinham relação estreita com o pensamento republicano.

Essa mocidade militar veio a demonstrar seu ardor ao republicanismo na *Questão Militar*, que foi uma manifestação política que eclodiu em 1887, por consequência de uma série de eventos em que oficiais militares manifestaram publicamente críticas a autoridades civis e militares, o que demonstrava a falta de unidade dentro da corporação militar. Após a *Questão Militar*, a tentativa de setores militares tradicionais de reformar o Exército fracassou

¹⁸⁴ Celso Castro, “*Os militares e a República*”: *Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1995. p. 20.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 20.

¹⁸⁶ Fernando Henrique Cardoso, *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*, (in) Boris Fausto, *O Brasil republicano*, v.8: *estrutura de poder e economia (1889-1930)* – 8.º Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 33.

¹⁸⁷ Celso Castro, *op. cit.*, p. 9.

abrindo espaço como destacou Celso Castro, “(...) ao movimento radical da ‘mocidade militar’. Surgirão um novo espaço institucional – o Clube Militar – e um novo líder – Benjamin Constant”.¹⁸⁸

O Clube Militar foi inclusive um dos lugares onde Benjamin Constant esteve na noite anterior ao golpe. Em seguida, foi:

“(...) à casa de Deodoro, que, no entanto, se encontrava com um irmão no bairro do Andaraí, na zona Norte da cidade. Enviou um carro para buscá-lo. Quando o general retornou, seu estado de saúde e a imprecisão das informações militares o levaram a decidir pelo adiamento da ação por um ou dois dias”.¹⁸⁹

Na madrugada de 15 de novembro, Adolfo Peña e Lauro Müller chegaram à residência de Constant, no Instituto dos Meninos Cegos, para conduzi-lo ao Quartel General do Exército. O Major Frederico Sólton espalhou o boato de que o governo pretendia prender Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. O intuito era precipitar o golpe, que para Sólton deveria ocorrer o quanto antes por iniciativa dos militares, para evitar qualquer risco de revolução popular. Como afirmou Renato Lemos o Major usou esse para sensibilizar o lastro conservador do Marechal Deodoro, quando esse ainda tinha receio em aderir à mudança de regime. Ao espalhar os boatos, Sólton tinha como objetivo encorajar as tropas do Exército a sair às ruas para derrubar o Visconde de Ouro Preto.

A ideia surtiu efeito, e a 2ª Brigada do Exército já estava armada de prontidão; a condução de Constant ao Quartel-General se deu por isso. O ocorrido surpreendeu Constant – já que se havia combinado adiar o movimento por dois dias – e também pegou desprevenido Deodoro, que pensava ser uma cilada do governo. O Marechal só mudou de opinião ao saber que o recado de que os militares já estavam a postos para o golpe era de Benjamin Constant, que solicitou ao seu cunhado – o tenente Bittencourt Costa – que o avisasse. Constant chegou antes de Deodoro a São Cristóvão e dirigiu-se primeiro para a Escola Superior de Guerra, nas vizinhanças dos quartéis que abrigavam a 2ª Brigada. Os cadetes da escola estavam em armas – portando revólveres, carabinas e espadas –, à espera das ordens de Constant. Os três regimentos da 2ª Brigada também já se encontravam em pé de guerra. Foi dado o toque de reunir e as colunas se organizaram. Como destacou Renato Lemos, “O caráter do movimento

¹⁸⁸ Celso Castro, op. cit., p. 103.

¹⁸⁹ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 401.

estava bem claro para os alunos: todos estavam conscientes de suas deliberações: proclamar-se a República, custasse o que custasse”.¹⁹⁰

Deodoro seguiu para o Campo de Santana, onde assumiu o comando das tropas¹⁹¹. O ministro da Marinha Barão de Ladário que passava próximo, recebeu voz de prisão do tenente Adolfo Peña e reagiu com tiros. Segundo Renato Lemos, nesse ato que foi o único episódio sangrento do dia, o ministro, “(...) não feriu e foi ferido”.¹⁹² O autor destacou ainda que, segundo o visconde de Ouro Preto, as tropas à disposição do governo eram do 1º, 7º e 10º batalhões de Infantaria de Linha, do Corpo Policial da Corte, do Corpo de Bombeiros e os contingentes da Marinha. O ministro, convencido de que poderia enfrentar as tropas rebeldes, solicitou a Floriano Peixoto que providenciasse o ataque a artilharia, que já cercava o Quartel-General onde se encontravam. Floriano negou o pedido e os soldados da infantaria derrubaram o portão do Quartel para a penetração de Deodoro, Constant e mais alguns.

Deodoro, ao encontrar Visconde de Ouro Preto, “(...) declarou que o ministério estava deposto e que se organizara outro, de acordo com as indicações que iria levar ao Imperador”.¹⁹³ Uma das indicações é que Visconde de Ouro Preto e o ministro da justiça ficariam presos até serem deportados para Europa, e que os demais ministros poderiam se retirar. Ouro Preto se submeteu as ordens. Em sua casa, Deodoro reuniu-se com Rui Barbosa e Benjamin Constant para discutir as bases do Governo Provisório. “Neste ínterim a Câmara Municipal, através de José Patrocínio, o vereador mais moço, dava por oficialmente proclamada a República”.¹⁹⁴

Pelo fato do golpe de 15 de Novembro ter sido vitorioso e praticamente não ter encontrado resistência, Celso Castro considerou que a historiografia ficou marcada por três características que dificultaram a compreensão dos motivos e da dinâmica da ação política dos militares. Uma foi a sensação de *inevitabilidade histórica* que tira a dimensão de risco político presente nas ações dos personagens envolvidos: “(...) o golpe poderia, sim, ter fracassado, e a

¹⁹⁰ Apud, Ibid., p. 404.

¹⁹¹ Renato Lemos afirma que eram cerca de mil homens, Ibid., 405

¹⁹² Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 405.

¹⁹³ Ibid., p. 407.

¹⁹⁴ Ibid., p. 410.

República não ter sido proclamada”.¹⁹⁵ A segunda já aqui explicada foi a sensação de que os militares apresentavam uma razoável unidade. E a terceira é ver o golpe como o resultado final de um longo processo histórico. A própria garantia do regime republicano não estava findada: após o golpe, a Assembleia Nacional Constituinte, marcada desde dezembro de 1889 para reunir-se em 15 de setembro de 1890, baseava-se na existência de uma suposta ameaça monarquista.

Ainda sobre o “15 de Novembro”, cabe mencionarmos que na posterior batalha para se escolher quem foi o líder do golpe, José Murilo de Carvalho afirmou que a exposição mais bem elaborada da vertente que atribuía a preponderância de Benjamin Constant em relação aos outros personagens foi feita pelo Apostolado Positivista do Brasil. Um ano depois da morte de Constant, “Teixeira Mendes publicava sua biografia. Nesta, Benjamin é colocado no panteão cívico do Brasil, ao lado de Tiradentes e José Bonifácio. Tiradentes na inconfidência, José Bonifácio na Independência, Benjamin na República”.¹⁹⁶ O autor destaca que essa trindade cívica era para o Apostolado Positivista o símbolo do avanço da sociedade brasileira rumo ao seu destino histórico: a fase positiva.

A perspectiva do Apostolado Positivista se contrapunha, ainda para Carvalho, aos que glorificavam Deodoro. É o caso dos militares Mena Barreto e Trajano Cardoso, que consideravam a proclamação um ato estritamente militar, sob a liderança insubstituível de Deodoro. Os propagandistas civis, com destaque para os que participaram do Manifesto de 1870, tiveram como grande representante Quintino Bocaiúva, que afirmava ter sido sua a decisão, apoiada por Sólon, de inventar “(...) os boatos deflagradores da movimentação dos regimentos de São Cristóvão e, assim definindo a situação”.¹⁹⁷

Negando-se a assumir cargos políticos e públicos, o Apostolado Positivista do Brasil acabava vendo reduzida sua influência no âmbito do poder executivo. A recomendação doutrinária de que, na posição de “esclarecidos”, os ortodoxos deveriam rejeitar os cargos políticos, para assim facilitar o caminho para a incorporação do proletariado na sociedade, fez com que, os membros do Apostolado Positivista aproveitassem a forte influência da doutrina

¹⁹⁵ Celso Castro, *Os militares e a República*: Um estudo sobre cultura e ação política, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1995, p.8.

¹⁹⁶ José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1990, p.41.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p.51.

no meio militar e a considerável influência na capital federal para atuarem de forma mais direta na militância pela implantação da ditadura almejada.

De fato, o Governo Provisório teve início com aprovações de decretos que faziam parte do projeto político do Apostolado Positivista. Para entender como isso aconteceu, é preciso identificar, dentro do Governo Provisório, quem dialogava com os líderes da Igreja Positivista do Brasil, a ponto de atender as suas reivindicações. Outra grande questão é saber até que ponto a militância do Apostolado foi um elemento fundamental, já que parte significativa¹⁹⁸ da historiografia atribui a aprovação de tais leis principalmente à presença de ministros adeptos do positivismo no Governo Provisório, e à participação de deputados positivistas na constituinte.

Proclamada a República:

“(...) o que perturbava, assim logo no nascedouro, profundamente a República, era a composição heterogênea do Governo Provisório. Deodoro, à frente do governo ditatorial, representava o braço forte que derrubara o trono, espada gloriosa, que fanatizara pelo seu brilho imarcescível esse exército, que, no fumo das batalhas, se acostumara a ver o pavilhão auriverde o império confundido com a pátria, e a pátria não podendo viver sem império. Benjamin Constant, o homem coração, o coração feito patriota, o patriota tornado conspirador, na pasta da Guerra, sintetizava a alma da revolução”.¹⁹⁹

Dentro da composição heterogênea do governo encontravam-se alguns membros influenciados pelo positivismo. No momento inicial do Governo Provisório destacaram-se dois nomes: Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro. A escolha desses deveu-se ao fato de o governo ter iniciado sua reorganização após o golpe de 15 de novembro de 1889, por intermédio de um conselho de ministros, do qual ambos fizeram parte. Benjamin Constant com o prestígio de fundador da República e por ser considerado o maior articulador do golpe, iniciara o governo ocupando o ministério da Guerra. Entretanto, devido aos atritos com o Apostolado a respeito da compreensão dos fundamentos positivistas foi muito mais um mediador – vetando inclusive alguns pedidos que pudessem virar decretos do Apostolado – do

¹⁹⁸ Ivan Lins, por exemplo, ressaltou que se não fosse à mediação de Benjamin Constant e a ação de Demétrio Ribeiro o Apostolado Positivista não conseguiria ter decretos de seu interesse aprovado pelo Governo Provisório, Cf. Ivan Lins, *História do positivismo do Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964, p. 404. Renato Lemos, refere-se a depoimentos de personalidades da época que atribuíam a Constant a causa do êxito positivista no campo político no início da república, Renato Lemos, *Benjamin Constant: Vida e História*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1999.

¹⁹⁹ Dunshee Abranches, *Actos e Actas do governo provisório*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 4.

que um militante capaz de garantir a inclusão de aspectos da doutrina positivista nas leis republicanas.

Demétrio Ribeiro, empossado Ministro da Agricultura, teve uma atuação mais militante em favor de uma maior influência do positivismo na organização do novo governo. Nos três meses que ocupou o ministério, Ribeiro foi uma espécie de porta-voz de algumas reivindicações presentes no projeto de ditadura do Apostolado Positivista. Em um discurso pronunciado em 14 de dezembro de 1889, e publicado no Diário Oficial da União, Demétrio Ribeiro, que acabara de assumir a pasta da Agricultura, afirmou que os aplausos recebidos pelos espectadores, não se deviam a sua posse, mas sim pela adesão dos presentes “(...) à doutrina que represento e me levou ao poder.”²⁰⁰ Ribeiro considerava que a República recém-iniciada era composta pela generalização da nova orientação filosófica, a qual pautada, no regime ditatorial iria superar o parlamentarismo decaído da fase monárquica. E que, para constituir a República, a sociedade deveria se apoiar numa doutrina verdadeiramente orgânica, como a positivista.

É notável no discurso de Demétrio que, no momento da posse, muitas das suas reivindicações eram similares às propostas no projeto de Ditadura Republicana do Apostolado Positivista.

“(...) poderei cooperar no sentido de encaminhar-se o nosso país para o regime da mais completa liberdade espiritual- liberdade religiosa, liberdade de ensino, liberdade de manifestação de pensamento, liberdade de imprensa responsável (Aplausos), tudo isto mediante a manutenção da ordem material pela força pública”.²⁰¹

Esta parte do discurso concatena com a proposta do Apostolado Positivista no sentido de estabelecer liberdades por intermédio de uma “Ditadura republicana”. Na sequência Demétrio Ribeiro reforçou a ideia, ao dizer que “(...) no regime ditatorial republicano, se o governo tenta realizar qualquer medida e a opinião se manifesta contra sua tentativa, ele pode atender aos reclamos da opinião, considerando o caso concreto, sem sacrificar os princípios, sem sacrificar as próprias ideias”.²⁰²

²⁰⁰Apud, Ivan Lins, *A História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 326.

²⁰¹ Ibid., p. 326.

²⁰²Apud, Ibid., p. 327.

No que se refere à questão do ensino público é cabível ressaltar a crítica de Ribeiro à intervenção religiosa, perfeitamente concatenada com o posicionamento do Apostolado Positivista. A nova República para ambos, deveria se pautar na liberdade espiritual, ou seja, as doutrinas religiosas não deveriam propagar suas crenças por intermédio do ensino. Tal medida faria prevalecer, segundo eles, as idéias reais e positivas.

Dentre os membros do Governo Provisório destacaram-se também os que tinham interesses ligados ao “liberalismo federalista”. A admiração pelo modelo descentralizado americano correspondia às suas aspirações. Os Ministros Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Campos Sales eram os grandes expoentes desse pensamento no Conselho de Ministros. O novo regime republicano havia abandonado os critérios monárquicos em seu espaço de organização, o que “(...) inaugurou um período de dilatada incerteza política”.²⁰³ A multiplicidade de ordens possíveis só aumentava a insegurança sobre o rumo do regime recém-iniciado.

A ascensão do movimento militar e do movimento republicano ocorreu mediante a atuação de “propagandistas” como Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva. O primeiro além de positivista foi responsável pela doutrinação de diversos jovens militares através de suas aulas na Escola Militar. Ídolo da juventude militar Benjamin Constant tinha a fama de cabeça pensante do golpe de 1889; também era um teórico e pensador que visou à “transformação positiva” da sociedade brasileira. O segundo abolicionista era mais afeito ao estilo liberal e norte-americano. As forças armadas e alguns republicanos civis, responsáveis pela extinção da Monarquia, como ressaltou²⁰⁴ Renato Lemos, representavam o primeiro governo republicano no Brasil.

Os proprietários rurais paulistas pertencentes ao Partido Republicano, que para José Murilo de Carvalho²⁰⁵ era o mais organizado do país, viam o modelo americano como o ideal para a República. A preocupação com a ordem social e política era própria de um grupo formada por ex-senhores de escravos, que defendiam a solução federalista americana. “Para os republicanos de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no

²⁰³ Renato Lessa, *A invenção Republicana*. São Paulo: Vértice, 1988, p.50.

²⁰⁴ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 413.

²⁰⁵ José Murilo Carvalho, *op. cit.*, 1990, p.25

novo regime”.²⁰⁶ Renato Lemos²⁰⁷ afirmou que havia, de fato, entre os ministros do Governo Provisório, uma tendência à aproximação com os Estados Unidos, que, ao contrário da Europa não carregavam as práticas das relações de exploração e dependência praticadas durante o período colonial e ainda depois dele. Além disso, o autor enfatizou que os Estados Unidos simbolizavam um modelo político-econômico moderno e bem sucedido.

Vale ressaltar que a adesão do Apostolado Positivista ao Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca devia-se ao fato de que a ele também seriam conferidos atributos de grande líder conservador da ordem e do progresso, embora lhe faltasse um maior saber cientificista. Em um folheto de 1889, denominado *Mensagem ao General Deodoro*, a adesão do Apostolado Positivista ao novo governo ficou bem clara:

“Em nome do grêmio positivista desta capital, cabe-me a honrosa incumbência de depor em vossas mãos para que a façais chegar ao chefe do poder executivo, nossa franca, leal e sistemática adesão ao movimento iniciado pelo Governo Provisório”.²⁰⁸

Durante o Império, apesar de todas as críticas feitas ao governo de D. Pedro II, os líderes do Apostolado Positivista tinham uma proposta evolucionista de transição para a República, por meio da adesão do Imperador. Nessa proposta o monarca, com sua autoridade, é orientado a liderar a transição de regime, estabelecendo um tipo de ditadura republicana na qual, como afirmou Azzi, “(...) o próprio monarca designaria o seu sucessor no governo da nação”.²⁰⁹ Em documentos de fins de 1888, Teixeira Mendes se expressa sobre tal proposta:

“Se o imperante tomasse a iniciativa que respeitadamente lhe temos aconselhado sempre, poderia salvar de nossas instituições políticas o seu elemento realmente sociocrático, e que consiste na vitaliciedade do supremo funcionário, como de qualquer outro. Ao mesmo tempo essa iniciativa dava-lhe o necessário prestígio para estabelecer a sucessão pela forma inaugurada na ditadura romana, designando cada chefe o seu substituto dentro ou fora de sua família, mediante a aprovação”.²¹⁰

Teixeira Mendes afirmou ainda, que se o Imperador não recorresse a tal conselho, sobre sua memória iria pesar, em grande parte, a responsabilidade pelo que acontecesse em uma

²⁰⁶ José Murilo Carvalho, op. cit., 1990, p.25.

²⁰⁷ Renato Lemos, op. cit., 1999, p. 435.

²⁰⁸ Miguel Lemos, *Mensagem a Deodoro*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1889.

²⁰⁹ Riolando Azzi, *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p. 152.

²¹⁰ Apud, Ibid., p. 153.

transformação que podia e não queria dirigir. No folheto²¹¹ endereçado a Joaquim Nabuco, também em 1888, Teixeira Mendes afirmou que o Apostolado Positivista queria que o imperante instituisse a ditadura republicana, apoiando-se diretamente no povo, com a supressão do parlamentarismo. Tal medida, para Mendes, livraria a sociedade brasileira de dois “males”: a manutenção da monarquia, que constituía um despotismo teológico-militar, e a transição para o republicanismo democrático, que levaria o país à anarquia e desordem. A proposta evolucionista, de transição para a república por intermédio da adesão do Imperador, era um dos motivos que explicava a oposição a um golpe de Estado, como o que ocorreu em 15 de novembro de 1889. Tal proposta expressa claramente o caráter contrarrevolucionário das posições assumidas pelo Apostolado Positivista, que era absolutamente contra a tomada do poder pela violência.

De qualquer forma, a crise do Império e o advento do regime republicano, consolidado pela proclamação da República, eram sinais que, dentro da lógica evolucionista e positivista, indicariam o advento da tão sonhada fase positiva, e Miguel Lemos parecia seguro disso. Além de pedir exoneração do cargo público que ocupava, Lemos publicou o folheto *Ao povo e ao governo da república*, de 21 de novembro de 1889, com indicações de medidas urgentes que deveriam ser implantadas nessa fase de transição. No folheto²¹² o líder ortodoxo formulou uma série de normas a serem seguidas dentro dos ensinamentos de Comte, compatíveis, segundo o autor, com o momento que a pátria brasileira vivia.

A primeira delas seria que a Ditadura Republicana vigente deveria ser mantida. A segunda afirmava que o governo republicano então vigente, considerando abolido o regime parlamentar, tomaria a si o papel de elaborar, com o concurso de pessoas competentes, um projeto de constituição. A terceira seria que esse projeto deveria ser submetido à apreciação popular por todos os meios de publicidade, a fim de determinar em toda a República uma livre e extensa discussão. A quarta dizia que, encerrado o prazo previamente marcado para semelhante discussão, o governo daria ao projeto sua forma definitiva, incorporando nele as emendas que julgasse aceitáveis, ou fazendo-lhe as alterações consideradas úteis.

²¹¹ Raimundo Teixeira Mendes, *A propósito da agitação republicana*, 1888.

²¹² Miguel Lemos, *Ao povo e ao governo da república*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1889.

A quinta determinaria que a constituição deveria combinar o princípio da Ditadura Republicana com a mais ampla liberdade espiritual. A primeira caracterizar-se-ia pela reunião no poder executivo da faculdade legislativa, pela perpetuidade da função, e transmissão desta a um sucessor livremente escolhido pelo ditador, sob a sanção da opinião pública. A segunda seria caracterizada entre a separação da Igreja e o Estado, pela supressão do ensino oficial, salvo o primário, e a subsequente liberdade completa de profissões extinguindo todos os privilégios inerentes aos diplomas científicos ou técnicos. Assentar-se-ia o novo regime, na mais vasta liberdade de reunião de pensamento, com a única obrigação de que todo cidadão deveria assumir a responsabilidade por seus escritos, assinando-os.

A sexta recomendação seria a existência de uma única câmara geral, de eleição popular, pouco numerosa, exclusivamente financeira, destinada a organizar o orçamento e a fiscalizar o emprego do dinheiro público. A eleição desta câmara seria feita por escrutínio descoberto, de modo a se saber a maneira como cada cidadão votou. E a sétima, e última, é que deveriam “(...) ser salvaguardadas a situação pessoal dos funcionários quer civis, quer eclesiásticos, cujas funções forem suprimidas ou passarem para o domínio da atividade privada”.²¹³

A Ditadura Republicana pautava-se politicamente em restaurar e conservar de forma conjugada. Não era necessariamente uma ditadura de autoritarismo radical, e sim do consenso e manutenção das bases. A força do regime estaria em deter a avalanche do espírito revolucionário e democrático que se expandia pelo Ocidente.

O parlamentarismo não era visto com bons olhos pelo Apostolado Positivista. A multiplicidade de opiniões no rumo da política representava a possibilidade de conflitos que poderiam suscitar desordem e anarquia, o que era rejeitado pelo grupo. A defesa do parlamentarismo por Benjamin Constant, que concordava nesse aspecto com Littré, acabou sendo um ponto de divergência entre o positivista mais influente no Governo Provisório (Constant) e o Apostolado Positivista do Brasil. O próprio Pierre Laffite, líder da linha religiosa na França – e que, como vimos, passou a ser alvo de críticas do Apostolado Positivista do Brasil – apoiou Benjamin Constant no Governo Provisório.

Como ressaltou Renato Lemos, Pierre Laffite escreveu a Benjamin Constant em março de 1890, transmitindo-lhe, “(...) a alegria com que os positivistas franceses haviam recebido a

²¹³ Miguel Lemos, *Ao povo e ao governo da república*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1889.

proclamação da República no Brasil, mas também a apreensão que sentia diante de algumas informações, que colheira em jornais brasileiros, sobre o uso da palavra ditadura no país”.²¹⁴ Laffite considerava que Comte empregara a palavra às vezes de forma imprecisa, e elogiou a convocação de uma Assembleia Constituinte pelo Governo Provisório. Tomar a iniciativa de uma nova constituição, seria para Laffite, a política adequada contra o risco de uma restauração monárquica. No fundo, uma ditadura, no sentido mais prudente da palavra, não teria para Comte o sentido de poder pessoal absoluto, e sim de manutenção da ordem pela “ditadura do consenso”.

A força do poder executivo deveria ser realçada tanto nacionalmente quanto provincialmente no projeto de ditadura do Apostolado Positivista. “As reeleições são recomendadas e podem ocorrer regularmente, desde que venham sancionadas por plebiscitos. As eleições seriam diretas e o voto se faria a descoberto, segundo o princípio reiterado pelo mestre: viver às claras.”²¹⁵

Entre as mudanças urgentes solicitadas ao Governo Provisório pelo Apostolado, figurava o respeito à liberdade espiritual no processo de transição do regime republicano. O termo “liberdade espiritual”, presente em diversas reivindicações publicadas pelo Apostolado Positivista, possuía significado relevante para estes, por algumas razões. A primeira é que, ao defenderem a liberdade de culto, os ortodoxos estavam protegendo também os cultos cívicos, realizados não só no Apostolado, o que contribuía na divulgação do movimento para tornar a doutrina positivista como a representante da nova república brasileira.

A liberdade na esfera “espiritual” também garantiria a não intervenção do Estado nas áreas educacionais e profissionais, “(...) que se desenvolveriam com toda a liberdade a partir das famílias e dos grupos emersos das interações sociais”.²¹⁶ O que serviu de explicação para o permanente discurso do Apostolado Positivista a favor da liberdade espiritual foi a valorização que este dava ao papel dos católicos na história da humanidade.

²¹⁴ Renato Lemos, *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p.486.

²¹⁵ Leyla Perrone Moises. *Do positivismo a desconstrução*. São Paulo: Ed. Edusp, 2003, p. 37.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 37.

Segundo Miguel Lemos, o catolicismo não deveria ser encarado como um “rival invejoso”, e sim como um digno precursor para manter a lei de continuidade em busca da ordem e do progresso, pois havia assegurado o domínio moral da sociedade durante séculos. Entretanto, a crença de que a ditadura nos moldes positivistas poderia ocorrer com os elementos até aqui explicados era uma realidade distante. Embora o primeiro governo republicano fosse resultado de um golpe de Estado, e tenha iniciado com alguns decretos favoráveis às aspirações dos positivistas, acabou se encaminhando para a implantação de um regime liberal-democrata, após o fim de seu caráter provisório. O Apostolado foi inclusive alvo de perseguição por outros pensadores da época.

Alguns opositores do Apostolado Positivista se preocupavam com a possibilidade do advento de uma “ditadura científica” através da militância do Apostolado no debate da Constituinte. Posteriormente, José Veríssimo²¹⁷, crítico das concepções defendidas pelo Apostolado, demonstrou sua preocupação com a presença de artigos na Constituição de 1891 resultantes das pressões do referido grupo – tais como o lema da bandeira e as datas das festas e feriados nacionais.

Ao formularem propostas para a constituição²¹⁸, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes procuravam aproveitar as ideias de Augusto Comte sobre a organização política adequada à fase inicial da “transição moderna”. Os dois basearam-se principalmente na interpretação do quinto capítulo da *Política Positiva, no Apelo aos conservadores*, e nos projetos constitucionais elaborados, sob a inspiração de Comte, pela Sociedade Positivista de Paris. A consagração sistemática da vida industrial, esclarecida pela ciência corresponde a essa perspectiva.

Todo esse arcabouço teórico em que se baseavam as diretrizes para o projeto de ditadura do Apostolado Positivista era repensado e modificado de acordo com as necessidades da realidade brasileira. É cabível lembrar que o chamado Governo Provisório foi implantado através de um golpe militar, tendo sido o Marechal Deodoro da Fonseca “eleito” somente em, 1891. Esse período de transição era adequado para os ortodoxos militarem em prol da

²¹⁷ José Veríssimo, *Estudos de literatura Brasileira*, Primeira série, Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

²¹⁸ *Bases de uma constituição política, ditatorial federativa, para a República Brasileira*, por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, Rio de Janeiro, janeiro de 1890.

ausência da constituinte, já que esta poderia conduzir à implantação de um regime democrático.

Dentre os militares do Governo Provisório existiam conflitos entre deodoristas e mocidade militar, isto é, basicamente, entre oficiais de formações não científicas ou “tarimbeiras”, como Marechal Deodoro, e os chamados científicos, que passariam a ter como grande referência, no final do século XIX, Benjamin Constant. Os conflitos englobavam setores do Exército e da Marinha. A superação desse conflito interno era necessária para as Forças Armadas exercerem seu papel de instituição que direcionaria o país a uma “nova ordem”. O termo “tarimbeiro”, como destacou Celso Castro, “(...) vem de “tarimba”, estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis, e designava oficiais ligados à tropa, geralmente sem estudos superiores.”²¹⁹ O Apostolado Positivista pregava, assim como Comte, a gradativa transformação dos exércitos nacionais em polícias civis, recomendando um pacifismo não coerente com as glorificações da vitória do exército brasileiro na Guerra do Paraguai: “(...) o Apostolado criticou reiteradamente o serviço militar obrigatório”.²²⁰

Se os militares não representavam um grupo homogêneo, os civis também não. Os debates calorosos que fizeram parte do Conselho de Ministros e da Constituinte refletem a heterogeneidade das reivindicações entre os intelectuais e os políticos do Brasil. No governo provisório (1889-1891), “(...) positivistas ocuparam postos importantes, quer na Constituinte, quer na administração”.²²¹ O pensador José Veríssimo constatou, talvez de forma exagerada – mas que expressava a presença de positivistas ligados ao poder na época – que, “(...) Graças à influência militar no primeiro governo da República e principalmente do general Benjamin Constant, que com razão ou sem ela passava por decidido sectário de Augusto Comte, o Positivismo foi quase uma religião do Estado”.²²²

O Conselho de Ministros caracterizava-se como um espaço em que seus membros apresentavam suas propostas sobre diferentes questões relacionadas ao país. As que fossem aprovadas pelos outros integrantes do conselho tornavam-se decretos do governo.

²¹⁹ Celso Castro, *Os militares e a República*: Um estudo sobre cultura e ação política, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1995, p. 17.

²²⁰ Leyla Perrone Moises. *Do positivismo a desconstrução*. São Paulo: Ed. Edusp, 2003, p. 39.

²²¹ Ivan Lins, op. cit., 1964, p. 323.

²²² Ibid., p.324.

“Com exceção de Rui Barbosa, que possuía “conhecimento teórico” sobre a “república federal presidencialista” dos EUA, e de Quintino Bocaiúva, familiarizado com as vicissitudes da política argentina, os demais ignoravam todos eles a prática do regime na América do Norte e na América Latina”.²²³

Benjamin Constant por intermédio do decreto n.º 6, propôs a adoção da bandeira republicana, idealizada por Raimundo Teixeira Mendes em colaboração com Miguel Lemos e desenhada por Décio Villares. A medida foi aprovada logo no princípio da República, no dia 19 de novembro, e acabou sendo a proposta de Benjamin Constant que mais favoreceu o interesse do grupo ortodoxo, pois, ao longo da atuação do Conselho de Ministros, o posicionamento de Constant foi muito mais próximo de um estadista liberal-democrata do que de defensor de uma ditadura.

Entretanto, embora Constant tenha se posicionado, como vimos favoravelmente ao parlamentarismo²²⁴, na sessão do Conselho de Ministros do dia 15 de fevereiro ele afirmou em seu pronunciamento “(...) que aceita de bom grado qualquer alvitre, porque está pronto a sacrificar tudo em bem do país. Precisamos de uma ditadura progressista com o respeito devido às liberdades públicas”.²²⁵

Constant dizia também desejar que o governo assentasse suas ações em um plano, e que a sua conduta fosse pautada por uma única norma. Confiava absolutamente que isso sucederia e, certo da responsabilidade de que a cada um cabia, esperava que se fizesse a glória deste país. Observamos, pois, que, neste discurso, Constant mostrou-se mais alinhado com o Apostolado Positivista; reafirmando assim seu papel de mediador, buscou conciliar as diversas posições políticas e ideológicas que marcaram o movimento republicano brasileiro.

A adoção do lema positivista “Ordem e o Progresso” não era apenas de interesse dos adeptos de Augusto Comte, mas também obedecia à vontade de uma elite pouco afeita a mudanças. “Na prática, a ideia de ordenar o progresso havia surgido com a monarquia constitucional, durante o Segundo Reinado, o que propiciou algum tipo de incentivo que resultaria em avanços significativos para o país”.²²⁶ A direção do progresso, no entanto, estaria presente muito mais no estabelecimento das condições político-institucionais do que na

²²³ Renato Lessa, *A invenção Republicana*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 51.

²²⁴ Cf. José Murilo de Carvalho, op. cit., 1990, p. 20.

²²⁵ Dunshee Abranches, *Actos e Actas do governo provisório*. Brasília: Senado Federal, p. 121.

²²⁶ Lincoln de Abreu Penna, *O progresso da ordem*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997, p.12.

esfera do social. O próprio significado do lema em si poderia ser interpretado positivamente pela população sem ser atrelado diretamente à doutrina positivista.

O órgão operário *A voz do povo* publicou um artigo na primeira página no dia 09 de janeiro elogiando “a grandiosa legenda”, por simbolizar a intenção de um novo regime de progresso em que o grande fator social seria o operário. Sobre o entusiasmo do redator com o lema positivista, veremos mais a frente, ao tratarmos do movimento operário no Brasil, a influência das ideias científicas sobre suas lideranças no início da República.

O Apostolado Positivista buscou, por intermédio do símbolo da bandeira, atrelar o movimento republicano e a doutrina de Comte à nova ordem que a República deveria estabelecer. Décio Villares foi o positivista ortodoxo que mais influenciou a estética positivista nas artes no Rio de Janeiro. Ele ocupou-se, com o apoio do Apostolado, em confirmar os anseios de outros republicanos que quiseram usar Tiradentes como um símbolo de herói a ser cultuado na República, para, assim, atingir o imaginário da população. Tiradentes, no entender do pintor positivista, detinha características para responder às aspirações coletivas.

Em setembro de 1881, A Igreja Positivista do Brasil comemorou a Independência. Na ocasião, mesmo reconhecendo a dificuldade em conciliar as aspirações republicanas com o passado político, Miguel Lemos saudava o heroísmo de Tiradentes. Lemos atribuiu às almas generosas da Inconfidência o sonho de um Brasil livre e independente. Sobre Tiradentes, afirmou com entusiasmo: “(...) Salve! Herói santificado pelo martírio, precursor glorioso de nossa independência, imortal Tiradentes!”²²⁷ E terminou o discurso pedindo que se instituisse a “religião do civismo” (a positivista), em nome da nação brasileira.

Não havia, até então, um positivista que pudesse simbolizar o movimento republicano com *status* de herói como o inconfidente, nem Benjamin Constant, que, mesmo idolatrado pela juventude militar, não detinha tanto prestígio nas camadas populares civis. A memória de Tiradentes já vinha sofrendo tentativa de resgate pelo Clube Republicano do Rio de Janeiro nas últimas décadas da Monarquia: “(...) a luta entre a memória de Pedro I, promovida pelo

²²⁷ Comemoração positivista do, 7 de setembro (palavras com que o senhor Miguel Lemos abriu a sessão sociolátrica celebrada no dia 7 de setembro de 1881), IPB.

governo, e a de Tiradentes, símbolo dos republicanos, tornou-se aos poucos emblemática da batalha entre Monarquia e República”.²²⁸

No Rio Grande do Sul, o positivista Júlio de Castilhos havia afirmado em um jornal de seu partido, intitulado *A Federação*, que os pseudo-historiadores do regime monárquico haviam reduzido a grande significação da Inconfidência Mineira, deprimindo “(...) a história de seus mártires”.²²⁹ O político gaúcho afirmou que, até então, apenas ultimamente a crítica histórica servida por modernos processos científicos, ao estudar o movimento da Inconfidência em seu conjunto, origem e duração, vinha dissipando as falsas análises dos pseudo-historiadores. O líder do Partido Republicano Rio-Grandense considerava a elevação de Tiradentes a mártir sublime uma “restauração da verdade histórica”.

Após a proclamação, o confronto pela memória do inconfidente persistiu entre as distintas correntes republicanas: “(...) em 1893, o Clube Tiradentes tentou encobrir a estátua de Pedro I para as comemorações de 21 de abril. Houve protestos, e as comemorações acabaram encerradas”.²³⁰ Com a intensificação do culto cívico a Tiradentes após a proclamação da República, o 21 de abril foi declarado feriado nacional em 1890, junto com o 15 de novembro. Neste mesmo ano, no desfile comemorativo a Tiradentes, Décio Villares “(...) distribuiu uma litogravura em que aparecia o busto de Tiradentes, corda ao pescoço, ornado com a palma do martírio e os louros da vitória. Barba e cabelos longos, ar sereno, olhar no infinito, era a própria imagem de Cristo”.²³¹ Na publicação do jornal operário *Echo popular*, de 22 de abril de 1890, uma coluna destacava o aniversário de morte de Tiradentes, adjetivando-o de “(...) precursor da liberdade da pátria”.²³²

Identificar Tiradentes como Cristo era uma estratégia, tanto de positivistas, como de outros pensadores republicanos para transformá-lo em um herói abnegado, principalmente porque grande parte da população brasileira era cristã naquele momento. Fazia parte da estética positivista idealizar figuras ao representá-las. O esquitejamento e o sangue

²²⁸ José Murilo de Carvalho, op. cit., 1990, p. 61.

²²⁹ Júlio de Castilhos *O pensamento político*. Org. por Liana Bach Martins, Luís Antônio Costa da Siva e Gervásio Rodrigo Neves. – Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003, p. 36.

²³⁰ José Murilo de Carvalho, op. cit., 1990, p. 61.

²³¹ *Ibid.*, p.65.

²³² *Echo Popular*, Rio de Janeiro, nº 19, 22 de abril de 1890.

derramado na morte de Tiradentes aproximava o seu enforcamento da crucificação de Cristo, servindo simbolicamente aos republicanos. O Governo Provisório, ao decretar o feriado nacional, legitimou a militância sobre a questão. Apesar de existir um consenso entre diferentes pensadores republicanos em favor da valorização da memória de Tiradentes, em outros assuntos o Governo Provisório se caracterizou por várias divergências entre seus membros.

A atuação dos integrantes do Conselho de Ministros²³³, de modo geral, foi marcada por diferentes perspectivas políticas e ideológicas. A primeira reunião do Governo Provisório foi no dia 9 de dezembro de 1889. Demétrio Ribeiro apresentou uma proposta de separação entre Igreja e Estado. No entanto, seu decreto original não foi o que acabou sancionado na constituição republicana. Como veremos mais à frente, naquele dia a proposta ficou de ser analisada e reelaborada, se necessário.

No Conselho de Ministros do governo Deodoro, o Apostolado Positivista, por intermédio de Demétrio Ribeiro, teve seus ideais defendidos também na questão financeira. Dentre as liberdades que deveriam se congregar ao projeto da Ditadura Republicana do Apostolado, estava a de liberdade bancária. Se o novo regime deveria conciliar a Ditadura Republicana com a mais ampla liberdade para a manutenção da ordem e do progresso, a questão financeira era um ponto-chave. O Apostolado Positivista considerava que as medidas econômicas tomadas pelo governo não deveriam interferir na marcha progressista dos “negócios públicos”. Segundo Paim, o Apostolado considerava funestos os efeitos da medida emissora:

“(...) entregues a especuladores sem fé nem lei, que as aplicando principalmente a fomentar o jogo da bolsa, criaram a mais aflitiva e imoral das nossas situações financeiras, concorrendo assim com grande quinhão para alterar gravemente, mediante uma carestia geral de todos os gêneros, as condições econômicas da vida de nossa população”.²³⁴

Segundo Abranches, na reunião do dia 21 de janeiro do Conselho de Ministros, Demétrio Ribeiro “(...) pede licença ao conselho para fazer um reparo ao decreto que provê a

²³³ Este conselho era composto por: Aristides Lobo, Ministro do Interior; Campos Sales, Ministro da Justiça; Rui Barbosa, Ministro da Fazenda; Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores; Demétrio Ribeiro, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Benjamin Constant, Ministro da Guerra; e Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha.

²³⁴ Antonio, Paim. *O Apostolado Positivista do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 57.

organização dos *bancos de emissão*. Pugna pela liberdade bancária. Assevera que a opinião publica se tem manifestado contrária à lei ultimamente promulgada”.²³⁵

O episódio da demissão de Demétrio Ribeiro após a reunião extraordinária²³⁶ de 30 de janeiro de 1890 foi consequência de sua repulsa à aprovação do projeto financeiro de Rui Barbosa pelo Conselho de Ministros. Demétrio questionara diretamente a Rui Barbosa, ao final da reunião, se a Constituição poderia revogar o seu ato, que não respeitava a liberdade bancária. Rui Barbosa respondeu que não, e Demétrio disse que se dava por satisfeito deixando no dia seguinte o ministério.

O modo como a ordem republicana se instituiu no Brasil teve como questão estratégica o controle do poder. Especuladores, banqueiros e comerciantes pediam a Rui Barbosa que aumentasse o número de bancos de emissão. Após a saída de Barbosa do Ministério da Fazenda, membros dessa burguesia prestaram homenagem a quem levou ao Congresso a medida de emissão do papel-moeda. Era o setor econômico exercendo pressão sobre o poder executivo. Tanto no nível estadual como no nacional, Barbosa tinha “(...) consciência da luta contra as forças agrárias; da necessidade de aumentar o numerário e torná-lo um instrumento de expansão das classes industriais; da necessidade de impedir importações”.²³⁷

Durante o Conselho de Ministros ocorreu uma sucessão de demissões e de debates calorosos que expressavam contradições entre seus membros. Dois aspectos eram marcantes entre os republicanos militares e civis que lideravam o Governo Provisório. O primeiro era a inexperiência em ocupar cargos de primeiro escalão no poder executivo; e o segundo a multiplicidade ideológica do republicanismo no Brasil que dificultava a busca de uma unidade política. Apesar de se considerar a proposta federalista como um ponto de coesão entre os republicanos:

“(...) é fartamente sabido que a ideia federalista exercia forte atração sobre segmentos da própria política no Segundo Reinado. Joaquim Nabuco, em 1885, chega a apresentar à Câmara projeto de transformação da monarquia unitária em federativa, na qual os governos provinciais seriam completamente independentes do poder central”.²³⁸

²³⁵ Dunshee, *Abranches, Actos e Actas do governo provisório*. Brasília: Senado Federal, p. 68.

²³⁶ *Ibid.*, p. 96-106.

²³⁷ Edgar Carone, *A república velha, Instituições e classes sociais*. São Paulo: Ed. DIFEL, 1970, p.157.

²³⁸ Renato Lessa, *A invenção Republicana*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 38-39.

A consolidação da política federalista era mais uma demanda ampla da sociedade, do que uma medida estritamente defendida pelo movimento republicano. O Apostolado também defendia a política federalista. Segundo Paim, pouco depois de proclamada a República, Raimundo Teixeira Mendes se pronunciou-se²³⁹ contra a intervenção do Governo Central no ato político do governador do Estado do Maranhão que decretou a separação entre Igreja e Estado no local. É plausível ressaltar que a separação estava próxima de acontecer, já que a medida de Demétrio Ribeiro estava sendo analisada e Teixeira Mendes tinha ligação com o estado do Maranhão, de onde era oriundo. No entanto, fica uma pergunta a ser respondida: como o Apostolado Positivista, que defendia um regime ditatorial por intermédio da manutenção da ordem, apoiava a autonomia dos estados?

A política federalista era para o Apostolado Positivista uma forma de, por intermédio da penetração do positivismo no Brasil, buscar núcleos de influência. Um exemplo claro disto foi a penetração que o positivismo teve Rio Grande do Sul, como veremos mais a frente. No entanto, vislumbrar a questão do apoio à separação entre Estado e Igreja no Maranhão como um exemplo do respeito à autonomia dos estados pelo grupo ortodoxo é algo muito parcial, pois, a separação era uma demanda presente no projeto político do grupo.

No jogo de interesses da política brasileira, posicionar-se contra a política federalista só traria prejuízos ao Apostolado. Miguel Lemos mostrava-se ciente disso: “Nos esforçamos por interpretar fielmente os ensinamentos de nosso Mestre, introduzindo as modificações exigidas pela situação brasileira e pela forma federativa que, à vista do modo por que se havia operado a transformação republicana, se impunha fatalmente”.²⁴⁰

²³⁹ Cf. Antonio Paim, *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 52-53.

²⁴⁰ Antonio Paim, *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 55.

2.3 As relações entre os ortodoxos do Rio de Janeiro e os positivistas do Rio Grande do Sul

O perfil ditatorial defendido pelo Apostolado Positivista teve maior repercussão no Rio Grande do Sul. Após o início da política federalista, os representantes deste Estado lutaram, assim como o Apostolado, pela separação entre Igreja e Estado, pela completa liberdade de profissão, de religião e de pensamento. Júlio Castilhos incluiu na Carta estadual uma proposta de estrutura diferenciada de poder. O presidente do estado concentrava em suas mãos o poder executivo e legislativo, proclamando a plenitude de mando, que lhe permitiria intervir na sociedade e legislar sobre essa intervenção, de acordo com a prática da política científica. O castilhismo foi duramente criticado por republicanos de outras tendências no Rio Grande do Sul.

Filho de agricultores, Júlio Castilhos conheceu o positivismo na Academia de Direito de São Paulo, onde ingressou em 1877. “(...) abraçou logo as bandeiras republicanas e abolicionistas radicais que formariam o cerne da sua ação política quando, já de volta à sua província, colaborou na redação das Bases do Programa dos Candidatos Republicanos”.²⁴¹ Esse programa era um manifesto sobre o Primeiro Congresso do Partido Republicano Rio – grandense, em 1883. Na redação de Castilhos, aspectos da liberdade espiritual, lidas em Comte, já se manifestavam por intermédio de propostas de liberdade de cultos e profissional, além da defesa da secularização dos cemitérios.

No Partido predominavam jovens gaúchos que, como Castilhos, não tinham vínculos com a oligarquia política rio-grandense, ligada ao liberalismo do *status-quo* imperial. “(...) eram predominantemente filhos de estancieiros economicamente estacionários ou decadentes”²⁴², os quais, apesar de não serem ricos como os membros da elite pecuária gaúcha, tiveram

²⁴¹ Leyla Perrone Moises. *Do positivismo a desconstrução*. São Paulo: Ed. Edusp, 2003, p. 42.

²⁴² Angela Alonso. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 156.

acesso “(...) tranqüilo ao bacharelado em Direito e recursos para montar associações e jornais”.²⁴³

Antes de se formar em Direito no ano de 1881, Castilhos dirigiu, no segundo semestre de 1880, *A República*, órgão acadêmico publicado por ele próprio, em São Paulo. Em 1884, já no Rio Grande do Sul tornou-se o diretor-chefe de *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense, onde desenvolveu “(...) uma radical campanha abolicionista”.²⁴⁴ O Partido Republicano do Rio Grande de Sul utilizava desde o dia da fundação o lema “ordem e progresso”. Castilhos fazia questão de apresentar *A Federação*, como o “(...) primeiro jornal doutrinário do país”.²⁴⁵ Seu cunhado Assis Brasil era o mentor doutrinário do Partido, e se inspirava no federalismo científico e no anti-catolicismo. Assis Brasil foi também o primeiro deputado republicano na Assembleia do Rio Grande de Sul. Sua vitória foi muito mais de cunho pessoal do que do próprio Partido Republicano, pois obteve votos de eleitores dos partidos monárquicos do terceiro distrito eleitoral.

O ardor com que esses jovens gaúchos defendiam o federalismo era justificado como forma de se estabelecerem na terra natal; assim, destoavam dos bacharéis de direito do Segundo Reinado, que frequentemente iam buscar a carreira, depois de diplomados, na corte imperial. Alonso destacou que essa característica criou um elo entre esses jovens gaúchos e os republicanos paulistas, que conjugavam “(...) uma situação de marginalização política e contato com a política científica”.²⁴⁶ O federalismo científico acabou sendo uma teoria adequada entre produto da situação política e aspirações entre paulistas e gaúchos.

Em 20 de maio de 1884, Castilhos, ainda nos primeiros meses de *A Federação* publicou um artigo intitulado “Política sem Moral”. Neste artigo atribuiu ao regime monárquico do Brasil a falta de moral por possuir uma política sem racionalidade de princípios. Segundo Castilhos, estes princípios estariam “(...) no grande movimento filosófico que nos deu as bases da sociologia”.²⁴⁷ Era uma menção ao positivismo de Comte. Castilhos,

²⁴³ Angela Alonso. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 156.

²⁴⁴ Ricardo Velez Rodriguez, *Castilhismo uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 42.

²⁴⁵ Angela Alonso, op. cit., p. 157.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 158.

²⁴⁷ Júlio de Castilhos, *O pensamento político*. Org. por Liana Bach Martins, Luís Antônio Costa da Siva e Gervásio Rodrigo Neves. – Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003, p.14.

no mesmo ano, já defendia a abolição imediata, assim como o Apostolado do Rio de Janeiro. O artigo também criticou a não extensão de um projeto do governo para escravos de todas as idades. Este projeto declarou que os escravos a partir de 60 anos poderiam ser libertos sem que fossem indenizados os seus proprietários.

Um grande inimigo dos republicanos no Rio Grande do Sul foi Gaspar Silveira Martins, político liberal. Sobre ele, Castilhos queixou-se inclusive, em 1885²⁴⁸ da atitude de aconselhar a demissão de republicanos de cargos públicos. Silveira Martins era líder do Partido Liberal, que era majoritário no Rio Grande do Sul durante o Segundo Reinado, e tinha forte ligação com o governo central no Rio de Janeiro, pois, com este, barganhava favores para a província. Sobre essa ligação, ressaltou Pesavento que, “(...) no conjunto, a dependência do Rio Grande em relação ao centro expressava-se em termos econômicos e políticos: da sede do poder, no Rio de Janeiro, traçavam-se as diretrizes da política econômica, cobravam-se tributos e emanavam ordens”.²⁴⁹

Em junho de 1889, havia chegado à Presidência da Província Rio-Grandense Gaspar Silveira Martins, que “limpou” os cargos para ocupação de membros do Partido Liberal. Os conservadores que perderam tais cargos passaram ao aderir o Partido Republicano. Com a Proclamação da República, um antigo senador do Império, Visconde de Pelotas, que por causa da Questão Militar se aproximou dos republicanos, tornou-se Governador provisório do Rio Grande do Sul. Os republicanos ocuparam os cargos-chaves da administração. “(...) a vitória do movimento revolucionário no Rio Grande do Sul foi decisiva para a consolidação do Governo Provisório”.²⁵⁰ Os militares do meio gaúcho poderiam fazer frente ao Golpe, na capital do país, se ficassem a favor dos monárquicos. Castilhos, primeiramente, foi indicado pelo Governo Provisório ao cargo de secretário do Governo Estadual.

Sobre a Proclamação da República, Júlio de Castilhos escreveu, um dia após o acontecimento, um artigo no *A Federação* intitulado “A Solução da crise”. Nele, saúda o golpe como salvador da unidade da pátria e responsável por dar fim ao “regime do privilégio”, forma através da qual Castilhos se referiu diversas vezes ao regime monárquico.

²⁴⁸ Júlio de Castilhos, *O pensamento político*. Org. por Liana Bach Martins, Luís Antônio Costa da Siva e Gervásio Rodrigo Neves. – Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003, p.30.

²⁴⁹ Sandra Jatahy Pesavento, *História do Rio Grande do Sul*, 2º edição. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1982, p.65.

²⁵⁰ Ricardo Velez Rodriguez, *Castilhismo uma filosofia da República*, Brasília: Senado Federal, 2000, p. 48.

Destacou também a não efusão de sangue, e supôs uma aliança do Exército e da Marinha com o povo, tentando dar a impressão aos seus leitores de que a população da capital do país estaria de acordo com o golpe e contra o poder monárquico. No entanto, a proclamação da República não tinha, no Rio de Janeiro, todo esse apelo popular, ao contrário do que escreveu no artigo.

O governo de Visconde de Pelotas durou menos de três meses, e o Governo Provisório nomeou Castilhos, no dia 9 de fevereiro, para o cargo de Governador do Estado. “(...) Num maquiavélico lance, julgando que Pelotas ainda tinha simpatias no meio militar, Castilhos declinou do cargo e indicou outro militar, o General Júlio Anacleto Falcão de Frota, que foi efetivamente empossado”.²⁵¹ Castilhos ficou como primeiro Vice. A aliança do Partido Republicano com integrantes do Partido Conservador e dissidentes liberais foi estratégica, pois os republicanos não teriam força para se manter no poder isoladamente.

Júlio Frota não durou mais do que noventa dias no poder, devido a atritos com as lideranças do Governo Provisório no Rio de Janeiro. Preocupado com a repercussão de duas quedas rápidas no governo do Rio Grande do Sul, no alvorecer da República, Castilhos publicou mais um artigo²⁵² afirmando que o General Júlio Frota, em um passeio habitual com sua família, na Praça da Alfândega, teria sido interrompido por um grupo numeroso de pessoas que saudavam o ex-governador com palmas e gritos de “vivas”. O exemplo desta ovação seria para Castilhos mais um triunfo efetivo para dar confiança aos princípios da política republicana e da ordem pública.

Após a saída de Júlio Frota, o Presidente Deodoro da Fonseca indicou para governador do Rio Grande do Sul um amigo pessoal, Francisco Silva Tavares. Porém, ele era um ex-integrante do Partido Conservador que não agradava ao Partido Republicano. Por intermédio de um movimento conspiratório entre os militares do Rio Grande do Sul, Tavares foi deposto com uma semana de mandato. A sequência de quedas breves não parava por aí: os generais Bittencourt e Candido Costa também duraram poucos meses, enquanto “(...) Castilhos

²⁵¹ Ricardo Velez Rodriguez, *Castilhismo uma filosofia da República*, Brasília: Senado Federal, 2000, p. 50.

²⁵² Cf. Júlio de Castilhos *O pensamento político*. Org. por Liana Bach Martins, Luís Antônio Costa da Silva e Gervásio Rodrigo Neves. – Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003, p. 78.

continuou desempenhando um papel preponderante nos bastidores das articulações políticas no Estado”.²⁵³

Castilhos figurou ao nível nacional entre os deputados eleitos para a Constituinte, passando à Comissão dos 21, que foi encarregada de dar o parecer sobre o projeto de constituição apresentado pelo governo. “(...) Bateu-se pela inclusão no projeto dos pontos de vista de Miguel Lemos e Teixeira Mendes nas bases de uma constituição política ditatorial federativa”.²⁵⁴ O projeto de Constituição, escrito pelo Apostolado Positivista em 1890, serviu de inspiração e base para a elaboração da constituição castilhista de 14 de julho de 1891. A defesa do federalismo para Castilhos era essencial para assegurar aos estados uma renda que garantisse “(...) sua plena autonomia financeira”.²⁵⁵

A comissão para a elaboração do projeto da Constituição estadual do Rio Grande do Sul foi composta por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Barcellos, mas o texto acabou sendo inteiramente elaborado pelo primeiro. Com algumas modificações, o projeto elaborado por Castilhos “(...) foi inspirado no projeto que Miguel Lemos e Teixeira Mendes haviam apresentado ao Congresso Nacional Constituinte em meados de 1890”.²⁵⁶ Tendo em vista a diversidade de posições políticas e ideológicas em disputa, a proposta de Castilhos suscitou muitas críticas e rejeições. A oposição, composta por partidários de Silveira Martins, antigos conservadores e por dissidentes republicanos, absteve-se de participar da eleição dos deputados para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890. A queixa era contra irregularidades no alistamento de eleitores, o que havia facilitado a apresentação do projeto de Castilhos.

No entanto, após a apresentação do projeto de Castilhos, a oposição apresentou candidatos por intermédio do Partido Republicano Federal, que acabara de ser criado. Propuseram também a adoção de um regime parlamentarista com amplos poderes ao legislativo. Porém, como no Congresso Constituinte a legislação determinou que as minorias

²⁵³ Paulo Ricardo Pezat, *A revolução federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do Dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes* História Revista, número 9, UFPEL. Pelotas, dez, 2003, p.5.

²⁵⁴ Mozart Pereira Soares, *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, p. 137.

²⁵⁵ Ibid., p. 137.

²⁵⁶ Paulo Ricardo Pezat, op. cit., p 5.

não deveriam ter representação, todos os deputados eleitos pertenciam ao Partido Republicano Rio-Grandense e o projeto de Castilhos foi aprovado sem mudanças.

Inspirado na proposta de constituição do Apostolado Positivista do Brasil, a nova constituição do Rio Grande do Sul dava a faculdade de legislar ao presidente do Estado, com possibilidade de reeleição ilimitada, sem a existência de um poder legislativo independente – apenas uma assembleia composta para tratar do orçamento estadual. Fora das matérias financeiras, o Executivo poderia legislar por decreto. O Presidente do Estado teria também o poder de nomear o vice-presidente. Tal poder era justificado pelo propósito explícito do PRR de governar acima dos interesses egoístas de cada classe e de representar os grupos sociais. Com isso, os positivistas gaúchos aplicavam a ideia de consenso entre as classes, de Comte, que se opunha ao conflito de classes explicitado por Karl Marx.

No contexto gaúcho, a aplicação da doutrina de Comte tinha um aspecto bem diferente da Europa, onde se defendia a ordem burguesa e a inclusão do proletariado por meio da aceleração do desenvolvimento industrial. O Rio Grande do Sul, para corresponder às expectativas de Castilhos, tinha a árdua tarefa de implantar de fato o capitalismo, desenvolvendo “(...) as forças produtivas do Estado”.²⁵⁷ e acumulando capital para o progresso das atividades econômicas.

Embora as realidades locais da França e do Rio Grande do Sul, fossem bastante distintas, a doutrina do Partido Republicano Rio-Grandense como afirmou Bosi “(...) compunha-se de algumas ideias diretamente inspiradas no credo político de Augusto Comte”.²⁵⁸ Com formações sócio-econômicas similares, ressalvadas as diferenças de escala, Rio Grande do Sul, Uruguai e a Argentina implantaram uma economia pecuária e exportadora ao longo do século XIX.

Para Bosi, as três regiões passaram a representar os interesses de agricultores operosos e carentes de crédito oficial, de industriais de pequeno e médio porte estabelecidos em cidades maiores, e de uma crescente classe de assalariados provindos das grandes migrações europeias. O autor afirma que os projetos e necessidades de ambos eram opostos aos dos velhos estancieiros e *ganaderos*, e que o positivismo social voltado para retificar o

²⁵⁷ Sandra Jatahy Pesavento, *História do Rio Grande do Sul*. 2º edição. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1982, p.67.

²⁵⁸ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. 3º edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 281.

capitalismo mediante propostas de integração das classes foi transferido quase em estado puro ao contexto republicano gaúcho. Essa transferência teria dado à nova configuração econômica “(...) modelos de ação política cuja coerência interna ainda hoje impressiona”.²⁵⁹ É cabível ressaltar que o comtismo não possui um programa econômico específico, mas apenas como afirmou Boeira, “(...) determinações a respeito da hierarquia social e do trabalho, da função da propriedade privada, dos monopólios, etc”.²⁶⁰

Afirma ainda Bosi que os positivistas gaúchos defendiam um modelo de regime presidencialista, em que o sufrágio universal (incluindo o voto de mulheres, dos analfabetos e religiosos) daria larga margem representativa. Como maior representatividade eleitoral, aos escolhidos seriam conferidos maior delegação de poderes. Assim, a ditadura republicana, aceita religiosamente pelo Partido Republicano Rio-Grandense, “(...) teria como contrapeso democrático a atuação de uma Assembleia de Representantes, também eleita diretamente, à qual caberia o papel exclusivo de discutir, emendar e votar”.²⁶¹ Para Bosi, esse modelo visava um controle do Estado na vida econômica, consolidando um aspecto comum entre Júlio de Castilhos, seu sucessor como governador, Borges de Medeiros, e os intelectuais do PRR: coerência com o ideal de Comte para a passagem da fase militar-feudal para fase industrial da Humanidade.

O Clube Cooperador Positivista sul-rio-grandense foi fundado, em 26 de janeiro de 1891, por 24 sócios, “(...) quinze dos quais eram militares ou funcionários públicos envolvidos com as obras do porto da cidade”.²⁶² A intenção do clube era colaborar com a divulgação do Apostolado Positivista do Brasil, propagando a religião da humanidade no Estado do Rio Grande do Sul. O Clube Cooperador de Porto Alegre também foi criado no mesmo ano sob a liderança de Demétrio Ribeiro. Com o apoio de Miguel Lemos à constituição de Castilhos, que havia sido aprovada em julho de 1891, ocorreu uma grande desavença. Demétrio Ribeiro passou em um determinado momento a criticar essa Constituição, o que desagradou a Lemos, que exigiu que Ribeiro defendesse o governo de

²⁵⁹ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 282.

²⁶⁰ Nelson Fernando Boeira, *O positivismo no Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa*. In RECKZIEGEL, Ana Luíza; FÉLIX, Loiva Otero (org). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002, p. 242.

²⁶¹ Alfredo Bosi, op. cit., p. 283.

²⁶² Paulo Ricardo Pezat. *A revolução federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do Dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes*, História Revista, número 9, UFPEL. Pelotas, dez, 2003, p.8.

Castilhos. Mas este centro passou a seguir a dissidência republicana, extinguindo suas atividades em 1894.

A Revolta Federalista ocorrida entre 1893 e 1895 foi uma consequência da instabilidade política no Estado, e teve como fim a consolidação do Partido Republicano Rio-Grandense no poder. A consolidação do partido “(...) exigiu, para a estabilização deste, a reestruturação do aparelho do Estado montagem que se fez com proposta ideológica positivista, incluindo outro modelo de relacionamento do poder executivo estadual com o poder local”.²⁶³ Um grande obstáculo seria conciliar o pensamento de uma estrutura centralizada através de um governo “forte”, pregada pelo positivismo, com a estrutura descentralizada e agrária que caracterizava o estado do Rio Grande do Sul, onde a força política dos grandes proprietários foi uma característica constante durante todo o Império. Essa resistência influenciou decisivamente a deposição de Júlio de Castilhos, em novembro de 1891, e a anulação da constituição de 14 de julho. Iniciou-se na política gaúcha um período chamado “governicho”.

A dissidência republicana – que decidiu convocar uma Convenção Rio-Grandense para elaborar a nova carta constitucional, que derogaria a Constituição Castilhista – era liderada por um ex-aliado de Castilhos, Assis Brasil. A indignação de Castilhos com a dissidência foi grande. Sobre isso, publicou, em *A Federação*, artigo intitulado “Os últimos véus”, no dia 23 de janeiro de 1892.

No artigo, taxava os membros da dissidência de traidores, considerando degradante a mistura dos antigos republicanos com os membros do que considerava um “Terceiro-Reinado”, por serem antigos monarquistas. Demétrio Ribeiro, que na sua atuação no Conselho de Ministros havia sido um forte defensor dos interesses do Apostolado, se opôs a Castilhos, e acabou, como já vimos, rompendo com os líderes da Igreja Positivista do Brasil. Castilhos criticou os “demetristas” que se diziam positivistas de desrespeitarem a constituição e agirem de forma rebelde em prol de um estado de anarquia que feria os princípios de Comte.

Depois de ter deposto o governo castilhista, a dissidência republicana tratou de tentar criar um governo provisório. A cúpula seria formada pelos republicanos dissidentes que formavam o Partido Republicano Federal.

²⁶³ Loiva Otero Félix. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFGS, 1996, p.73.

“(...) porém, quando se tratou de formar a junta que presidiria o mencionado Governo, surgiram dificuldades: Assis Brasil e Bassos Cassal - republicanos dissidentes – não quiseram admitir a presença do liberal Francisco Antunes Maciel, que representava um forte grupo de revoltosos gasparistas”.²⁶⁴

Quando o General Domingos Barreto Leite assume o poder, indicado por Assis Brasil e Bassos Cassal, o grande problema seria o compartilhamento de cargos entre os republicanos dissidentes e os gasparistas, que, apesar de se aliarem contra Castilhos, tinham propostas muito diferentes para o novo governo. Castilhos tratou de reorganizar seu partido, defendendo a restauração do regime constitucional do Estado, já que o “governicho” – apelido que o próprio Castilhos havia dado à administração dos dissidentes – teve dificuldade em se organizar. “(...) Após um golpe frustrado em 4 de fevereiro de 1892, o Governo de Barro Leite iniciou uma forte repressão contra os elementos castilhistas. Foram assassinados vários republicanos históricos, houve inúmeras prisões”.²⁶⁵ O “governicho” equivale para Castilhos, como salientou Flores, “(...) à mediocridade política, aos caos administrativo e à anarquia das instituições”.²⁶⁶

O Partido Republicano Federal, mesmo se unificando nas ações contra o Partido Republicano Rio-Grandense, acabou se dividindo em republicanos dissidentes e antigos liberais. Barreto Leite passou o governo a Barros Cassal no dia 3 de março de 1892. Este logo adia a data das eleições para a Convenção Rio-Grandense para 13 de maio, e promove em 29 de março uma constituição provisória, dando ao legislativo novamente o poder de legislar. Visando alcançar a pacificação política do Rio Grande, “(...) César Ferreira Pinto, Visconde de Ferreira Pinto, amigo comum de Castilhos e Silveira Martins promoveu um encontro entre os dois”.²⁶⁷ As reuniões ocorreram em Porto Alegre entre maio e junho de 1892, e a pacificação não ocorreu. Mesmo com a tentativa de conciliação por parte de Silveira Martins, Castilhos defendia firmemente uma transição pautada na “autenticidade” de sua constituição, não havendo acordo.

²⁶⁴ Ricardo Velez Rodriguez, *Castilhismo uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, 1980, p.45-46.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 46.

²⁶⁶ Elio Chaves Flores, *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. (In) Jorge Ferreira; Lucília Delgado. *O Brasil Republicano*, vol 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2003, p. 72.

²⁶⁷ Ricardo Velez Rodriguez. *Castilhismo uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, 1980, p. 48.

Pelo fato de a liderança de Silveira Martins representar um risco de militância em prol da restauração monárquica, o Marechal Floriano Peixoto, então Presidente do Brasil em 1892, passou a apoiar a liderança de Castilhos no estado. O General Barreto Leite, que havia reassumido o poder, entrega-o ao Visconde Pelotas, que representava os antigos liberais. O apoio de Floriano influenciou para que o exército de Porto Alegre ajudasse Castilhos a derrubar o governo do Visconde de Pelotas. No entanto, houve pouca resistência, e os membros do PRF deixaram rapidamente o poder para a volta do PRR.

De volta ao poder, Castilhos o passou ao vice-presidente por ele nomeado, Victorino Monteiro, e viajou ao Rio de Janeiro, onde permaneceu por oito meses, com a intenção de assegurar o pleno apoio do Governo Central. A estratégia foi eficiente e Castilhos ganhou a simpatia de Floriano em sua estadia na capital. Com isso, em 25 de Janeiro de 1893, numa eleição em que o PRF se absteve de participar, Castilhos reassumiu o poder, para exercê-lo dentre 1893 e 1898.

Em fevereiro e março de 1893, grupos rebeldes armados, organizados nas fronteiras do Uruguai e da Argentina, invadem o estado para o enfrentamento com as tropas legalistas. Os principais líderes militares da revolta, João Nunes da Silva Tavares e Gumercindo Saraiva, como afirmou Flores, eram “(...) antigos próceres políticos da Monarquia e vinculados ao Partido Liberal”.²⁶⁸ E tinham, como expressão civil, Silveira Martins. Até o fim de 1893, “(...) o avanço das tropas federalistas foi impressionante: em outubro, passam pelo planalto e serra rio-grandenses; em novembro, atravessam o rio Pelotas, penetram em Santa Catarina e juntam-se aos revoltosos da Armada”.²⁶⁹ A Armada havia tomado Desterro e instituíram-na capital de uma república provisória. Posteriormente, naquele mesmo ano, invadiu o Paraná, instalando outro governo provisório na capital, Curitiba.

Os legalistas do Rio Grande do Sul ainda sofreriam mais derrotas significativas no combate do Rio Negro, na fronteira meridional do Estado: “(...) um grande contingente de prisioneiros foi sumariamente degolado próximo à Lagoa.”²⁷⁰ O castilhismo enfrentou um

²⁶⁸ Elio Chaves Flores, *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. (In) Jorge Ferreira; Lucília Delgado. *O Brasil Republicano*, vol. 1 Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2003, p. 75.

²⁶⁹ Elio Chaves Flores, *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. (In) Jorge Ferreira; Lucília Delgado. *O Brasil Republicano*, vol. 1 Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2003, p.76.

²⁷⁰ *Ibid.*, p.76.

sério risco de derrocada no início do ano de 1894. Porém, a resistência florianista no Rio de Janeiro e a aglutinação das forças federais e estaduais nos estados sulinos, além das desavenças dentro do exército federalista, mudaram o rumo dos resultados das batalhas a partir de março. Flores ressaltou que, “(...) um dos momentos simbólicos da resistência dos legalistas ocorreu no cerco da Lapa, episódio que marcaria a República no Paraná”.²⁷¹ Nesse episódio, os legalistas haviam resistido durante um mês à fuzilaria inimiga, até os que não foram trucidados se renderem. “A imprensa oficial denunciaria inúmeros atos de degolas dos que se renderam e pesquisas de autores paranaenses confirmaram versões de republicanos degolados e de uma gloriosa derrota.”²⁷²

A repercussão recrudescer o jacobinismo florianista e o radicalismo legalista dos castilhistas, e os governistas avançaram para os estados do Sul, tomando Desterro. Os rebeldes deixam Curitiba em maio. Santa Catarina e Paraná voltam assim ao domínio dos legalistas. A violência também marcou a contraofensiva dos governistas, que fuzilaram mais de 180 federalistas, próximo a Desterro. A morte de Gumercindo, um dos grandes líderes dos maragatos, ocorreu em 10 de agosto de 1894, sendo ele alvejado por um franco-atirador. As tropas federalistas foram gradativamente enfraquecendo com mortes e desistências e se refugiaram na Argentina.

Prudente de Moraes chegou à presidência da República em 15 de novembro de 1894. Nesse contexto, a pacificação da Revolução Federalista era importante para o controle civil sobre a República, já que os jacobinos radicais evocavam um governo militar e ditatorial. A derrota final dos federalistas ocorreu no combate de Osório, em 1895; o Almirante Saldanha Gama e seus comandados resistiram até a morte, e o tratado de paz foi assinado em 23 de agosto do mesmo ano.

A guerra civil deixava clara uma diferença de ação entre os castilhistas do Rio Grande do Sul e do Apostolado Positivista. Ao contrário dos positivistas Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, que no Rio de Janeiro citavam em alguns opúsculos a necessidade de desarmamento do Exército, Castilhos, que em muitas publicações valorizou os militares, frequentemente cogitava a hipótese de uma tomada de poder pela luta armada.

²⁷¹Elio Chaves Flores, *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. (In) Jorge Ferreira; Lucília Delgado. *O Brasil Republicano*, vol. 1 Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2003, p.78.

²⁷² *Ibid.*, p.78.

A legitimação política do PRR no poder e a legalização constitucional positivista tinham sido fruto da ação política de Castilhos, “(...) que promoveu uma nova articulação coronelista, substituindo a existente no antigo pacto imperial, que unia coronéis e liberais gasparistas”.²⁷³ A nova articulação coronelista era estrategicamente necessária para o governo de Castilhos aplicar a mudança de estrutura desejada por seu partido, apesar de promulgar uma constituição inspirada na proposta redigida²⁷⁴ pelo grupo do Apostolado Positivista do Brasil.

O coronelismo, como enfatizou Carvalho²⁷⁵, era fruto de alteração na relação entre os proprietários rurais e o governo. Significava o fortalecimento do poder do estado, mais do que o predomínio do coronel. O coronelismo, nessa concepção, é, no entanto, “(...) um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e coronéis”.²⁷⁶ O governo estadual garantia o poder do coronel sobre seus rivais e dependentes, que em troca hipotecava seu apoio ao governo, sobretudo em forma de votos. Os governadores apoiavam também o presidente da República, em troca do reconhecimento de seu domínio no estado. O momento histórico em que essa estrutura do coronelismo existiu, foi na Primeira República (1889-1930). Ou seja, aplicar o termo fora desse período denota em um erro conceitual.

O mandonismo não define o coronelismo, assim como não caracteriza o clientelismo. Mais que isto, o coronelismo, como sistema surgido na Primeira República, implica na decadência do poder do coronel, surgindo a necessidade do compromisso com o governo estadual, elo inicial da rede que envolveria o sistema como um todo. O coronelismo emerge, portanto, em momento de enfraquecimento do mandonismo e de expansão do poder estatal.

Como destacou Loiva Otero Felix²⁷⁷, para montar um aparato político do nível municipal ao estadual, em que a coerção atendesse não só aos interesses dos pecuaristas da fronteira, o governo de Castilhos apelou para uma nova ordem republicana. “(...) Castilhos, apercebendo-se, na Revolução de 1893, da força dos caudilhos locais, reforçou sua estratégia

²⁷³ Loiva Otero Félix, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFGS, 1996, p. 77.

²⁷⁴ Miguel Lemos, *Constituição sem constituinte*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890.

²⁷⁵ José Murilo de Carvalho, *Coronelismo, clientelismo, mandonismo*. Rio de Janeiro: Revista Dados, 1997, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso.

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Loiva Otero Félix, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFGS, 1996, p. 78.

de montar as próprias bases de apoio local, em substituição às antigas”.²⁷⁸ A intenção era transportar a autoridade dos coronéis para o Estado, respaldando a ação autoritária pela lei da constituição inspirada na proposta do Apostolado Positivista do Brasil.

Era imprescindível, no entanto, para a montagem do novo aparato estadual, que o governo de Castilhos “costurasse” alianças com lideranças municipais em uma estrutura historicamente descentralizada. O governo, para consumir essas alianças, teve que atender aos interesses dos coronéis locais, ou seja, apesar da centralização política proposta na Constituição Castilhista, o fato desta desconsiderar a representação política acaba legitimando a manutenção da estrutura coronelista. Sobre isso, ressalta Loiva que:

“A cooptação, ao lado da montagem de cunho positivista, ao desconsiderar o valor da representação política que estaria dentro do espírito liberal, portanto, dentro do jogo político regido pela Constituição Federal e não pela estadual, dava uma aparência de poder aos coronéis locais que eram consultados”.²⁷⁹

A Constituição Nacional de 1891, que havia adotado o federalismo ao estabelecer prerrogativas aos estados, dava ampla autonomia aos municípios. Porém, com a regulamentação dos municípios cabendo aos estados, o repasse de recursos financeiros destes aos municípios foi pequeno. A forma que o governo de Castilhos encontrou para acentuar a dependência das áreas municipais à sua administração, foi mantida pelo seu sucessor político, Borges de Medeiros.

A Constituição Castilhista propôs estrategicamente a valorização do município, dando-lhe o direito de opinar sobre os projetos de lei elaborados pelo Executivo; no entanto, os conselhos municipais eram criados pelo próprio Presidente do Estado, “(...) o que lhes esvaziava muito o poder real”.²⁸⁰

Com o enfraquecimento do poder municipal, no entanto, os coronéis se tornariam as autoridades municipais, barganhando votos ao poder estadual que, em troca reconheciam sua autoridade política. Essa nova estrutura, embora desse ao estado um domínio maior sobre o município, não suprimiu o poder local, pois o estado precisou dele nas atividades eleitorais. Esta prática também foi utilizada no governo de Borges de Medeiros. O castilhismo possuiu

²⁷⁸ Loiva Otero Félix, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFGS, 1996, p. 80.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 82.

²⁸⁰ Loiva Otero Félix, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFGS, 1996, p. 92.

opositores ao nível nacional, como Silvio Romero, que considerava um entrave a democracia o “(...) castilhismo positivoide, que anda envenenando a alma gaúcha”.²⁸¹

O movimento operário não ficaria imune à influência que o positivismo passou a ter na sociedade gaúcha com o advento do castilhismo. O militante socialista Antônio Guedes Coutinho, que atuou na cidade de Rio Grande na virada do século, dizia admirar os adeptos do positivismo, ressaltando que “Decididamente a escola de Comte tem muitos grandes homens e é inegável que são eles os únicos que merecem confiança ao povo, dentro do sistema burguês”.²⁸²

Apesar do entusiasmo de Coutinho, não havia um consenso entre os militantes socialistas gaúchos na admiração pelo positivismo. Sobre isso, destacou Schmidt que: “No jornal *A Democracia*, porta-voz dos socialistas porto-alegrenses, um articulista chamava Comte de ‘genial velho maluco’ e criticava os positivistas por serem “vaidosos e incoerentes” e viverem às expensas do erário público”.²⁸³ As críticas, no entanto, eram mais pela doutrina positivista no estado gaúcho ter representantes da política burguesa local do que pelo conteúdo do positivismo, que o movimento operário apropriou com frequência na última década do século XIX.

No acervo da Igreja Positivista do Brasil, há um conjunto de cartas escritas, entre março de 1893 e março de 1897, pelo médico-militar gaúcho Joaquim Bagueira Leal e sua esposa, para Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. Dentre os assuntos, destacam-se as referências à guerra civil que dividiu o Rio Grande do Sul – a “Revolta Federalista”, entre 1893 e 1895. Bagueira Leal havia sido membro da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro e construiu sua formação acadêmica na corte. Nascido em “(...) Barra do Itabapoana, Província do Rio de Janeiro”,²⁸⁴ o médico aderiu à transformação da Sociedade Positivista em Apostolado e foi um dos 22 subscritores da carta que estabeleceu o rompimento da Igreja Positivista do Brasil com Laffite.

²⁸¹ Antonio Paim, *A filosofia política positivista*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica: Conselho Federal de Cultura, 1979, 73p.

²⁸² Apud, Benito Bisso Schmidt, *O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I república*. Revista Brasileira de História, vol. 21, número 041. Associação Nacional de História. São Paulo, 2001, p. 116.

²⁸³ Ibid., p. 117.

²⁸⁴ Paulo Ricardo Pezat. *A revolução federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do Dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes*, História Revista, número 9, UFPEL. Pelotas, dez, 2003, p.1.

No final da década de 1880, “(...) o Dr. Bagueira Leal se incorporou ao Exército Nacional e se transferiu para a ilha do Bom Jesus, próxima ao Rio de Janeiro, onde passou a servir no Asilo dos Inválidos da Pátria”.²⁸⁵ Neste mesmo período, casou-se com Dulcina Bormann de Borges, nascida no Rio Grande do Sul. Tendo uma publicação pela Igreja Positivista do Brasil, intitulada “Prática Ilegal da Medicina”, transferiu-se do Asilo dos Inválidos da Pátria para o Rio Grande do Sul no princípio de 1893.

Em uma das cartas a Miguel Lemos, de 1893, Bagueira Leal informava ao diretor do Apostolado sobre uma comemoração do 47º aniversário da morte de Clotilde de Vaux, que planejou com Florimundo Torres Galindo, então líder do Clube Cooperador Rio-Grandense. “(...) Comunicada a ideia ao Sr. Galindo, foi ela aceita e graças a ele levada a efeito. O primeiro exemplar é esse que vos envio; saiu hoje às 8 ½ da manhã. Assim, apesar de modesta, é talvez essa a primeira homenagem pública a Clotilde de Vaux”.²⁸⁶

Bagueira Leal expôs seus agradecimentos aos dois líderes do Apostolado Positivista do Brasil na última carta enviada²⁸⁷ a Miguel Lemos antes de sua volta ao Rio de Janeiro. A gratidão era justificada pelo fato de Lemos e Mendes terem conseguido, junto à cúpula do Exército, a sua transferência do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, o que mostrava um considerável prestígio de ambos entre os militares. Em contrapartida, ambos “(...) esperavam que Bagueira Leal viesse a se dedicar integralmente à propaganda da religião fundada por Augusto Comte”.²⁸⁸ Tal desejo não se realizou. O médico seguiu em sua profissão na volta ao Rio, e continuou como um simples confrade da Igreja Positivista do Brasil. Somente muitos anos mais tarde, com a morte de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o médico tornou-se o novo líder do Apostolado.

Ao vivenciar os desdobramentos da Revolução Federalista, Bagueira Leal, como enfatizou Pezat²⁸⁹, contribuiu para ratificar a aliança implícita entre os positivistas do Apostolado, liderados por Miguel Lemos, e os positivistas gaúchos, liderados por Castilhos. A

²⁸⁵ Paulo Ricardo Pezat. *A revolução federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do Dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes*, História Revista, número 9, UFPEL. Pelotas, dez, 2003, p.2.

²⁸⁶ Apud., Ibid, p. 9

²⁸⁷ Ibid., p.19

²⁸⁸ Paulo Ricardo Pezat. *A revolução federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do Dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes*, História Revista, número 9, UFPEL. Pelotas, dez, 2003, p.20.

²⁸⁹ Ibid., p.20.

união existiu desde a origem da Igreja Positivista do Brasil e do Partido Rio-Grandense, e consolidou-se com a promulgação da Constituição estadual de 14 de julho de 1891. “(...) Tal aliança foi reafirmada mais uma vez no final de 1897, quando Miguel Lemos sugeriu o nome de Castilhos para concorrer à presidência da República, o que acabou por não ser concretizar por recusa dele”.²⁹⁰

Em 1910, o núcleo reduzido de positivistas religiosos do Rio Grande do Sul “(...) iniciou uma campanha financeira visando construir uma sede definitiva para abrigar o depósito de publicações, a propaganda e o culto da Religião da humanidade”.²⁹¹ A pedra fundamental da Capela Positivista foi lançada em 1912 e inaugurada em 1928. Os dois atos ocorreram no dia do aniversário de nascimento de Comte, 19 de janeiro.

Ao caracterizar o positivismo como um enxerto ideológico de longa duração, enraizada no cotidiano mental das nossas classes políticas, Alfredo Bosi afirmou que houve união entre o republicanismo gaúcho, pautado no modelo castilhista-borgista, com o radicalismo jacobino, que passou dos cadetes florianistas aos tenentes dos anos 20. Essa união, para o autor, arredou do centro político das decisões o liberalismo oligárquico já declinante, e por consequência veio a ocupar o poder nacional nos anos 1930. O molde comtiano menos dogmático, e mais flexível, só endureceu quando comunistas ou integralistas, na década de 30, tentaram abalar a ordem necessária para o poder consolidar seu projeto modernizante. Tal influência do positivismo no governo de Vargas, afirmada por Bosi, é justificada no seguinte parágrafo de seu livro:

“A firmeza com que o enxerto positivista vingou na mente dos nossos homens de Estado provou-se pela sua capacidade de receber e adaptar a si tendências modernas poderosas como o reformismo social de esquerda e o autoritarismo de direita. Quando Getúlio Vargas pediu a Lindolfo Collor que constituísse uma comissão de consultores do novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o líder castilhista gaúcho não hesitou em convocar militantes socialistas, industriais avançados e cultores do nacionalismo centralizador. Evaristo de Moraes sentou-se então ao lado de Jorge Street e de Oliveira Vianna, e todos, sob a batuta de uma ideologia estatizante, que se dizia acima das classes, elaboraram o nosso Direito Social, ao mesmo tempo progressista e autoritário, moderno e conservador; numa palavra: positivista”.²⁹²

Getúlio Vargas conservara, inclusive quando presidente do estado do Rio Grande do

²⁹⁰ Paulo Ricardo Pezat. *A revolução federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do Dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes*, História Revista, número 9, UFPEL. Pelotas, dez, 2003, p.20.

²⁹¹ Elisabete da Costa Leal; Paulo Ricardo Pezat, *Capela Positivista de Porto Alegre: acervo bibliográfico, documental e iconográfico*. Porto Alegre: Capela Positivista de Porto Alegre, 1996, p. 7.

²⁹² Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 304-305.

Sul (1928-1930), traços de crítica à estrutura fundiária gaúcha. Entre 1900 e 1930, os comtianos gaúchos se apegavam, como salientou Bosi, a uma tradição fiscal de incentivo à manufatura, devido à necessidade vista por eles de que o Rio Grande entrasse para a era industrial.

Como já foi ressaltado aqui, o projeto de constituição do Apostolado Positivista serviu de inspiração para Júlio de Castilhos elaborar a constituição que trouxe por intermédio da ação política dos positivistas gaúchos – positivismo que veio a influenciar fortemente o projeto modernizador de Vargas. Apesar disso, não se pode deixar de citar dois aspectos que diferenciam a ação política dos positivistas gaúchos, por tal êxito, da ação política dos membros do Apostolado Positivista do Brasil. O primeiro aspecto é que os sulistas ocuparam cargos políticos para obtenção do êxito, algo rejeitado pelos membros da Igreja Positivista no Rio de Janeiro. O segundo aspecto é que os positivistas do Sul participaram de uma guerra civil para se consolidarem no poder, o que não estava de acordo com os desígnios defendidos pelos líderes do Apostolado, que eram contra a tomada de poder pela violência.

3 AS BANDEIRAS DA LUTA DO APOSTOLADO POSITIVISTA

Após militar a favor do abolicionismo e do republicanismo no final do Império, o Apostolado Positivista do Brasil buscou, no alvorecer da República, aumentar a influência do positivismo. O Apostolado estava esperançoso em poder aplicar, em diferentes campos da política brasileira, medidas pautadas na apropriação do pensamento de Comte, já que o positivismo influenciou um considerável número de pensadores republicanos que ocupavam cargos políticos ou que tinham influência no novo governo. Destacaremos neste capítulo três das causas que marcaram a ação do Apostolado no início da República: a separação entre o Estado e a Igreja; a defesa do civismo para a educação; e a proposta trabalhista pautada na incorporação do proletariado na sociedade.

3.1 A separação entre a Igreja e o Estado

Um grande embate entre Rui Barbosa e Demétrio Ribeiro no Conselho de Ministros foi referente à lei de separação entre Igreja e Estado. As publicações do Apostolado Positivista foram unânimes em afirmar a necessidade de congregar o projeto de ditadura republicana com a mais ampla liberdade espiritual. Na sessão de sete de janeiro de 1890 do Conselho de Ministros, Rui Barbosa, ministro da Fazenda, apresentou à discussão um projeto de separação entre Igreja e Estado. Após a leitura, o Sr. Demétrio Ribeiro, ministro de Agricultura, leu também um projeto seu sobre o mesmo objeto, que já fora apresentado, travando-se debate sobre essa matéria.

O Apostolado Positivista era favorável a uma ruptura menos radical com as instituições religiosas na separação entre a Igreja e o Estado, o que era contemplado na

proposta de Demétrio, e não na de Rui Barbosa. O debate em torno da legislação de *mão morta* causou muita polêmica, o que impediu a implantação da medida sugerida por Rui Barbosa – o Ministro da Fazenda defendia a passagem dos bens da Igreja para o Estado.

Mão morta era um tipo de propriedade de sociedades religiosas ou de outros fins não lucrativos que não poderia ser negociada. A proposta de Barbosa refletia a postura fortemente crítica de liberais brasileiros à situação privilegiada da Igreja Católica no país. A tentativa era enfraquecer ao máximo juridicamente as possibilidades da Igreja seguir exercendo sua forte influência. A proposta recusava toda a subvenção oficial a cultos religiosos e proibia novos conventos.

A resistência dos positivistas que pregavam a liberdade espiritual foi fundamental neste sentido. O decreto de Demétrio Ribeiro defendia que os bens da Igreja católica continuassem administrados pelos católicos, e que uma mudança nesse aspecto só aconteceria através de acontecimentos que não manifestassem uma imposição do Estado. O Apostolado Positivista defendia também a liberdade de cultos nos edifícios públicos que a Igreja Católica utilizava. Sobre o projeto de Barbosa, o Apostolado Positivista, em uma de suas publicações, ressaltou que este:

“(...) instituirá à Igreja Católica uma opressão intolerável: proibia a entrada de noviços para os conventos; expulsava a Companhia de Jesus; mantinha a legislação da mão-morta; tornava obrigatório o casamento civil antes da cerimônia religiosa. Pois bem, graças à propaganda positivista, todas essas medidas regalistas foram suprimidas; e a religião de nossos antepassados foi colocada em condições de dignidade como nunca teve entre nós, nem tem”.

²⁹³

Ainda na reunião do dia sete de janeiro de 1890, Demétrio Ribeiro notou que nenhum artigo foi redigido com referência aos nascimentos e óbitos, e lembrou a necessidade de incluir-se um artigo sobre o casamento civil, argumentando que seu projeto suprimia tais lacunas. Rui Barbosa argumentou que estava de pleno acordo com o seu colega Demétrio Ribeiro quanto à ideia aventada; ponderou, porém, que melhor seria que se constituísse para tais medidas uma lei especial, que Campos Sales estava elaborando.

Demétrio Ribeiro questionou também no conselho se os templos católicos eram propriedade do Estado ou da Igreja. Campo Sales declarou que esses templos pertenciam às

²⁹³ Amaro da Silveira. *Pelo acatamento ao regime republicano, em nome da divisa Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1891.

confrarias das irmandades. A Igreja, portanto, teria sobre eles, como todos os bens de que estava de posse, todo o direito; com eles nada tinha que ver o governo, nem neles deveria ingerir-se o Estado. Ribeiro considerou essa decisão um avanço importante para o país.

A relação entre católicos e positivistas era bem complexa, já que seus respectivos seguidores tinham opiniões distintas sobre aspectos da política brasileira. Entretanto, na Constituinte, para além das divergências, foram feitas alianças importantes entre os dois grupos. O depoimento do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, em 1958, mencionava a aliança entre católicos e positivistas em algumas discussões da Constituinte: “(...) porque, então na primeira Constituinte da República, os católicos estavam completamente desarmados e sem nenhuma organização para falar no parlamento. O que nos valeu, providencialmente, foi que os positivistas cerraram fileiras contra o divórcio”.²⁹⁴

O divórcio foi uma questão em que católicos e positivistas se entenderam, no tocante ao debate da Constituinte. De acordo com os fundamentos da filosofia de Comte, o catolicismo teve um papel importante no controle da anarquia até que a verdadeira doutrina orgânica, ou seja, a positivista, passasse a desempenhar tal função.

A manutenção do casamento era admirada pelos positivistas, já que a família, a pátria e a humanidade, nessa ordem, constituíam os três elementos pelos quais o cidadão deveria zelar seguindo a marcha evolutiva da sociedade. Assim, foi possível uma aliança entre positivistas e católicos contra a proposta de implantação do divórcio, apresentada e debatida na Constituinte de 1891. O Apostolado sentia-se também responsável por livrar a Igreja Católica dos ódios materialistas e metafísicos, trazendo a essa, segundo Teixeira Mendes, “(...) independência e autonomia que não desfruta em nenhum outro país do mundo, sem excetuar a república anglo-americana”.²⁹⁵

O Apostolado Positivista ressaltava que, no Brasil, a separação entre Igreja e Estado teve “(...) um caráter muito diferente daquele que a mesma situação se apresenta nos Estados Unidos”.²⁹⁶ Segundo Teixeira Mendes²⁹⁷, nos E.U.A a separação foi resultado de uma

²⁹⁴ Apud, Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 367.

²⁹⁵ Apud, Antonio Paim. *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 56.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 41.

²⁹⁷ Apud, *Ibid.*, p. 41.

solução empírica proveniente da impossibilidade de se escolher uma das seitas cristãs em religião do Estado, já que a crença da população das treze colônias estava bem dividida. Portanto, dogmas da teologia cristã mantiveram-se nas formas da situação oficial. Ainda para Mendes, no Brasil:

“(...) a abolição de toda igreja oficial apresentou-se como uma solução sistemática baseada no princípio fundamental da separação dos dois poderes, temporal e espiritual, a eliminação da teologia foi completa, as crenças correspondentes banidas das manifestações públicas tornando-se assuntos da ordem puramente privada”.²⁹⁸

O posicionamento moderado do Apostolado Positivista em relação às posições anticatólicas ocorreu, dentre outros motivos, devido ao respeito à liberdade espiritual que defendiam, por acreditarem que a liberdade de culto era uma importante ferramenta para a preservação da prática de cultos cívicos. Essa foi uma arma fundamental para atrelar o advento republicano aos desígnios de sua própria doutrina. A própria religião da humanidade era também uma religião da História e um culto aos mortos. As grandes personalidades eram reverenciadas, a ponto de a Igreja Positivista do Brasil possuir bustos que simbolizavam os treze meses do calendário positivista, elaborado por Comte em 1849. Eram eles: Moisés, Homero, Aristóteles, Arquimedes, César, São Paulo, Carlos Magno, Dante, Gutenberg, Shakespeare, Descartes, Frederico II e Bichat.

A separação entre Igreja e Estado no Brasil era um dos ingredientes na tentativa de implantação de uma nova ordem no primeiro governo republicano, pois a união entre o regime imperial e o clero católico estava enraizada na tradição política de nosso país. Na sessão de 14 de janeiro de 1890²⁹⁹ do Conselho de Ministros, Aristides Lobo perguntou se, apesar do decreto da separação da Igreja do Estado, continuariam as obras na ex-capela imperial e se o governo se responsabilizaria pelas despesas. Wandenkolk e Quintino Bocaiúva foram de opinião de que esses pagamentos poderiam ser feitos, uma vez que figuravam em orçamento, sob a rubrica “cultos”. O ato foi unanimemente aprovado, mas o assunto era apenas um dentre vários a serem debatidos em consequência da separação.

O Apostolado Positivista, mantendo sua política militante, enviava cartas ao governo provisório criticando atitudes que denotassem o não cumprimento da lei de separação entre Igreja e Estado. Uma delas foi enviada no dia 20 de março de 1890 ao ministro Campos

²⁹⁸ Apud, Antonio, Paim. *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 41.

²⁹⁹ Cf. Dunshee Abranches, *Actos e actas do governo provisório*, Brasília: Senado Federal, 1998, p. 52.

Salles. Nela, o líder do Apostolado acusou o governo de prender e interrogar um indivíduo que se passava por padre católico sem o ser. A crítica baseava-se no fato de o governo tratar como um criminoso comum um cidadão que, na opinião de Miguel Lemos, cometeu um crime religioso; sendo assim, sua punição deveria ser aplicada dentro das normas da Igreja. Em resposta, Campos Sales defendeu-se, explicando com argumentos jurídicos que:

“(...) se o aludido falso sacerdote, por exemplo, fosse por pregar incompetentemente um sermão, era dever imediato da autoridade civil relaxá-lo; mas, preso por usar de falso nome ou falsa qualidade por usar conscientemente de papel e firma falsificados, para obter dinheiro, como aconteceu ao indivíduo de que falamos, é dever do poder civil tomar conhecimento do caso”.³⁰⁰

Em uma publicação de 1890, intitulada *O positivismo e a atual direção política do governo*, Miguel Lemos refuta a crítica do Dr. Martinho Prado Filho, que integrou a Constituinte iniciada em 1890 e que acusava o governo do Marechal Deodoro da Fonseca sob orientação positivista de estar perseguindo os católicos. Como diretor do Apostolado, Miguel Lemos se colocava contra uma medida do governo que restringia a liberdade religiosa, e negava as acusações do Dr. Prado Filho de que o Governo Provisório estaria pautando suas ações nas concepções defendidas pelos positivistas. Miguel Lemos criticou ainda as restrições impostas aos católicos pelo projeto de constituição, repudiando a determinação no sentido de que a celebração religiosa se fizesse somente depois da realização do casamento civil. Procurava, assim, demonstrar que o governo vinha sancionando medidas que se opunham aos princípios do Apostolado Positivista.

O casamento civil e a secularização dos cemitérios foram outras duas matérias discutidas no Conselho de Ministros. Tais medidas eram defendidas pelos positivistas ortodoxos e previstas no projeto de Ditadura Republicana nos moldes propostos por Comte.

A secularização dos cemitérios foi debatida na sessão do Conselho de Ministros de 21 de janeiro de 1890.³⁰¹ Em virtude da apresentação de um decreto formulado por Demétrio Ribeiro, Rui Barbosa pediu a palavra e impugnou o artigo segundo do mesmo, em consequência de parecer que alienava da municipalidade o direito de fiscalização. Além disso, considerava Barbosa que o arbítrio concedido a cada cidadão de possuir seu cemitério poderia suscitar em abusos e dificuldades à inspeção higiênica. Campos Salles fez as mesmas

³⁰⁰ Apud, Antonio Paim, *O Apostolado e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p.72.

³⁰¹ Cf. Dunshee Abranches, *Actos e Actas do governo provisório*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 62-63.

considerações, sustentando a sua opinião de pertencer ao poder secular, à municipalidade, a questão de enterramentos, e, em seguida, pedindo um posicionamento mais radical do Estado em relação ao clericalismo.

Mesmo tida pelo Apostolado Positivista como consequência do decreto de 7 de janeiro, que separava a Igreja e o Estado, a secularização dos cemitérios não ocorreu logo de imediato. Em 20 de março, Miguel Lemos reclamava³⁰² que, mesmo com a separação, nada se resolvera sobre a secularização dos cemitérios públicos. Ela só foi estabelecida no decreto 789, do dia 27 de setembro de 1890.

Sobre o casamento civil, Demétrio iniciou um debate no Conselho de Ministros pedindo mudanças no projeto, enviado para ser sancionado. Campo Sales, por motivos de ordem jurídica, combateu os argumentos, e o pedido de Demétrio não foi sancionado.

Era de interesse do Apostolado Positivista que o casamento civil fosse uma prática independente de qualquer cerimônia religiosa, podendo esta ser consecutiva ou anterior à cerimônia civil, conforme a vontade dos cidadãos. Assim o grupo estaria consolidando nessa matéria a independência do Estado em relação à Igreja, porém, mantendo a liberdade de cultos.

De tudo o que vimos, é possível inferir o reconhecimento favorável do Apostolado Positivista em relação ao papel atribuído à Igreja Católica na história da humanidade. O posicionamento de uma não ruptura drástica com os católicos era uma estratégia do Apostolado Positivista no intuito de manter a ordem, já que o catolicismo tinha força nos setores populares de nossa sociedade. O Apostolado, assim, não “destruía” o catolicismo, como alguns pensadores da época, e sim o incorporava; além disso, procurava desenvolver-se sob influência desse, com a intenção de superá-lo de forma gradativa. Para isso, utilizava o argumento de que a superação do catolicismo se daria pelo caráter evolutivo da humanidade para a fase positiva.

Os católicos, que se empenhavam para que a separação entre a Igreja e o Estado afetasse de uma forma mais branda sua área de influência na sociedade, viam-se beneficiados, em alguns aspectos, pela liberdade espiritual defendida pelo Apostolado na Constituinte. Na pastoral coletiva do episcopado brasileiro, em 19 de março de 1890, seus membros avaliaram

³⁰² Cf. Antonio Paim, *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 70.

o decreto de 7 de janeiro do mesmo ano, que separava Igreja e Estado, destacando que “(...) era preciso reconhecer que, tal qual está redigido, o decreto assegura à Igreja católica no Brasil uma certa soma de liberdade que ela jamais logrou no tempo da monarquia”.³⁰³ É curioso ressaltar que, quatro meses após enviar uma carta³⁰⁴ a Rui Barbosa colocando-se contra a separação entre Igreja e Estado, o mesmo Episcopado se dizia satisfeito com o decreto que determinou a laicidade do Estado. Fica a dúvida se tal comportamento ocorreu em detrimento dos aspectos intrínsecos no projeto a favor da liberdade espiritual, ou se já era parte da estratégia da Igreja Católica de se adaptar à implantação da “nova ordem” que os políticos republicanos almejavam.

A pastoral ainda elogiou o decreto de 7 de janeiro de 1890, por libertar a ação episcopal e paroquial da antiga tutela do Poder Executivo, que deixaria de governar a Igreja sob o regime do padroado e por influência da maçonaria. Segundo a pastoral, o decreto também dava aos católicos o direito de não serem interrompidos ou perturbados em suas funções religiosas, porque garantia a ação social da Igreja. Além de não limitar sua liberdade somente à esfera individual, porque também devolvia o direito de apresentação de bispos, cônegos, vigários e outros funcionários eclesiásticos, de criar ou dividir paróquias e dioceses.

O fato de o governo provisório ter iniciado com uma ‘onda’ de adesões ao regime republicano, também pôde servir de justificativa para o Episcopado se dirigir de forma tão crítica aos monarquistas do início da República. A Igreja Católica precisava reajustar sua influência, e opor-se a diversificados segmentos da sociedade não parecia ser aconselhável, já que: “(...) nos primeiros momentos republicanos, a legitimação do golpe teve apoio formal em todos os setores minimamente organizados pela sociedade”.³⁰⁵ É oportuno ressaltar que o movimento republicano não obtinha apelo popular, mas o advento republicano já gerava expectativas em instituições da sociedade. No seu alvorecer, a República era um fato consumado e irreversível para muitos segmentos da sociedade.

O Episcopado Brasileiro saudava a República como uma libertação do controle que o governo exercia sobre a Igreja Católica, cobrando dízimos e interferindo nos negócios da

³⁰³ Júlio Maria, *A Igreja e a república*. Brasília: Ed. UNB, 1981, p. 103.

³⁰⁴ Rui Barbosa havia recebido uma carta do então “líder” do episcopado brasileiro D. Macedo Costa no dia 22 de dezembro de 1889, na qual este dizia não desejar a separação, e que não daria um passo, nem faria um aceno para que se decretasse no Brasil o divórcio entre o Estado e a Igreja.

³⁰⁵ Renato Lemos, *Benjamin Constant, vida e história*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1999, p. 404.

Igreja. As lideranças católicas tentavam a conciliação com um governo que, no decreto de extinção do padroado, estabeleceu a separação entre Estado e Igreja, dando lugar:

“(…) a um estado não confessional, em que o nome de Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios públicos, o casamento civil instituído, as propriedades de mão morta ameaçadas de expropriação”.³⁰⁶

Os católicos tiveram, portanto, um grande desafio nessa tentativa de conciliação com o novo regime político, principalmente por sua doutrina ter sido um dos núcleos da crítica de vários pensadores republicanos durante o Império, com destaque para os mais próximos ao pensamento liberal. O posicionamento liberal de grande parte da elite econômica era extremamente intervencionista em relação à Igreja Católica, e a separação entre Igreja e Estado no Brasil era um dos ingredientes na tentativa de implantação de uma nova ordem republicana, pois a união entre o regime imperial e o clero católico havia se enraizado no Segundo Reinado. O envolvimento político-doutrinário de lideranças clericais em partidos e assembleias, “(…) contribuiu para a ‘desmoralização’ do pessoal eclesiástico e motivou dissensões crescentes entre bispos e lideranças leigas”.³⁰⁷ A última geração de prelados designados pelo imperador já havia criticado a intervenção do poder temporal na condução dos negócios eclesiásticos.

A própria Igreja católica, na conjuntura da implantação do regime republicano, passou a enfrentar um desafio:

“A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política. Não podendo mais contar com subsídios governamentais, cumpria desenvolver atividades e serviços de molde a assegurar margem razoável de rentabilidade”.³⁰⁸

A política federalista, defendida também pelo Apostolado Positivista, era quase uma unanimidade entre os políticos do movimento republicano. A tendência descentralizadora fez com que tanto o Apostolado Positivista quanto o clero católico buscassem áreas de influência nos âmbitos locais, iniciando para ambos o processo de “estadualização” de suas políticas. No caso do Apostolado, um exemplo de sucesso nessa tentativa foi o advento do castilhismo no

³⁰⁶ Sergio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida, *A Igreja na Primeira República*. In Boris Fausto, *O Brasil Republicano*. História Geral da Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 325.

³⁰⁷ Sergio Miceli, *A elite eclesiástica no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009, p. 22.

³⁰⁸ *Ibid.*, p.24.

Rio Grande do Sul. Após o início da política federalista, os representantes deste Estado lutaram junto com o Apostolado pela separação da Igreja do Estado, pela completa liberdade de profissão, de religião e de pensamento. “(...) eram ainda contra a restrição de voto dos analfabetos e a todo tipo de privilégios e monopólios da política financeira de Rui Barbosa”.³⁰⁹

No caso dos católicos, o federalismo contribuiu para “driblar” medidas impostas pelo governo provisório que cerceavam sua influência política na sociedade, como, por exemplo, no ensino, pois a educação foi laicizada.

“(...) os governantes estaduais e alguns setores de peso dos grupos dirigentes locais preferiram dar mão forte aos empreendimentos confessionais. Empréstando ou fazendo cessão de terrenos e prédios em condições vantajosas, concedendo subsídios financeiros diretos ou sob forma de bolsas de estudos, convênios, contratos de serviços, e, sobretudo, matriculando seus próprios filhos”.³¹⁰

O episcopado católico, durante o Governo Provisório, mostrava-se muito apreensivo com a primeira Constituição republicana. No dia 12 de janeiro de 1891, o então presidente do episcopado, D. Macedo Costa, exigiu dos membros da Assembleia Constituinte que estes apagassem “(...) as cláusulas ofensivas da liberdade da Igreja Católica”.³¹¹

Após a separação do Estado, a Igreja estava influenciada, de um lado, pelo Vaticano, que impunha a romanização na sociedade, e de outro por lideranças estaduais, que abriram espaço para a Igreja por intermédio do sistema de ensino.

“(...) embora seja inegável a força das diretrizes “romanas” no calendário de eventos religiosos, o estilo de mando e autoridade episcopal, cumpre salientar os ganhos organizacionais logrados em função das coalizões firmadas com os detentores do poder local e estadual”.³¹²

As oportunidades de busca de inserção que a Igreja Católica obtivera no início da República se contrapunham ao ambiente hostil que esta enfrentou quando vinculada ao

³⁰⁹ Eliane Superti, *O projeto castilhistas – positivista no Rio Grande do Sul*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1999 p.16-17.

³¹⁰ Sergio Miceli, *A elite eclesiástica no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009, p.29.

³¹¹ Sergio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida, *A Igreja na Primeira República*. In Boris Fausto, *O Brasil Republicano*. História Geral da Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 327.

³¹² Sergio Miceli, op. cit., 2009, p.31.

Estado, no fim do Segundo Reinado. A burocracia imperial já tomava várias medidas para se apropriar de terras dos mosteiros, e “(...) a mais importante foi a proibição, para as ordens religiosas, de receber noviços ou frades estrangeiros”.³¹³ Ao buscar a centralização do poder, excluindo da Igreja Católica seu conteúdo autorreflexivo, a própria burocracia imperial contribuiu para o enfraquecimento da base teológica do Estado. O governo havia empossado uma quantidade apreciável de imóveis e outros bens eclesiásticos.

O catolicismo representava a monarquia para os homens livres pobres e os escravos e acabava sendo a representação simbólica de que o povo estava representado no regime, “(...) a Igreja era um braço avançado do Estado na sociedade, desempenhando parte das funções administrativas e eleitorais”.³¹⁴ Portanto, a religião católica foi usada como instrumento de controle social do governo imperial.

O liberalismo republicano contava com personalidades como Saldanha Marinho (1816-1895), que escreveu teses liberais contra a Igreja. Esse liberalismo no Brasil se consolidou com a cisão do Partido Liberal, que na década de 1870 se radicalizou em prol do ideal republicano. O partido caracterizava-se por um espírito crítico muito forte ao poder despótico da Coroa, no qual a Igreja Católica estava inserida, e o afastamento do catolicismo da cena pública era exigido como o sinal da instauração da nova ordem e de consequentes reformas sociais. Para os conservadores do regime imperial e do alto clero, a sociedade não deveria ser feita de indivíduos, como no liberalismo, “(...) e sim de “corpos” (ordens, corporações, famílias, estamentos). As pessoas só encontram identidade dentro desses corpos, já isoladamente o perigo do caos volta à cena”.³¹⁵

Mesmo com toda crítica sofrida por sua natureza conservadora, não se viu no início da República um declínio de influência da Igreja Católica na sociedade brasileira. Entre 1889 e 1899, houve um aumento considerável do número de dioceses. Isso resultava não só da base popular que apoiava a Igreja Católica, mas também da rapidez com que os católicos buscaram novas formas de influência após a separação entre Igreja e Estado. Foi importante também para isso, que o benefício adquirido pelos positivistas brasileiros em um embate contra

³¹³ Roberto Romano, *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Ed. Kairós, 1979, p. 92.

³¹⁴ Angela Alonso, *Ideias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2002, p. 65.

³¹⁵ Roney Marcos Pavani, *Positivismo e Catolicismo no pensamento latino-americano dos fins do século XIX*, p.4.

pensadores liberais, tenha contribuído para a manutenção da posse e da propriedade da Igreja, permitindo-lhe a participação na vida pública, desde que estivesse separada do Estado.

Conclui-se que no período de transição entre a queda do Império e a tentativa de implantação de uma nova ordem republicana, o Apostolado Positivista, mesmo seguindo uma doutrina que era contrária à afirmação da existência de Deus, contribuiu para que a separação entre a Igreja e o Estado no Brasil contrariasse menos os interesses dos católicos. No novo regime, a Igreja Católica reencontrou espaços para seguir exercendo sua forte influência no Brasil. É preciso ressaltar, no entanto, que o objetivo político do Apostolado Positivista não era dar possibilidade à manutenção de influência do catolicismo.

Acreditavam os membros do Apostolado Positivista que a liberdade espiritual deveria estar atrelada à ditadura, para essa pesar decisivamente a favor do lado racional, estabelecendo “(...) sua prática como eficaz, no sentido do fortalecimento do Estado. Cedendo à Igreja o direito de propriedade e de momentânea autorreprodução, os militantes laicos asseguram ao poder secular um espaço de concórdia e não-hostilidade com ela”.³¹⁶ Essa estratégia foi importante, pois opor-se à Igreja, que tinha forte influência na sociedade, seria demasiadamente arriscado para o movimento; neste sentido, a percepção dos positivistas brasileiros foi bem articulada.

A saída de Demétrio Ribeiro do Conselho de Ministros representou a perda do positivista mais empenhado em defender e implementar princípios doutrinários do positivismo ortodoxo na política de Estado.

3.2 Educação e civismo

O positivismo de Comte tinha na educação um elemento decisivo para a transformação da sociedade. A crença inabalável na ciência como provedora do progresso tinha como via

³¹⁶ Roberto Romano, *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Ed, Kairós, 1979, p. 130.

real a educação. A escola primária gratuita é projetada no quadro mais amplo da educação popular, chamada por Comte de “proletária”. O curso de astronomia popular, lecionado por Comte para operários, e já citado no presente trabalho, foi aplicado de forma independente de qualquer associação. “Esta precaução possibilitou-lhe não ser atingido definitivamente, em 1832, pela medida governamental que suspendia todos os cursos destinados aos operários”.³¹⁷

Bosi³¹⁸ lembra que, para o mentor do positivismo, a educação popular deveria ser na verdade a única de que os governantes deveriam se encarregar, desvinculando-se de projetos ligados ao ensino universitário. “Que o Estado cuide da educação fundamental do povo e se abstenha de concorrer para a proliferação de falsos doutores, esses portadores de diplomas que engrossam as fileiras da pedantocracia”.³¹⁹

Bosi afirma que as ideias de Comte, Littré e Laffite moldaram as doutrinas pedagógicas dos projetos nacionais do México e do Uruguai. No Brasil, não por coincidência, as estatísticas mostram que o Rio Grande do Sul castilhistas e borgistas dedicou maior atenção à escola primária e ao ensino técnico-profissional, que figuravam com recursos consideráveis no orçamento. “Por outro lado, a mesma política republicana, fiel à doutrina, dispensava a exigência de títulos aos cidadãos que pleiteassem o exercício de qualquer profissão liberal, o que retardou a criação de instituições estatais de ensino superior”.³²⁰

No Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, na segunda metade do século XIX, formou diversos engenheiros, doutores e bacharéis em ciências matemáticas. A mesma instituição, como destacou Luiz Otávio Ferreira, “(...) notabilizou-se por ser um centro disseminador das ideias positivistas no Brasil”.³²¹ A articulação entre teoria e prática dos membros da instituição, naquele momento, contribuiu para o surgimento de uma forma específica de conceber a relação entre ciência e sociedade brasileira.

³¹⁷ COMTE, A. *Discurso sobre espírito positivo*. [tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Roberto Leal Ferreira] São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 13.

³¹⁸ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. São Paulo: 3ª edição. Companhia das letras, 1995, p. 301.

³¹⁹ *Ibid.*, p. 301.

³²⁰ *Ibid.*, p. 301.

³²¹ Luiz Otávio Ferreira, *Os Politécnicos: Ciência e Reorganização Social Segundo o Pensamento Positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Rio de Janeiro: Dissertação/UFRJ, 1989, p. 3.

Para Ferreira, no Brasil ocorreu a formação histórica de uma categoria social especializada no exercício da prática intelectual científica. Tal formação teria existido pela “(...) influência do positivismo, que fundamenta o discurso dos engenheiros, médicos e bacharéis em ciências naturais organizados em instituições como o Instituto Politécnico Brasileiro (1862) e a Academia Brasileira de Ciências (1922)”.³²² O autor elucida que a constituição da categoria social de cientista no Brasil, de certo modo, antecede a criação de uma estrutura institucional estatal que suportasse o trabalho científico em seus padrões do século XX. Além disso, corresponde a um relativo deslocamento das antigas categorias intelectuais (bacharéis) de suas posições nos aparelhos de Estado. Tais “bacharéis” orgânicos, ligados à burguesia agrária, passam a ser questionados para as tarefas de modernização pela fração industrial da burguesia, em ascensão principalmente no Sul e no Sudeste.

O modelo cientista-reformador social teria servido principalmente, na concepção de Ferreira, para estabelecer um confronto político entre politécnicos e “bacharéis” enquanto tipo intelectual dominante. Os politécnicos, adeptos do modelo idealizado pelo positivismo de Comte, assumiam o modelo positivista de intelectual como antagônico ao do bacharel. “O intelectual positivista seria singular por sua educação científica que, supostamente, lhe garantia a objetividade, precisão e neutralidade do pensamento, da ação e do sentimento”.³²³

Esses cientistas se apropriavam do positivismo para valorizar o trabalho e a pesquisa científica. Como destacou Ferreira, “Coube ao positivismo fornecer os elementos simbólicos para constituição de tal grupo social. Mesmo quando os erros e limitações científicas de Comte foram demonstrados e as novas teorias científicas e filosofias da ciência incorporadas”.³²⁴

Na educação, o grande nome positivista na transição da Monarquia para a República foi, sem dúvida, Benjamin Constant. Isso não quer dizer que Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes tratassem do tema de forma secundária na liderança do Apostolado, pois, desde os últimos anos do Império, vinham defendendo a liberdade de ensino como

³²² Luiz Otávio Ferreira, *Os Politécnicos: Ciência e Reorganização Social Segundo o Pensamento Positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Rio de Janeiro: Dissertação/UFRJ, 1989, p. 65.

³²³ *Ibid.*, p. 118.

³²⁴ *Ibid.*, p. 138-139.

fundamental elemento dentro das liberdades necessárias para se aplicar o desejo do Apostolado de implantar uma ditadura republicana no Brasil.

O que pode servir de explicação para o papel de Benjamin Constant ter sido tão mais relevante e efetivo no ensino, em relação ao Apostolado Positivista, foi o fato de não ter seguido os impedimentos no campo acadêmico pelos quais os líderes do Apostolado optaram no início da República. Dentre esses impedimentos, incluem-se “(...) não exercer funções didáticas nos estabelecimentos oficiais de ensino superior e secundário, com exceção das escolas destinadas a preparar os professores primários”.³²⁵ Esta exceção teria uma condição: a de que os professores primários convertidos ao positivismo deveriam considerar esse cargo como provisório, estabelecendo um prazo, a ser determinado pelo diretor do Apostolado Positivista, para deixarem tal cargo.

Outros impedimentos impostos pelo Apostolado aos seus membros eram não fazer parte de associações científicas, literárias e políticas e não fazer parte do jornalismo, e sim recorrer a este como ferramenta da militância para divulgação das reivindicações do Apostolado Positivista, tendo seus membros que assinar os artigos escritos para assumir a responsabilidade moral da publicação.

Constant, que não seguiu as exigências do Apostolado Positivista, por convicção e no cargo de ministro do governo provisório, fez inúmeras reformas no ensino. Como Ministro da Guerra, fez reformas para o ensino militar; além disso, ocupou o primeiro ministério a tratar como prioritária a educação no país, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (MIPCT). Como ressaltou Renato Lemos, “(...) a criação de um ministério voltado prioritariamente para a instrução pública já fora cogitado durante o Império”.³²⁶

No entanto, a criação de tal ministério só acabou concretizada no Governo Provisório do presidente Deodoro da Fonseca. No Ministério da Guerra, a postura de Benjamin Constant, que se caracterizou por dar voz à juventude militar, estaria para Deodoro servindo de abertura para que jovens militares não respeitassem a hierarquia militar, criticando atitudes políticas dos líderes do governo. Portanto, a criação da pasta da Instrução Pública, Correios e

³²⁵ Miguel Lemos, *Nota sumária sobre sua organização*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1891.

³²⁶ Renato Lemos, *Benjamin Constant, vida e história*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1999, p. 497.

Telégrafos foi uma forma estratégica de deslocar Constant para outro ministério, criado pelo Governo Provisório em 19 de abril de 1890.

É importante mencionarmos, na atuação de Benjamin Constant no MIPCT, algumas medidas regulamentadas sobre a influência do positivismo. É o caso do novo regulamento da Escola Normal, onde “(...) o curso de ciências e letras foi organizado com ênfase nas matérias constantes da escala enciclopédica das ciências de Augusto Comte: matemáticas, astronomia, física, química, sociologia e moral”.³²⁷ O estabelecimento do estudo do idioma francês como obrigatório também fez parte do regulamento decretado em 17 de maio de 1890. A elaboração de uma escala enciclopédica das ciências por Comte pautava-se na ideia de que a ciência deveria ser útil à vida; assim, a psicologia não teria lugar, a biologia deveria ser uma física do vivo, e a sociologia, uma física social.

No mesmo dia, também foi decretado um regulamento para o Instituto Nacional dos Cegos que, em homenagem ao então Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, passou a se chamar posteriormente Instituto Benjamin Constant, nome que se mantém até hoje. “(...) Introduziram-se várias disciplinas, como a de ciências físicas e naturais, desmembrada da cadeira de matemáticas, e a de instrução moral e cívica”.³²⁸

Um importante elemento da militância do Apostolado Positivista, no sentido de congregar seu projeto de ditadura à ideia de ampla liberdade espiritual, foi a separação entre o Estado e a Igreja, sem a forma radical proposta por pensadores liberais como Rui Barbosa, como já vimos aqui. Durante a Primeira República, a penetração por meio das escolas foi uma das formas de inserção da Igreja Católica para seguir exercendo sua influência, já que não era mais uma extensão do poder central. A concepção de educação do Apostolado Positivista do Brasil tinha como elemento importante a defesa de uma Escola laica. O então ministro Benjamin Constant proibiu o ensino religioso em estabelecimentos públicos de instrução leiga em agosto de 1890, e suprimiu a cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos de Recife e São Paulo em novembro de 1890.

Vale destacar algumas outras importantes medidas de Constant na área da educação, como: o projeto de inclusão da sociologia e da moral na Escola Superior de Guerra; a

³²⁷ Renato Lemos, *Benjamin Constant, vida e história*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1999, p. 499.

³²⁸ *Ibid.*, p. 500.

reorganização da Biblioteca Nacional; a criação da Escola de Astronomia e Engenharia Geofísica no Observatório do Rio de Janeiro; a aprovação dos regulamentos do Ginásio Nacional e da instrução primária e secundária do Distrito Federal; e a criação do Pedagogium, que buscava reformar o ensino, oferecendo aos professores de instituições públicas e particulares meios de instrução profissional para melhorar sua formação, como: “(...) exposição permanente; conferências e cursos; gabinetes; direção de uma escola primária modelo de desenho e de oficinas de trabalhos manuais; coleções-modelos para o ensino científico nas escolas públicas e a *Revista Pedagógica*”.³²⁹

A ação de Constant em prol da educação estava atrelada à sua própria carreira, já que havia sido professor das escolas Militar, Politécnica e da Marinha. Como ministro da Guerra, influenciou no ensino militar: o decreto de criação do MIPCT foi publicado cinco dias após Constant decretar um regulamento que reorganizava o ensino das escolas do Exército, “(...) impedindo, portanto, de algum modo, que o autor o pusesse em prática, e transferindo tal tarefa para o Marechal Floriano Peixoto, seu ex-aluno na Escola Militar, e substituto na Pasta da Guerra”.³³⁰

Cabe mencionar que, quando Ministro da Guerra, Constant caracterizou-se por defender no Exército uma sólida preparação científica por intermédio da matemática, da sociologia e da moral. Constant enxergava no Exército brasileiro uma instituição com função altamente “civilizadora” e com uma missão moral e humanitária muito significativa. O Marechal Cândido Rondon, considerado o patrono das telecomunicações no Brasil e aluno de Constant, foi responsável por contribuir para a integração do Brasil, através de sua atuação na construção de linhas telegráficas no norte e no centro-oeste do país, a partir de 1890.

No dia 6 de março de 1890, Rondon partiu do porto do Rio de Janeiro para Cuiabá, e lá chegou no mês seguinte. A Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia, instituída no Governo Provisório, quando Benjamin Constant ocupava a pasta da

³²⁹ Renato Lemos, *Benjamin Constant, vida e história*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1999, p. 508.

³³⁰ Cartolano, M. T. P. *Benjamin Constant e a instrução pública no início da República*. Tese de Doutorado Campinas/ SP. UNICAMP/1994, p. 115.

Guerra, foi “(...) a primeira comissão de penetração dos sertões criada pela jovem República”.³³¹

Nesta comissão, Cândido Rondon partiu na condição de ajudante. A missão teve como chefe o major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, que posteriormente passou a ser chamado por Rondon de “(...) meu amado mestre do sertão”.³³² Após participar da Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1890-91), Rondon passou a chefiar diversas outras Comissões, nas décadas seguintes.

Rondon era afeito às concepções positivistas defendidas pelo Apostolado brasileiro, e visitava com alguma frequência a Igreja Positivista do Brasil. A sua relação com os indígenas na comissão de construção de telégrafos era pautada no lema: “morrer se preciso; matar nunca”. Rondon assumiu esta empreitada como uma missão civilizadora e humanitária. O Apostolado, seguindo a evolução dos três estados concebidos por Comte, considerava os indígenas oriundos de uma cultura “atrasada” por suas crenças pertencerem ao estado fetichista, o menos evoluído dos estados teológicos. Pregando a liberdade espiritual e a não violência para a evolução da sociedade, acreditava o Apostolado Positivista que uma orientação pacífica fosse o melhor caminho para as relações entre diferentes grupos sociais.

O Apostolado Positivista, impedido de uma ação direta, usou como arma de intervenção na educação o mesmo artifício usado na política, que foi a palavra escrita, como ressaltou José Murilo de Carvalho³³³. Não só por intermédio das publicações de livros, folhetos, cartas e artigos em jornais, mas inclusive propondo mudanças ortográficas. A ortografia positiva consistia em simplificar e uniformizar a ortografia oficial, condenada pelo Apostolado. Os métodos rigorosos, principalmente vinculados à prioridade da matemática no ensino, foram contestados. Após a morte de Benjamin Constant, já no governo do Marechal Floriano, um decreto do dia 3 de dezembro de 1892 reformou o ensino do Ginásio Nacional, transferindo o latim e a álgebra para o segundo ano e as matemáticas mais avançadas para os anos superiores, conforme registro veiculado no jornal *Gazeta de Notícias* de 3 de janeiro de 1893.

³³¹ Esther Maria Terestrello da Câmara de Viveiros, *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p. 60.

³³² *Ibid.*, p 89.

³³³ Cf. José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1990, 129p.

Para o Apostolado, a educação auxiliava na formação de novos padrões morais e intelectuais, “(...) visando à construção de uma unidade nacional em torno do projeto republicano. Os positivistas, no mesmo instante que mostravam um profundo desencanto com o passado, afirmavam um novo encanto com a ciência como passo decisivo, na construção do novo mundo”.³³⁴ A ciência positiva seria o alicerce da reforma educacional para se estabelecer uma nova ordem, reorganizando o saber. As mulheres e os proletários, que representavam a sabedoria natural, teriam um importante valor para constituir a harmonia social.

A oposição à criação de universidades, defendida pelo Apostolado, veio de Comte. Por um incidente pessoal, o pensador francês determinou que o estado positivo deveria acabar com a pedantocracia do academicismo. “(...) A. Comte fora eliminado da Escola Politécnica de Paris em seguida a um incidente entre professores e alunos, no qual ele tivera atuação saliente”,³³⁵ e sua rivalidade com acadêmicos dificultou seu ingresso na carreira pedagógica. Por não conseguir o cargo desejado na Politécnica devido às rivalidades, o pensador rompeu com a ideia de tentar o magistério pela Politécnica da França e passou a defender a não intromissão do *poder temporal* sobre o *poder espiritual* no ensino. Seguindo o preceito de Comte de que a educação estaria a cargo da Igreja da Humanidade na fase positiva, e com a ideia otimista de que o advento da República sinalizaria a proximidade de tal fase, o Apostolado Positivista marcou oposição à criação de universidades.

A ideia da criação de uma universidade, como ressaltou José Ricardo Pires de Almeida, “(...) afirmou-se a partir de 1835 e fez parte do programa de cada ministério”.³³⁶ Em 1882, o Apostolado interveio contra a criação de uma universidade pelo ministério Saraiva. O projeto da Universidade D. Pedro II, desejada pelo imperador, implantaria uma faculdade de teologia e nenhum curso de filosofia, o que gerou muitas críticas entre os intelectuais da época. Teixeira Mendes publicou uma série de artigos³³⁷ no jornal *Gazeta de Notícias*, em

³³⁴ João Carlos da Silva, *Educação e positivismo no Brasil: Arquivos e fontes para a pesquisa*. Estudo articulado ao Grupo de pesquisa HISTEDBR/UNICAMP-GT Cascavel, p.7.

³³⁵ João Camillo de Oliveira Torres, *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1957, p. 195.

³³⁶ José Ricardo Pires de Almeida, *Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação*. Trad. Antonio Chizzoti; São Paulo: Educ, 2000, p. 123.

³³⁷ Cf. Raimundo Teixeira Mendes, *A Universidade*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1883.

1882, engrossando a crítica ao projeto do governo imperial, que acabou não sendo concretizado.

Dentre as críticas de Teixeira Mendes, vale ressaltar a de que a universidade no Brasil seria um local de fabricação de doutores das famílias mais bem afortunadas, enquanto os operários continuariam a trabalhar. Mendes defendia, assim, a política de incorporação do proletariado na sociedade. Outra questão relevante é que a pesquisa científica nas universidades muitas vezes desenvolveria críticas às fontes e às leis naturais. Tal ideia era rejeitada pelo Apostolado.

Mendes criticara ainda as universidades como “(...) instituições decadentes e um dos maiores obstáculos a toda livre tentativa de reorganizações espirituais”.³³⁸ Além disso, afirmou que a universidade no Brasil não era uma necessidade real, e que as escolas superiores já existentes dariam conta de satisfazer às necessidades profissionais da população. Mendes considerava também que a universidade formaria um pequeno número de privilegiados, não resolvendo o verdadeiro problema da “instrução popular”.

A educação, para os líderes do Apostolado, deveria “(...) estar sob o domínio da mulher”,³³⁹ por ser esta a responsável pela formação moral do ambiente familiar e por transmitir o altruísmo em seus sentimentos. Era uma concepção propriamente positivista, apropriada por Mendes e Lemos, para se constituir um ideário educacional brasileiro, já que a educação era para o Apostolado um fator fundamental para a modernização da sociedade.

Por priorizar a educação familiar, o Apostolado Positivista, sob a liderança de Lemos e Mendes, opôs-se constantemente às medidas que estabeleciam a obrigatoriedade de ensino. Este tema foi muito debatido no campo da educação, na transição entre Monarquia e República. Defendendo a liberdade de ensino, o Apostolado criticou, em um de seus opúsculos³⁴⁰, o projeto de reforma da instrução pública elaborado pelo Dr. Ramis Galvão, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino. Nesse opúsculo, Miguel Lemos escreveu que estabelecer ensino obrigatório é um ato de ingerência despótico de um governo sobre os civis.

³³⁸ Raimundo Teixeira Mendes, *A Universidade*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1883, p. 97.

³³⁹ João Carlos da Silva, *Educação e positivismo no Brasil: Arquivos e fontes para a pesquisa*. Estudo articulado ao Grupo de pesquisa HISTEDBR/UNICAMP-GT Cascavel, p.16.

³⁴⁰ Miguel Lemos, *A obrigatoriedade do ensino*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890.

Em 15 de novembro de 1890, foi instalada a Assembleia Constituinte, para iniciar as discussões em torno do projeto constitucional brasileiro. Na educação, a proposta do decreto 510 do Governo Provisório, de 22 de junho de 1890, que determinava a criação de instituições de ensino superior e secundário nos Estados, e também prover a instrução primária e secundária no Distrito Federal, gerou críticas dos membros da Constituinte. Os opositores

“(...) pretendiam preservar a responsabilidade privativa dos Estados em relação aos seus sistemas de ensino do primeiro grau, dentro do espírito federativo da República, e também da tradição que vinha do Império, qual seja, da competência provincial para com o ensino elementar”.³⁴¹

A reforma da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal foi promulgada por Benjamin Constant no dia 8 de novembro de 1890. Nessa reforma, já se notam mecanismos que serviam de referência para os estados buscarem maior autonomia no ensino, como a inclusão do direito de expedição de diplomas oficiais pelo sistema estadual. O ensino primário, no Distrito Federal, é declarado “leigo, livre e gratuito”. A regulamentação do regime de “escolas livres” promulgada em 1891, como destacou Raymundo Moniz de Aragão, “(...) determinou verdadeira floração de escolas superiores, reconhecidas pelo governo federal”.³⁴²

A influência do positivismo no ensino, por intermédio de Constant, já acontecia antes de sua atuação como ministro, no começo da República. Como já foi dito, o positivismo teve forte influência, na segunda metade do século XIX, em instituições de ensino do Rio de Janeiro. É o caso das escolas Militar e Politécnica, onde Constant lecionou, influenciando a juventude militar; e também o Colégio Pedro II, onde lecionou Antonio Carlos de Oliveira Guimarães, fundador da primeira Sociedade Positivista do Brasil. Obras de Comte na área da ciência, como *Um Tratado de Geometria Analítica* e o *Sistema de lógica ou Tratado de filosofia matemática*, foram utilizados nos estudos de matemática no Brasil nessas instituições, e lidas por intelectuais como Euclides da Cunha, que considerou a segunda obra como “(...) o mais admirável livro do século XIX”.³⁴³

³⁴¹ Cartolano, M. T. P. *Benjamin Constant e a instrução pública no início da República*. Tese de Doutorado Campinas/ SP. UNICAMP/1994, p. 124.

³⁴² Raymundo Moniz de Aragão, *A instrução Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1985, p.16.

³⁴³ Apud, Ivan Lins, *História do Positivismo do Brasil*, Brasília: Ed Senado Federal, 2009, p. 323.

Constant também fez consideráveis reformas no ensino superior. Criou o Conselho de Instrução Superior e o Conselho Superior de Belas-Artes. “(...) Reformam-se as Faculdades de Direito, a Escola Politécnica e a Escolas de Minas, com a criação de novos cursos, e as Faculdades de Medicina ganham novas cátedras”.³⁴⁴ A Academia de Belas-Artes e o Conservatório de Música sofrem profundas reformas estruturais, e passam a ser chamadas, respectivamente, de Escola Nacional de Belas-Artes e Instituto Nacional de Música. Como afirmou Ferreira, “(...) no período 1891-1910, quando vigorou a reforma Constant, foram criados no Brasil 27 novos cursos superiores”.³⁴⁵

O positivismo inspirou tentativas de dinamizar o ensino científico. Ferreira lembra que a reforma implementada por Benjamin Constant era inspirada nas proposições de Comte para a educação. O autor afirma que é no positivismo que “(...) os engenheiros, médicos, bacharéis em ciências naturais, entre 1862 e 1922, apoiaram seu discurso na luta por sua afirmação como uma categoria social distinta, de cientistas”.³⁴⁶

O Apostolado Positivista teve opinião contrária à reforma de ensino de Constant, por entender que a política intervencionista do ministro não respeitava a defendida liberdade de ensino. Na utopia dos apostólicos, era defendida a melhora de bibliotecas públicas e museus, para os cidadãos terem acesso por si só ao conhecimento e descobrirem suas vocações profissionais. Tal medida era considerada, pelo Apostolado, mais benéfica à educação do país do que as reformas de Constant para o ensino. Miguel Lemos destacou, após a morte de Constant, que as glórias do ex-ministro não estavam vinculadas a um “(...) reformador ilusório de um ensino condenado pela própria doutrina em cujo triunfo futuro ele acreditava, mas o glorioso e magnífico Fundador da República Brasileira”.³⁴⁷

Na poesia, o positivismo também teve seu espaço. Uma nova concepção poética do século XIX, intitulada “poesia científica”, teve considerável expressão sob a liderança de Martins Júnior, que em 1883 confessou-se um “(...) sectário convencido e entusiasta do

³⁴⁴ Raymundo Moniz de Aragão, op. cit., p.16.

³⁴⁵ Luiz Otávio Ferreira, *Os Politécnicos: Ciência e Reorganização Social Segundo o Pensamento Positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Rio de Janeiro: Dissertação/UFRJ, 1989, p. 47.

³⁴⁶ Luiz Otávio Ferreira, *Os Politécnicos: Ciência e Reorganização Social Segundo o Pensamento Positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Rio de Janeiro: Dissertação/UFRJ, 1989, p. 50.

³⁴⁷ Miguel Lemos, *Benjamin Constant e as reformas da instrução pública*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

grande sistema filosófico arquitetado na França por Comte”.³⁴⁸ Martins Júnior publicou uma obra com o nome *A Poesia Científica*, em que criticou o romantismo e o subjetivismo dos poetas, que para ele representavam o *status quo* imperial. Martins Júnior afirmou também que a poesia sobreviveria mesmo no estado social proveniente da difusão da ciência, assim como a arte. Para Martins Júnior, poesia e arte eram fundamentais para refletir sobre o meio cósmico e social em que a humanidade se encontra. A crítica da poesia científica estava em quem utilizasse a poesia fora do contexto de ideias gerais do sentimento de sua época, por isso o desprezo à poesia subjetiva.

Construindo um princípio hierárquico (de mais a menos estético), Augusto Comte “(...) designa o primeiro posto à poesia, depois às artes da forma: pintura, escultura e arquitetura”.³⁴⁹ A arte positivista manifestada nas obras de Décio Villares e Eduardo Sá, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, respectivamente, era caracterizada por um teor fortemente cívico. A arte era, para o positivismo, capaz de trazer um sentido de identidade imaginária capaz de legitimar o ideal republicano perante a população. A intenção foi, por intermédio de monumentos que exaltavam o civismo, atrelar a doutrina de Comte aos dizeres positivistas relativos ao novo regime republicano.

“As comemorações públicas ou culturais, exaltando os grandes homens que contribuíram positivamente para a história da humanidade, a construção de prédios públicos, monumentos públicos, estátuas, bustos, bandeiras, mausoléus fúnebres faziam parte da estratégia de ação religiosa com fins políticos, fora dos templos”.³⁵⁰

As chamadas festas cívicas eram a base para a educação visual republicana, enobrecendo os grandes personagens da história. É importante mencionar que o calendário de feriados proposto pela Igreja Positivista do Brasil só sofreu uma ampla mudança no governo Vargas; antes disso, foram incluídos apenas os de 1º de maio e 25 de dezembro. O calendário de feriados do Apostolado tinha a intenção de ligar a sociedade brasileira à ocidental. Nas comemorações até 15 de novembro, nota-se nele um caráter evolucionista do caminho do Brasil até a República. O clero católico foi crítico ao ideário positivista, por entender que, se o governo optou em separar a religião do Estado, não deveria implementar um novo calendário.

³⁴⁸ Ivan Lins, *História do Positivismo do Brasil*, Brasília: Ed Senado Federal, 2009, p. 549.

³⁴⁹ Elisabeth da Costa Leal, *Os Filósofos em Tintas e Bronzes: Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo Sá*. Tese de doutorado/UFRJ: Rio de Janeiro, 2006, p 38.

³⁵⁰ Elisabeth da Costa Leal, “O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista”. Artigo: Scielo, 2006, <http://www.scielo.br/pdf/his/v25n2/03.pdf>.

Os católicos perceberam que o único feriado ligado ao cristianismo a ser mantido foi o de 2 de novembro; porém, não pelo fato de o Dia de Finados ser costume religioso católico, e sim por reverenciar os mortos, o que era característico do positivismo.

Leal³⁵¹ mostrou que havia no Brasil um mercado de arte positivista, considerando os vários tipos de atores sociais envolvidos na produção artística. A autora afirma que “(...) a proposta comtiana é baseada no passado e na coletividade, abrindo brechas para a exaltação de homens que contribuíram para a evolução social humana”.³⁵² Assim, é a colaboração de um personagem à coletividade humana que determina se esse merece ser imortalizado em obras de arte. No entanto, no Rio Grande do Sul, onde os que encomendaram as obras pertenciam ao grupo de Castilhos, que havia ascendido ao poder, os traços das obras possuem um traço maior de individualismo. Partindo desse exemplo, Leal se propôs a estudar a ideologia de quem encomendava as obras.

Como destacou Leal, embora o culto cívico propugnado por Comte não fosse nacionalista, porque cultua os grandes homens, nem individualista, porque reverencia os heróis nacionais, “(...) é necessário ler Comte e os leitores de Comte: estes últimos, no desejo de encontrar uma solução civilizatória para o Brasil recém republicano, misturavam no comtismo ideias contrárias a ele”.³⁵³ A arte positivista no Brasil acaba sendo mais uma demonstração de que as ideias se transformam de acordo com diferentes apropriações.

Comte criticava o estado da arte de seu tempo, por considerá-lo corrompido pelo excessivo privilégio da técnica em detrimento da moral e do conhecimento mais geral. “Todas as formas de vocações estéticas devem ser estimuladas na educação geral aos proletários e às outras classes. A educação deve ser geral e não especialista e técnica, pois assim atingiria o espírito e o coração, necessários para produzir os sentimentos”.³⁵⁴ O caráter contrarrevolucionário também está presente na concepção de arte de Comte, que, ao propor redirecionar as utopias, pretendia contê-las. Para ele, a arte contribuiria para o bem da humanidade, e não deveria de forma alguma incentivar a violência ou a revolução.

³⁵¹ Elisabeth da Costa Leal, op. cit., Tese de doutorado/UFRJ: Rio de Janeiro, 2006, p. 27.

³⁵² Ibid., p. 18.

³⁵³ Elisabeth da Costa Leal, *Os Filósofos em Tintas e Bronzes: Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo Sá*. Tese de doutorado/UFRJ: Rio de Janeiro, 2006, p. 32.

³⁵⁴ Ibid., p. 44.

Na visão de Comte, os artistas deveriam abdicar de se tornar ricos com seus trabalhos. Segundo Leal, na concepção comtiana os artistas,

“(…) não deveriam desejar cargos diretivos nem políticos, nem se deixar envolver por disputas e ambições estéticas: não deveriam buscar satisfações pessoais, glórias, nem honras. Sua obra para a posteridade não seria em forma de quadros nem de esculturas ou bustos; seria pela ação útil à Humanidade, como exemplo moral”.³⁵⁵

Os membros da Igreja Positivista do Brasil estavam entre os que encomendavam obras de arte. Na ação política do grupo, estava incluída a produção de imagens. Em dezembro de 1890, o Apostolado Positivista publicou propostas de normas para o ensino das artes, pregando a liberdade da produção e a inclusão de artistas dos segmentos sociais de baixo poder aquisitivo. Segundo a avaliação do Apostolado, os artistas do Brasil foram extremamente discriminados ao longo da Monarquia.

Dentre as reivindicações encaminhadas ao ministro Aristides Lobo, a legitimação da inclusão social no meio artístico é constantemente reafirmada. *O Projeto de reforma no ensino das artes plásticas, apresentada ao cidadão Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior*, por Monteiro Cordeiro, Aurélio de Figueiredo e Décio Villares, salientava que competia ao governo popularizar os rudimentos das artes, o que não implicaria em grandes ônus para o estado. É importante ressaltar que Décio Villares concebeu muitos dos famosos monumentos positivistas, “(…) tendo desempenhado papel destacado no âmbito do movimento artístico positivista em meio às disputas em torno das representações simbólicas da República”.³⁵⁶

A militância do Apostolado sobre o papel da arte no Brasil, no início da República, contribuiu para a construção de monumentos positivistas existentes até hoje no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. As obras de Décio Villares e Eduardo Sá foram marcadas pela presença feminina muito forte, inspirada em Clotilde de Vaux, a musa de Comte, e não em mulheres de outros segmentos sociais, como índias e mulatas³⁵⁷. Vale lembrar, no entanto, que Décio Villares recebeu de Benjamin Constant, quando este ainda ocupava o Ministério da Instrução Pública, um importante auxílio no valor de oito contos de réis para pintar a Epopéia Africana no Brasil. Essa obra tem um significado de rompimento com os artistas

³⁵⁵ Elisabeth da Costa Leal, *Os Filósofos em Tintas e Bronzes: Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo Sá*. Tese de doutorado/UFRJ: Rio de Janeiro, 2006, p. 38.

³⁵⁶ José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1990, p. 84.

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 84.

comprometidos com o *status quo* imperial, por exaltar o papel da raça negra no Brasil através de uma pintura.

Em 13 de maio de 1889, no final do Império e no primeiro aniversário Abolição, Décio Villares publicou um folheto³⁵⁸ justificando a escolha daquela data comemorativa para iniciar a execução de uma obra em homenagem aos integrantes do que denominava de “raça preta”. No folheto, Villares ressaltou que a intenção foi sintetizar toda a história heróica e trágica daqueles que haviam sido nossos escravos, e que, a partir daquele momento, tornaram-se nossos concidadãos. No entanto, apesar de naquele momento já ter feito o esboço da produção, o artista reclamava auxílio financeiro para a parte que considerava mais penosa para a obra ser concretizada, que era a execução.

Por fim, cabe mencionar que o projeto Apostolado Positivista defendia a extinção da Academia Imperial de Belas Artes – designada Nacional de Belas Artes a partir de 1890 –, tendo em vista seu caráter elitista. Para os positivistas da Igreja Positivista do Brasil, “(...) o caro princípio de transição sem violência e revolução se revela nas imagens que Villares criou”.³⁵⁹ Décio Villares havia sido estudante da Academia Imperial de Belas Artes. Como ressaltou Leal, tanto ele como Eduardo de Sá sofreram preconceito por serem positivistas e por não se encaixarem “(...) no padrão de excelência visual requerido pelos apreciadores e críticos de arte”.³⁶⁰ Isso explica também, para autora, o pouco número de referências sobre os dois artistas na historiografia da arte.

A Igreja Positivista do Brasil usava obras de arte em celebrações religiosas e cívicas. Leal considera tal atitude dos líderes da Igreja como uma estratégia “(...) voltada para as classes médias, com mais condições escolares de compreender a mensagem positivista em textos e imagens, do que a população imigrante, proletária e escrava”.³⁶¹ Embora, devido a motivos já explicitados nesse trabalho, seja difícil identificar uma classe média em fins do século XIX no Brasil, existia um setor urbano, formado por um considerável número de

³⁵⁸ Décio Villares, *A epopéia africana*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1889.

³⁵⁹ Elisabeth da Costa Leal, *Os Filósofos em Tintas e Bronzes: Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo Sá*. Tese de doutorado/UFRJ: Rio de Janeiro, 2006, p. 27.

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 29.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 154.

médicos e engenheiros, identificados com o positivismo, que era alvo da ação política do Apostolado Positivista.

O sentimento de repulsa em relação à conduta militante do Apostolado era expressivo, a ponto de ser rotulado como intolerante e dominador por querer impor seus dogmas na Constituição. O fato de a Igreja Positivista do Brasil ter algumas de suas reivindicações atendidas em formas de decreto gerou repulsa de seus opositores no Governo Provisório, que era acusado de impor “(...) a opinião dela manifestada em suas divisas”.³⁶²

O Apostolado Positivista foi alvo também de muitas críticas formuladas por intelectuais de grande relevância do meio literário no final do século XIX. É o caso de José Veríssimo, que assistiu a conferências de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, mas criticou o positivismo que ambos defendiam, classificando-o como algo muito distante do comtismo. Essas críticas estão presentes em algumas de suas obras, como, por exemplo, *Alguns aspectos da moderna evolução alemã*. Outro escritor que criticou severamente a conduta do Apostolado foi Silvio Romero, que, em sua obra *Doutrina contra doutrina*, publicada em 1894, acusou esses ortodoxos de se apropriarem de conquistas formalizadas na primeira Constituição republicana – como, por exemplo, a separação Igreja-Estado, que para Romero era, de fato, uma consequência do predomínio do pensamento liberal.

Silvio Romero desqualificava o Apostolado Positivista, acusando seus membros de comporem uma minoria de sistemáticos idólatras de uma doutrina contestável, representante de um “neojesuitismo”. Romero minimizou o fato de a confecção da bandeira nacional e a saudação “Saúde e Fraternidade” serem frutos da ação do Apostolado. Destacou também que Benjamin Constant vetou um pedido do Apostolado, feito após a Proclamação, de extinguir todos os cursos, academias e institutos de ensino custeados pelo Estado.

Paulo Mercadante percebeu o caso da crítica de Silvio Romero sobre a separação da Igreja e o Estado com outros olhos. Para ele,

“(...) o ano inaugural da República se caracterizou pelo conflito entre a “velha ética absoluta”, marca dos positivistas e do estamento militar, e a “ética das responsabilidades”, do liberalismo triunfante” que prosseguiria adotando a flexibilidade, tática habitual ao político do tempo da monarquia. Neste confronto entre “legitimistas” e “positivistas”, os primeiros teriam

³⁶² Apud, Renato Lemos, *Benjamin Constant; vida e história*. Rio de Janeiro: Ed.Topbooks, 1999, p.450.

saído ganhando, adotando como suas posições de seus adversários, como no caso da separação entre Igreja e Estado”.³⁶³

Em 24 de novembro 1891,³⁶⁴ o Apostolado Positivista fez um balanço das conquistas que favoreceram as suas aspirações na primeira Constituição republicana. Foi ressaltado que a liberdade espiritual foi inteiramente conquistada e a liberdade industrial quase totalmente instituída. Afirmava-se, ainda, que a Constituição teria sido o resultado da luta entre preconceitos revolucionários, tendências retrógradas e as aspirações positivistas. Destacava-se também que ela garantia a ordem material, conferindo prestígio ao poder Executivo e respeitando quase completamente a autonomia do Estado. O Apostolado Positivista lembrava o papel que desempenhou na manutenção da *lei da mão morta* e da não obrigação do casamento civil antes da cerimônia religiosa. A crítica ficava por conta dos mecanismos liberal-democratas da Constituição, que dificultavam a implantação de um regime ditatorial nos moldes positivistas.

3.3 Questão Trabalhista e a incorporação do proletariado na sociedade

Um dos debates cruciais, nos primeiros anos da República, girava em torno das consequências que a abolição traria ao Brasil. Teixeira Mendes posicionava-se reivindicando mudanças para o operariado. Como já vimos, o positivismo na França convergia com as aspirações de uma classe de industriais burgueses. Augusto Comte idealizou uma sociedade em que os líderes de indústria assumiriam posições de relevo. Alfredo Bosi afirma que os industriais da França de Napoleão III pertenciam a um grupo bem definido: não eram bonapartistas, mas “socialistas saint-simonianos”. O autor ressaltava também que “(...) os industriais e seus financiadores seriam os missionários de um novo credo que Saint-Simon

³⁶³ Apud, Renato Lessa. *A invenção republicana*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988, p. 59.

³⁶⁴ Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. *O respeito às garantias políticas condensadas na Constituição de 24 de fev. de 1891*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1891.

julgava ainda cristão, e pelo qual as classes mais numerosas e sofredoras seriam incorporadas e protegidas pela sólida união de indústria e governo”.³⁶⁵

Bosi, ao tratar do Rio Grande do Sul, afirmou que em quase todas as sessões legislativas realizadas entre 1900 e 1930, os pedidos de pequenos e médios empresários foram atendidos. “Criou-se nesses anos uma tradição fiscal de incentivo à manufatura a que comtianos se apegavam ciosamente, salientando a necessidade do Rio Grande entrar para a era industrial”.³⁶⁶ Essa política influenciou Vargas, que, como afirmou Bosi, cumpria, quando presidente do estado do Rio Grande do Sul, o papel de sábio ordenador, só intervindo “(...) quando as carências de uma classe (no caso, a dos industriais) exigem, pela intermediação de poderes públicos, a suplência de outra classe (a dos estancieiros)”.³⁶⁷

O discurso industrialista, para Bosi, só recebeu acolhimento nacional quando Vargas governou o país. Para o autor, em meados da década de 30 o dirigismo estatal e o progressismo burguês encontrariam uma zona de intersecção de que ambos se beneficiaram.

No Rio Grande do Sul, a fórmula de Comte que presidia as relações do capital com o trabalho – *incorporação do proletariado da sociedade moderna* – foi adaptada pelo PRR. Bosi lembrou que os modelos corporativos na legislação trabalhista do Estado Novo são mais bem esclarecidos pelo estudo das medidas tutelares, que já figuravam no ideário do Apostolado Positivista do Brasil, na versão que lhes deu Júlio de Castilhos. O primeiro passo de Castilhos nesse sentido foi fazer constar como lei maior de Estado, no Rio Grande do Sul, o seguinte artigo: “Ficam suprimidas quaisquer distinções entre os funcionários públicos de quadros e os simples jornaleiros, estendendo-se a estes as vantagens de que gozarem daqueles”.

Bosi afirmou também que o programa do Partido Republicano Histórico, redigido por Júlio de Castilhos, é, em síntese, “(...) uma agenda de leis sociais a cargo de um Estado previsor que não quer deixar ao arbítrio do capital decidir sobre as condições dos novos

³⁶⁵ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 274.

³⁶⁶ Ibid., p. 286.

³⁶⁷ Ibid., p. 288.

assalariados egressos do cativoiro”.³⁶⁸ O autor elucida que Castilhos escrevia sob influxo direto de Comte e dos líderes do Apostolado Positivista, e que os discípulos do gaúcho seriam os futuros idealizadores do Estado dirigista de 1930.

A Consolidação das Leis do Trabalho, sancionada em pleno Estado Novo, teria sofrido influência da alta centralização do Partido Republicano Rio-Grandense. “A lei, aberta aos direitos do operário, *enquanto trabalhador*, fechou-se aos seus direitos, *enquanto cidadão*”.³⁶⁹ Um exemplo disso, para Bosi, foi a absorção dos sindicatos operários e patronais na órbita do ministério, pelo Título V da Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT construiu, assim, uma ponte de mão dupla entre a burocracia ministerial e o sindicato. Tal ação concordava com o princípio de Comte de que, na fase positiva, cada cidadão constituiria um funcionário público.

Voltando a 1890, o movimento operário no Brasil começou a crescer, publicando seu manifesto. Os trabalhadores urbanos livres mais qualificados já vinham se organizando, como ressaltou Batalha³⁷⁰, em sociedades de socorros mútuos, já que a Constituição de 1824 havia proibido qualquer forma de organização sindical. Essas sociedades, embora viessem a se manter com o advento da República, passaram, ou a desenvolver atividades sindicais, “(...) ou enfrentar a concorrência de novas associações primordialmente voltadas para a ação sindical”.³⁷¹ No final do século XIX, surge uma série de grupos socialistas no movimento operário. No Rio de Janeiro, o Partido Operário fundou um círculo socialista no ano de 1890.

A preocupação com o papel do operário foi essencial para a consolidação do novo regime republicano. O governo provisório demonstrou essa preocupação ao enviar quatro ministros de Estado à cerimônia no Arsenal da Marinha, “(...) que simbolizou a adesão do operariado à República”.³⁷²

³⁶⁸ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 297.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 297.

³⁷⁰ Cf. Claudio Batalha, *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000, p. 15.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 15.

³⁷² José Augusto Valladares de Pádua, *A capital, a República e o sonho: A experiência dos Partidos Operários de 1890. Rio de Janeiro: Dados*. Revista de ciências sociais vol. 28, n.2. Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro, 1985, p.167.

Nesse contexto, a ideia de incorporar o proletário à sociedade, defendida pelo positivismo, também ganhou espaço e influência no movimento operário. Muitas das lideranças da classe operária, emergentes no país, se apropriaram das tendências das concepções ideológicas europeias para reivindicarem seus direitos. Batalha ressalta que o termo *marxismo* é empregado no Brasil, no final do século XIX, como “(...) sinônimo de socialismo científico ou socialismo positivo”.³⁷³ O positivismo havia influenciado o pensamento da Segunda Internacional Socialista, assim como outras correntes científicas da época.

O socialismo, o marxismo e o positivismo, além da crítica ao individualismo burguês, tinham em comum “(...) uma sustentação racional e científica para a forma como interpretam a realidade e para suas propostas de transformação social”.³⁷⁴ A perspectiva evolucionista sobre as formas de organização da sociedade era outro traço comum dessas doutrinas. O positivismo tinha, como grande característica social, a busca de uma visão conciliadora entre patrão e operários. Portanto, como ressaltou Batalha, embora alguns estudiosos sobre a história do marxismo no Brasil desconsiderem que na última década do século XIX os grupos socialistas não eram marxistas, “(...) podem não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo”.³⁷⁵

Em uma publicação do jornal operário *Echo Popular*, isso é bem nítido: “O que não se pode, o que não se deve mesmo fazer, é abandonar na organização dos partidos socialistas as fórmulas científicas de imediata aplicação à política, às finanças e à sociologia, sem o que não poder-se-á administrar bem, produzir e repartir melhor nem viver feliz”.³⁷⁶

A grande questão é que muitas lideranças do movimento socialista brasileiro, em fins do século XIX, tinham, como afirmou Batalha, “(...) uma leitura positivista e/ou científicista de Marx”.³⁷⁷ Por essa razão, boa parte da literatura sobre socialismo no Brasil considera que

³⁷³ Apud, Benito Bisso Schmidt, *O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I república*. Revista Brasileira de História, vol. 21, número 041. Associação Nacional de História. São Paulo, 2001, p. 114.

³⁷⁴ Apud, Ibid., p. 117.

³⁷⁵ Claudio, Batalha, *A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX*, in (org) João Quartim de Moraes. *História do Marxismo no Brasil* vol.2, São Paulo: Editora Unicamp, 1995, p. 11.

³⁷⁶ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, nº 14, 10 de abril de 1890.

³⁷⁷ Claudio Batalha, op. cit., 1995, p.14.

os homens engajados na política não eram marxistas, o que é correto quando se limita a uma interpretação direta das obras de Marx. Só que esses líderes inserem Marx, como lembrou Batalha, “(...) na ideologia socialista eclética”. Esse ecletismo era capaz de inseri-los entre os mais diversos pensadores, tais como “(...) Ferdinand Lassalle, Benoît Malon, Charles Darwin, Hebert Spencer, Ernst Haeckel, Max Nordau, Augusto Comte”.³⁷⁸

A partir de 1890, as reivindicações do movimento operário tomam forma mais ampla, como destacou Carone, na busca principalmente de melhores “(...) condições de vida e direitos políticos”.³⁷⁹ Não que antes tal busca não existisse, porém, gradativamente, o movimento foi se estabelecendo. Em 1879, o jornal *Operário*, de Recife, publicou um artigo³⁸⁰ reivindicando o direito do operariado em se instruir. O artigo criticava também o alto preço da taxa de matrícula dos estabelecimentos de instrução superior. Isso era sinal de que antes de 1890, em diversas regiões do país, lideranças do movimento operário já atuavam por meio da imprensa, mesma arma utilizada pelo Apostolado Positivista e vários intelectuais da época. Já havia, associações operárias no Rio de Janeiro, como a Liga Operária, fundada em 1870. Essa fase pode ser caracterizada como a da luta dos operários por direitos, mas com menor influência do socialismo científico, que gradativamente aumenta até a última década do século XIX.

O pensamento saint-simoniano sobre as consequências da transição para uma sociedade industrial, explicitada em sua produção bibliográfica, foi enunciado em algumas publicações do movimento socialista no Brasil, com destaque para a obra *A indústria*, já mencionada aqui. Em 26 de janeiro de 1896, o órgão do Centro Socialista de São Paulo, *O socialista*, enalteceu a análise de Simon sobre a substituição do regime governamental, político e militar pelo regime administrativo ou industrial, à medida que progrediam as ciências positivas e a indústria. A publicação ainda destacou que “(...) A. Comte, na Política Positiva, demonstra que é necessário reduzir as funções do Estado”.³⁸¹ Além de demonstrar o conhecimento de um órgão socialista brasileiro a respeito de uma obra de Augusto Comte, a publicação revela a tentativa de aplicação de um aspecto teórico de Comte, para pedir a

³⁷⁸ Claudio Batalha, op. cit., 1995, P. 14

³⁷⁹ Edgar Carone, *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Ed. DIFEL. 1979, p. 197.

³⁸⁰ Ibid., p. 202.

³⁸¹ Apud, Edgar Carone, *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Ed. DIFEL. 1979, p. 216.

redução da intervenção do estado na política, e, conseqüentemente, melhorar as condições para incorporar o proletariado, por meio da ocupação de cargos políticos.

Após a abolição da escravatura e a Proclamação da república, os operários buscaram construir uma identidade para a classe trabalhadora no cenário político no Brasil. Como destacou Ângela de Castro Gomes, a virada do século XIX para o XX “(...) é especialmente significativa para a construção da palavra operária”.³⁸²

Nesse sentido, Gomes mostrou também que, com a abolição da escravidão, conformou-se no país o mercado do trabalho livre, levando à necessidade de se criar um modelo de trabalhador. A consolidação da imagem do trabalhador operário tornou-se importante na busca de sua própria identidade.

Um importante órgão de defesa do operário, intitulado *A voz do povo*, publicou em sua primeira página, menos de dois meses após a Proclamação da República, uma mensagem de otimismo em relação ao advento republicano. Na mensagem, nota-se uma menção à possível orientação positivista do novo governo, que traria vantagens ao operário. O órgão se dizia convicto de que “(...) o progresso da pátria será conquista do período industrial que nos promete a política positiva de governo, pois a entidade superior das nações industriais é o operário – o grande fator da grandeza dos povos modernos”.³⁸³

Em 1890, Teixeira Mendes elaborou, em nome do Apostolado Positivista do Brasil, um projeto para o operariado, o qual era bastante significativo para uma sociedade que não havia completado nem dois anos de abolição. O projeto estabelecia renda fixa e gratificação variável; jornada de trabalho de no máximo sete horas diárias; descanso aos domingos e dias de festa nacional; licença em caso de moléstia; proibição de demissão após sete anos de serviço; aposentadoria aos 63 anos com o recebimento proporcional à renda fixa; e direito a férias remuneradas.

A elaboração minuciosa do projeto, intitulado “A incorporação do Proletariado na Sociedade Moderna”, foi também estratégica. O artigo 78 da Constituição federal de 1891 determinou que a especificação das garantias e direitos expressos no texto constitucional não

³⁸² Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.26.

³⁸³ *Voz do Povo. Órgão operário dos Estados Unidos do Brasil*, 06/01/1890. Diretor José Veiga. Redatores diversos operários. Oficina rua Uruguaiana 170.

excluía outras garantias e direitos não enumerados. Aproveitando essa brecha, Teixeira Mendes propôs³⁸⁴ a inclusão das garantias reivindicadas.

O posicionamento do Apostolado Positivista em relação ao operário pautava-se em habilitar as classes industriais, patrícios e proletários, que deveriam cooperar sistematicamente na instalação do regime sociocrático. A solução dos problemas nas relações de trabalho estaria no pensamento científicista, e não nos equívocos dos patrões, que procuravam soluções na “metafísica economicista”, e nem dos operários, através de suas “fantasias subversivas”.

A preocupação com a incorporação do proletariado esteve presente nas reflexões de Mendes e de seu amigo Lemos ao longo da formação intelectual de ambos, antes mesmo da criação da Igreja Positivista. Em 23 de outubro de 1879, quando vivia na França, Lemos enviou uma carta a Mendes sobre a importância do Congresso Operário que havia começado em Marselha, ressaltando que congressos como aquele serviam para medir o progresso do proletariado, “(...) sem o qual a reorganização política e social será impossível”.³⁸⁵

A defesa do salário mínimo e do direito de greve dos trabalhadores sempre esteve presente nas circulares do Apostolado Positivista. Nesse sentido, Bosi lembra que:

“O direito de greve, desde que exercido sem violência, é uma reivindicação comum às doutrinas socialistas moderadas e ao ideário dos positivistas religiosos. Vem ao caso mencionar os artigos de Teixeira Mendes solidários com os grevistas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro em 1906”.³⁸⁶

O autor destaca as famosas circulares enviadas a D. Pedro II e aos presidentes republicanos para afirmar que, “Entre nós, quase tudo o que houve de sistemático em termos de Direito de Trabalho, portanto no plano do Estado, ou visando à sua intervenção, recebeu selo positivista”.³⁸⁷ Bosi usou outros exemplos para justificar tais argumentos, como: a inclusão de um inciso trabalhista na Constituição gaúcha por obra de Castilhos, a gestão eficaz de Borges de Medeiros, induzindo patrões a aceitarem as exigências dos grevistas em 1917; e, sobretudo, a codificação operada por Lindolfo Collor, a pedido de Vargas, e que

³⁸⁴ Cf. Lelita Perrone Moyses, *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2003.

³⁸⁵ *Cartas de Miguel Lemos a R. Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: 1965, p. 91.

³⁸⁶ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 296.

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 296.

endossou sugestões de velhos militantes socialistas como Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e Agripino Nazareth, primeiros consultores de esquerda do Ministério do Trabalho.

O que diferia o posicionamento do Apostolado Positivista em relação ao órgão mais expressivo do movimento operário do Rio de Janeiro nos primórdios da República, *A voz do povo*, era que o segundo valorizava a democracia. Apesar da publicação do jornal operário utilizar termos comuns ao do Apostolado – como ordem, progresso, política positiva, valorização da indústria e evolução, entre outros –, a democracia era constantemente citada neste jornal como “(...) o regime da igualdade dos direitos como nos deveres”.³⁸⁸ Tinha-se a esperança também de que a democracia viria a nivelar todas as “classes” na partilha dos bens sociais. Para o Apostolado Positivista, essa vitória do operário só seria possível com o advento da sonhada ditadura.

A esperança do movimento operário com o novo regime vinha do fato de o republicanismo sofrer influência de doutrinas que valorizavam o papel da indústria, tais como o positivismo, o pensamento de Saint-Simon e demais correntes oriundas da Europa, onde o processo industrial de alguns países era bem mais avançado. Essa influência trazia a esperança de um impulso ao crescimento industrial no Brasil, já que, durante a Monarquia, o regime escravista e senhorial foi um grande entrave. Possivelmente, com a manutenção do poder das oligarquias cafeeiras na passagem do século XIX para o XX, o entusiasmo do movimento operário em relação à República foi gradativamente se reduzindo.

No Rio de Janeiro, o principal representante da corrente positivista do movimento operário foi o torneiro mecânico e armeiro Francisco Juvêncio Saddock de Sá. O apoio à candidatura de operários aos cargos políticos, em busca da conquista de uma cidadania social para os trabalhadores, pautou a ação dos positivistas ortodoxos no âmbito do movimento operário. Eles identificavam, assim como Comte, o movimento operário como um grupo que por sua realidade estaria predisposto a acolher favoravelmente o positivismo. “(...) eles, assim como as mulheres, estavam menos afetados pela filosofia metafísica, sendo então mais permeáveis a uma visão de conjunto”.³⁸⁹

³⁸⁸ *Voz do Povo. Órgão operário dos Estados Unidos do Brasil*. 07/01/1890. Diretor José Veiga. Redatores diversos operários. Oficina rua Uruguaiana 170.

³⁸⁹ Adalmir Leonídio, *Saint-Simonismo e Positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil*. Revista Mediações, Londrina, v. 10, n.1, JAN/JUN. 2005, p.168.

No entanto, esse privilégio de proletários e mulheres contrastava com uma posição submissa que lhes era atribuída. No caso das mulheres, isso se mostrava claro no seu papel de doméstica, mesmo com o reconhecimento de seu valor moral por Comte. No caso dos proletários, a sua incorporação seria regida na vida pública pelas decisões dos “sábios” e industriais. A regulamentação da vida social em busca de direitos, mas com aspectos conservadores, foi permanente tanto na militância de Comte, em prol dos proletários na França, como na do Apostolado, em prol dos proletários no Brasil.

A forma como o movimento operário adotava as ideias saint-simonianas e comtianas deve ser ressaltada. Sobre isso, Leonídio destacou que:

“(…) entre as ideias que nortearam o movimento operário nascente estava a de organização do trabalho. A expressão foi usada pela primeira vez por Saint-Simon. Mas ela só se constituiu em uma espécie de palavra de ordem do socialismo utópico durante a Revolução Francesa de fevereiro e junho de 1848, sob os auspícios de Louis Blanc”.³⁹⁰

O jornal *Echo popular* foi fundado no Rio de Janeiro, em 1890, por Luiz da França e Silva. Muito diferente de sua linha editorial, que entre 1868 e 1871 destacava a cultura portuguesa e não se declarava republicano, elogiando o Imperador, a nova versão liderada por Luiz da França, além de glorificar o advento da República, constantemente ressaltava a ideia da “organização de trabalho” de Simon. Em uma de suas publicações³⁹¹, afirmava que os operários não deveriam lutar contra os industriais, e sim contra a “burguesia egoísta”. Essa afirmação demonstrava um aspecto da filosofia de Comte: a necessidade de estabelecer uma boa relação entre patrões e empregados. Os industriais regeriam, para Comte, a incorporação do proletariado na sociedade.

Militar em prol dos interesses das classes operárias era uma bandeira do jornal *Echo popular*. Uma nota sobre os intuítos do jornal, na edição de 6 de março de 1890, destacou que o *Echo popular* propagaria a “(…) ideia, já felizmente avolumada, da congregação das classes

³⁹⁰ Adalmir Leonídio, *Saint-Simonismo e Positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil*. Revista Mediações, Londrina, v. 10, n.1, JAN/JUN. 2005, p. 172.

³⁹¹ Apud, Ibid., p. 174.

trabalhadoras em um partido político, pura e sinceramente democrático, consorciado com elementos vitais e progressistas da comunhão nacional”.³⁹²

Assim como em *A Voz do povo*, a democracia é ressaltada como importante no processo político, embora nesta mesma edição de estreia fosse ressaltado, em uma nota, que a empresa *Echo popular* não teria vínculo com a extinta associação da *Voz do povo*. No entanto, o novo órgão do partido operário se propusera a dar folhas de sua edição a quem havia assinado a *Voz do povo*, na esperança de que, finalizadas as assinaturas pagas do jornal extinto, os assinantes passariam a assinar o *Echo popular*. Na mesma edição de 6 de março, na coluna *Pensamentos*, o órgão, ao tratar do tema glória, atribuiu esse adjetivo a todo o homem que teria feito em sua vida muitos serviços aos particulares, à pátria ou à humanidade. A tríade família, pátria e humanidade, respectivamente, representava para Comte os elementos primordiais em prol dos quais o homem deveria lutar.

O jornal se declarava socialista, e as ideias de Simon e de Comte apareciam sutilmente, também, pela influência de ambos no pensamento da Segunda Internacional Socialista. A influência do cientificismo no socialismo nesse momento é comprovada também pelo *Echo popular*, que passou a publicar, em maio de 1890, seções científicas com estudos relacionados às ciências exatas. As seções tratavam da importância da força centrífuga e da gravidade para mecânica, elementos considerados, pelo jornal, de conhecimentos úteis aos operários.

O jornal destacou³⁹³, em 1890, as principais “máximas da religião da humanidade” para resolver o problema social do proletariado. Dentre as máximas do pensamento de Comte, destacavam-se a incorporação do proletariado na sociedade e a defesa do capital como um bem social. No dia 3 de abril, o jornal publicou novamente, na coluna “Pensamentos”, aspectos da doutrina de Comte, como: “Viver para outrem”, “Ordem e progresso” e “Viver às claras”. Ressaltou, ainda, que a primeira era uma definição de altruísmo, e que a fórmula sagrada desse sentimento era: O Amor por princípio; a Ordem por base o Progresso por fim, como instituíra Comte.

³⁹² *Echo Popular*, Rio de Janeiro, nº 1, 06 de março de 1890.

³⁹³ *Echo Popular*, Rio de Janeiro, nº 9, 27 de março de 1890.

O jornal também era composto por colunas que orientavam os operários a se manter a favor da República e a se opor a qualquer tentativa de restauração monárquica, além de criticar a anarquia como elemento que iria desorganizar a classe operária.

Outros jornais operários, como destacou Leonídio³⁹⁴, mencionavam dizeres da religião positivista em suas publicações. Na biblioteca da Sociedade União Operária de Rio Grande, como relatou Schmidt³⁹⁵, é possível encontrar, dentre outros títulos: *A questão da vacina*, de Bagueira Leal, publicado pela Igreja Positivista do Brasil; e o *Catecismo Positivista*, de Comte. O positivismo, como outras doutrinas de cunho cientificista, influenciou diretamente as mentes das lideranças do movimento operário, tanto na Europa como no Brasil. Os líderes socialistas, do movimento operário no Brasil, atuaram com o objetivo central de eleger operários para o poder; por isso, esses líderes viam com “bons olhos” a ideia do Apostolado Positivista de buscar incorporar operários aos cargos políticos. No Rio Grande do Sul, o Partido Socialista local, por intermédio do *Echo Operário*, militou pela eleição de operários em cargos legislativos.

O líder operário Saddock Sá, orientado pelo comtismo, defendia a ideia de que o trabalho era sinônimo de “(...) grandeza e glória”.³⁹⁶ É cabível ressaltar que a relação entre o socialismo e o positivismo dentro do movimento operário não era uma consequência direta da ação do Apostolado. O conteúdo do positivismo havia se difundido de diferentes formas em nossa sociedade. Algumas lideranças do operariado também se apropriaram desse conteúdo para elevar a imagem do trabalhador.

Após os primeiros anos da República, tanto as lideranças socialistas do movimento operário quanto o Apostolado Positivista tinham um traço comum: a crítica à República, por não atender à expectativa de ambos. Do lado do movimento operário, a solução seria militar a favor da eleição de operários para cargos legislativos. Ocupando esses cargos, os operários poderiam conquistar as garantias trabalhistas que sua classe almejava. Já pelo lado do Apostolado Positivista, a militância seria pela não consolidação do regime liberal-democrata

³⁹⁴ Cf. Adalmir Leonídio, *Saint- Simonismo e Positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil*. Revista Mediações, Londrina, v. 10, n.1, JAN/JUN. 2005, p. 182.

³⁹⁵ Cf. Benito Bisso Schmidt, *O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I república*. Revista Brasileira de História, vol. 21, número 041. Associação Nacional de História. São Paulo, 2001, p. 121.

³⁹⁶ Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 42.

após a promulgação da Constituição republicana em 1891, e pela defesa da sonhada Ditadura Republicana.

Criado no Rio de Janeiro no dia 9 de março de 1890, o Centro do Partido Operário teria sido, até o ano de 1893, a “(...) organização operária mais ativa”.³⁹⁷ O CPO, a princípio, teve como chefe e subchefe respectivamente o maranhense José Augusto Vinhaes e Bento José Ribeiro. Porém, no dia 11 de maio, em assembleia pública, França e Silva buscou unificar o Partido Operário. A ideia era fundir todas as facções operárias existentes dentro do partido. Nela, França e Silva propôs uma eleição entre sua chapa e outras. Vinhaes preferiu manter-se à margem da proposta de França, por não ter o mesmo número de seguidores deste. A chapa de França e Silva foi eleita por unanimidade e tomou posse no dia 2 de junho.

A oposição a Vinhaes era perceptível nas publicações de 1890 do *Echo popular*. Numa delas, França e Silva criticou³⁹⁸ o tenente maranhense por ter dito que sacrificaria a própria vida pela “classe operária”, e não escreveu na imprensa uma nota sequer a respeito da demissão de dois operários dos arsenais da alfândega. Em outra, alegava que, se Vinhaes se dizia defensor da república democrática em primeiro lugar, o *Echo popular* representava a democracia operária. A intenção de França e Silva era sempre vincular seu órgão a uma política mais ortodoxa, focada nos interesses do operariado. O tenente Vinhaes, por sua vez, era constantemente associado à política republicana, em detrimento da operária *strictu-sensu*.

Além desse conflito de facções pela liderança do partido, foi criada uma diretoria que teve como presidente a maior liderança operária de influência positivista: Saddock de Sá. A organização do Centro adotou um modelo muito novo, composto por uma diretoria e um conselho administrativo representado por um membro de cada oficina pública e privada da Capital Federal. No período em que atuou no Rio, o CPO:

“(...) acumulava a função de um partido político e de uma espécie de central sindical. Além de ter lançado candidatos à Constituinte em setembro de 1890 – quando elegeu Vinhaes – e às eleições municipais de outubro de 1892, o CPO atuava como canal de comunicação entre diversos setores do operariado e entre eles e o governo da República”.³⁹⁹

³⁹⁷ Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 52.

³⁹⁸ Cf. *Echo Popular*, Rio de Janeiro, nº 11, 01 de abril de 1890.

³⁹⁹ Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 54.

No dia 1º de maio de 1890, uma nota do *Echo popular* explicava o porquê⁴⁰⁰ do pedido de demissão de Saddock de Sá da Presidência da direção do Partido Operário: Saddock alegava não poder desempenhar a função paralelamente às suas ocupações. Ele foi substituído provisoriamente pelo artista musical Kinsmann Benjamin, posteriormente eleito em um processo eleitoral do Partido. Cabe questionar até que ponto a presidência de Saddock de Sá e o fato de este ser adepto do positivismo, que defendia a incorporação do proletariado na sociedade via cargos políticos, pode ter influenciado na militância em prol da eleição de deputados operários pelo CPO, e até que ponto o projeto de Raimundo Teixeira Mendes, representando a Igreja Positivista do Brasil e defendendo a eleição de operários, servia de paradigma para a ação do Centro do Partido Operário.

Um possível indício da ligação entre o Apostolado Positivista e o CPO foi um ofício que Miguel Lemos recebeu do presidente interino do Novo Centro Operário, em fevereiro de 1893, solicitando⁴⁰¹ que o Apostolado manifestasse a sua opinião acerca da *Questão Abel Patente*. Esse caso envolvia um médico italiano que defendia o aborto e se propusera a praticá-lo. O NCO era uma dissidência do CPO, surgida em dezembro de 1892 e presidida por José Pereira Azurara. O NCO destacou-se mais fortemente na política “(...) após a desagregação do CPO, em setembro de 1893”.⁴⁰²

Miguel Lemos respondeu ao ofício do NCO, explicando o caso do médico através de um discurso onde exaltava a castidade e afirmando que o aborto contrariava a lei da natureza. Lemos considerava a gravidez não planejada fruto da fraqueza moral do casal, que, neste caso, havia se entregado ao prazer sexual, e deveria arcar com as consequências de seus atos morais. Nesse aspecto, apesar de não citar a lei de Deus da Igreja Católica, o rigor moral dos positivistas ortodoxos brasileiros aproximava-se dos princípios católicos.

Miguel Lemos cobrava da classe médica uma conduta moral. Não seria ético profissionalmente separar o tratamento físico das reações morais, que na interpretação de Miguel Lemos eram necessárias para a medicina não adquirir um caráter puramente mercantil. Além disso, Lemos também criticava os médicos que julgavam insuperáveis os apetites

⁴⁰⁰ Cf. *Echo Popular*, Rio de Janeiro, nº 23, 01 de Maio de 1890.

⁴⁰¹ Cf. Miguel Lemos, *A propósito de uma questão moral médica*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1893.

⁴⁰² José Augusto Valladares de Pádua, *A capital, a República e o sonho: A experiência dos Partidos Operários de 1890*. Rio de Janeiro: Dados. Revista de ciências sociais vol. 28, n.2. Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro, 1985, p.178.

sexuais, sobretudo dos homens. Partindo dessa ótica, perseguia quem militava pela regulamentação da prostituição, argumentando que só os “desacertados moralmente” consideravam tal prática como um mal necessário. Lemos denominou a classe médica brasileira “atrasada” para impedir o médico italiano, acima citado, de continuar atuante.

Esse caso elucida o posicionamento do Apostolado Positivista em relação ao papel do médico. Chama atenção o interesse do presidente do Novo Centro Operário em saber a opinião do Apostolado, o que nos leva a crer que o positivismo foi apropriado por lideranças do movimento operário na transição entre a Monarquia e a República no Brasil. Tal apropriação estendeu-se aos anos iniciais do século XX, em que gradativamente o anarco-sindicalismo foi se tornando a ideologia dominante das lideranças operárias. O CPO possivelmente enxergava a militância do Apostolado Positivista pela inclusão do operário em cargos políticos como benéfica.

Como deputado eleito com forte apoio do CPO, o tenente Vinhaes “(...) se autodefiniu na Câmara como um deputado socialista e como o chefe do Partido Operário. Apesar de ter sido lançado por outras chapas, inclusive a do Partido Republicano Federal, optou por se identificar como líder operário”.⁴⁰³ O deputado foi conduzido à Câmara, após a eleição, por uma passeata de trabalhadores, acompanhado de foguetes e banda de música.

O posicionamento do Apostolado Positivista em relação à imigração, também foi um ponto relevante nos debates da época, principalmente porque os operários brasileiros repudiavam os privilégios que recebiam os imigrantes estrangeiros. Ressaltavam os positivistas ortodoxos que eram antiimigrantistas, e admiravam o modelo europeu, que, apesar de não impedir a emigração, orientava as classes proletárias de suas respectivas pátrias. Para o Apostolado, o governo republicano deveria, nesse sentido, riscar a imigração do número de serviços do Estado, deixando-a entregue à iniciativa particular.

A constituição de 1891 garantia a nacionalização automática de qualquer estrangeiro que morasse no Brasil por seis meses, caso este não se declarasse contrário. Após a Proclamação da República, o governo havia decretado que fossem considerados brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes. O Rio de Janeiro contou com um grande fluxo de imigrantes, sobretudo portugueses. Esses, como relatou Lobo, viam na Capital Federal

⁴⁰³ Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 55.

salários urbanos que eram, “(...) em geral, mais elevados do que em Portugal”.⁴⁰⁴ Os trabalhadores brasileiros se queixavam do movimento imigratório porque os imigrantes passavam a ocupar cargos que poderiam ser ocupados por eles, com exceção dos mais subalternos. A proporção de trabalhadores brasileiros em cargos subalternos ficou maior do que nos demais, mesmo com a entrada maciça de imigrantes sem grandes qualificações para o trabalho urbano.

A imigração europeia também contribuía para a solidificação da política cafeeira, que trazia enormes lucros às oligarquias paulistas, fortemente influenciadas pelo pensamento liberal. “As políticas governamentais de subsídios à imigração para a lavoura, especialmente nas etapas iniciais do fluxo migratório na década de 1890, foram cruciais para garantir a mão-de-obra necessária à expansão da cafeicultura”.⁴⁰⁵

O Apostolado Positivista opunha-se à criação da Sociedade Central de Imigração, que funcionou entre 1883 e 1891 no Rio de Janeiro e que tinha como objetivo trazer imigrantes para a pequena propriedade. Como ressaltou Lucia Lippi de Oliveira, a Sociedade visava “(...) transformar um país de latifúndio monocultor em uma sociedade com cultura múltipla e de pequena propriedade”.⁴⁰⁶ Os conflitos entre brasileiros e imigrantes contribuía para a fragmentação do movimento operário e para o declínio de muitos sindicatos. A deportação de estrangeiros só era concedida por lei, quando estes ideologicamente se envolviam em movimentos conspiratórios, o que serviu de arma para o poder Executivo dificultar as ações políticas do movimento operário quando lhe era conveniente.

Na questão trabalhista, o Apostolado Positivista militou em prol da liberdade de profissões, mais uma dentre as liberdades que congregavam seu projeto político. Miguel Lemos considerava a liberdade de profissões “(...) um princípio fundamental do regime republicano”.⁴⁰⁷ O Apostolado opôs-se a um regulamento da Intendência Municipal que estabelecia normas para o serviço doméstico, por considerar tirânica a regulamentação de

⁴⁰⁴ Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 16.

⁴⁰⁵ Fernando Henrique Cardoso, *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*, (in) Boris Fausto, *O Brasil republicano*, v.8: *estrutura de poder e economia (1889-1930)* – 8.º Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.28.

⁴⁰⁶ Lúcia Lippi Oliveira, *O Brasil dos imigrantes*. 2.º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 16.

⁴⁰⁷ Miguel Lemos, *A liberdade de profissões e regulamento para o serviço doméstico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

qualquer serviço de iniciativa e responsabilidade individual. Por meio de um opúsculo⁴⁰⁸, Miguel Lemos pediu ao Ministro do Interior, em março de 1890, para anular tal regulamento.

Após a promulgação da Constituição republicana, em fevereiro de 1891, Miguel Lemos enviou um ofício⁴⁰⁹ ao então ministro do Interior, Tristão de Alencar Araripe, agradecendo-o pelo veto do regulamento do serviço doméstico apresentado pela Intendência Municipal. No ofício, Lemos elogiou o que considerou como grande conquista da nova constituição: a abolição dos privilégios profissionais e das regulamentações impostas ao trabalho das classes proletárias.

Em defesa da liberdade profissional, Miguel Lemos criticou uma série de medidas que a Intendência Municipal pretendia transformar em códigos de conduta na Capital Federal. Dentre elas, destacamos a crítica a um artigo que estabelecia o monopólio das construções urbanas em favor dos engenheiros e arquitetos. Sobre tal artigo, mencionou Lemos que:

“(...) Contrariando o justo desenvolvimento das atividades individuais, este artigo cerceia também a liberdade dos proprietários, obrigando-os a escolher seus construtores ou arquitetos entre os diplomados, quando muitas vezes um mestre-de-obras de competência provada lhes pode merecer mais confiança, ou, pelo menos, oferecer maiores vantagens econômicas”.⁴¹⁰

Miguel Lemos lembrou ainda que, na cidade do Rio de Janeiro, os mestre-de-obras, formados empiricamente, eram a grande maioria dos profissionais existentes no setor. Em 17 de abril de 1893, foi publicado no jornal *Gazeta de Notícias* um protesto do então Centro do Partido Operário contra a prisão de alguns operários anarquistas. Neste protesto, os líderes⁴¹¹ operários citam um artigo de Teixeira Mendes que criticava a “imprensa burguesa” e também ressaltam que, para alguns operários, a solução apresentada pelo positivismo era a única satisfatória, a despeito da anarquia moderna. No mesmo dia, o Centro do Partido Operário publicou, no mesmo jornal, uma crítica contra a nova tentativa de regulamentação do serviço doméstico. A crítica alegava que tal argumentação feria a liberdade de profissões, usando o termo positivista de que a sã política é filha da moral e da razão para defenderem as condições do proletariado.

⁴⁰⁸ Miguel Lemos, *A liberdade de profissões e regulamento para o serviço doméstico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

⁴⁰⁹ Miguel Lemos, *A propósito do regulamento do serviço doméstico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1891.

⁴¹⁰ Miguel Lemos, *O novo código de posturas municipais*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

⁴¹¹ Eram eles: José Antunes de Carvalho, Bernardino Pereira Patrício, Malaquias Pereira da Silva, José Anésio Du Costa, Luiz Medeiros Alves, Alfredo Augusto Rodrigues.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que, os membros do Apostolado Positivista, liderados por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, participaram ativamente dos debates políticos, sociais e econômicos na transição entre a Monarquia e a República no Brasil. Em um contexto político extremamente conflituoso, o Apostolado Positivista do Brasil esteve como ator e mediador de diferentes embates. A instituição assumiu como missão aplicar alguns princípios e leis estabelecidas pelo mentor da doutrina, Augusto Comte, na formulação de propostas e projetos para o Brasil, num momento em que o país passava por profundas transformações que resultariam na abolição da escravidão e no advento do regime republicano.

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que os líderes do Apostolado Positivista do Brasil criaram um repertório político que privilegiou certos aspectos da doutrina positivista em detrimento de outros. Foram, por exemplo, defensores fervorosos e peculiares do fim do escravismo e do republicanismo no final do Segundo Reinado. Nos primeiros anos da República, o que norteou a ação do Apostolado foi a defesa da implantação da “Ditadura Republicana”; essa seria a forma de governabilidade que permitiria a viabilização de suas reivindicações. Essa ditadura visava o consenso entre as classes sociais, estabelecendo uma nova ordem e eliminando ameaças de possíveis revoluções.

Durante o Conselho de Ministros, o governo provisório, iniciado após a Proclamação da República, teve um membro que durante dois meses lutou para que reivindicações do Apostolado Positivista do Brasil fossem sancionadas em forma de decretos: Demétrio Ribeiro. O outro ministro positivista que fez parte do Conselho, Benjamin Constant, teve algumas desavenças com os líderes do Apostolado e não concordava com algumas de suas reivindicações. A Assembleia Constituinte, como vimos, também contava com membros influenciados pelo positivismo, e a maioria deles era de jovens oficiais. Embora pequeno, o grupo participou ativamente dos debates.

Tendo fracassado seu projeto político de implantar no Brasil uma ditadura, o Apostolado Positivista passou a defender o cumprimento de artigos da Constituição de 1891 que, por diferentes motivos, tivessem aspectos que se assemelhavam com a política considerada adequada pelo mesmo. Tal conduta foi aplicada por intermédio, principalmente, de folhetos e correspondências impressos, que exigiam, dentre outras coisas, que se respeitasse a separação entre Igreja e Estado e os mecanismos contrarrevolucionários dos novos artigos constitucionais. É cabível lembrar que, mesmo com a não implantação de uma ditadura pautada em Comte, os princípios positivistas estiveram presentes na política brasileira durante o século XX.

Percebe-se que o lema da bandeira nacional persiste até os dias atuais, assim como a presença, nas cidades do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, de monumentos, bustos e nomes de ruas reverenciando positivistas, alguns dos quais pertenciam ao Apostolado. Esses símbolos, e a existência ainda hoje da própria Igreja Positivista do Brasil, são frutos também, além de outros aspectos determinantes, dessa militância ortodoxa.

Dois argumentos parecem viáveis para que o projeto de implantar uma ditadura nos moldes positivistas, apesar da ampla influência de doutrina de Comte em nossa sociedade, não fosse consolidado. O primeiro deles estava na forma como os líderes do Apostolado se apropriaram da doutrina em sua ação política, por meio da negação em assumir cargos políticos e acadêmicos em instituições de ensino. É possível que a ausência de participação dos membros do Apostolado Positivista nos cargos políticos tenha contribuído para fortalecer o predomínio do pensamento liberal da oligarquia cafeeira no âmbito das diretrizes políticas, no início da República. Um indício para tal afirmação é o predomínio de mecanismos liberais na primeira Constituição republicana do Brasil.

No Rio Grande de Sul, por exemplo, a ação política de Júlio de Castilhos fez com que este Estado passasse muitos anos governado por uma constituição inspirada no modelo escrito pelo Apostolado Positivista do Brasil. O Partido Republicano Rio-Grandense governou sob forte influência de aspectos do pensamento de Comte, o que se refletiu no ensino primário e nas leis trabalhistas do Estado.

Durante a pesquisa, foi observado que, ao nível nacional, Getúlio Vargas adotou leis trabalhistas inspiradas no modelo de Estado castilhista-borgista quando presidente do país. Nos anos 30, as associações trabalhistas foram estimuladas a crescer. O apoio ao cooperativismo fez parte da política de Vargas desde que fora presidente do Rio Grande. O

positivismo no Brasil teve o caráter de ideologia de longa duração, principalmente por sua ideia de buscar o consenso evitando conflitos.

O segundo aspecto é o fato de a doutrina positivista não ser orgânica: as lideranças econômicas que iriam nortear as bases da estruturação do país, nutriam-se do Liberalismo e Federalismo, ou seja, a oligarquia cafeeira. Profissionais de formação científica, como engenheiros, matemáticos e médicos, foram alvos dos líderes do Apostolado Positivista para formar uma classe de oposição à elite monárquica, nos anos 80 do século XIX. A grande maioria dos associados tinham formação ou eram estudantes dessas três profissões.

A Escola Politécnica notabilizou-se por ser grande disseminadora das ideias positivistas no final do século XIX, ajudando a constituir a categoria social de cientista no Brasil, que se opunha aos “bacharéis”, orgânicos à burguesia agrária. O fato de não ter sido orgânica às lideranças econômicas que nortearam a estruturação do Brasil na Primeira República, não impediu a doutrina positivista de influenciar os empresários de setores urbanos que visavam o crescimento da indústria no Brasil. Comte, assim como Saint-Simon, defendeu que os líderes industriais assumissem posição de destaque na formação de um estado corporativista aliado aos empresários.

A ideia de consenso entre empresários e Estado, presente no positivismo, como foi mostrada aqui, viria a influenciar a política presidencial no Brasil na década de 30 do século XX. Já nos primeiros anos da República, o fato do positivismo ser uma doutrina contrarrevolucionária norteou, como vimos, a ação política do Apostolado Positivista, no sentido de defender que a separação entre Igreja e Estado seria menos prejudicial aos interesses da Igreja Católica.

No campo educacional, destacamos o Rio Grande do Sul como o modelo de projeto de ensino fundamental gratuito defendido pelo positivismo. Para Comte, o Estado deveria cuidar da educação fundamental e se abster do ensino superior. Isso talvez explique o fato de nenhuma outra administração estadual na Primeira República ter dedicado maior atenção à escola primária do que o Rio Grande do Sul castilhistas e borgistas. O Apostolado Positivista não estava fora dessa discussão. Um exemplo disso foi a militância contrária de seus líderes, no final do Império, à construção de uma Universidade proposta por D. Pedro II.

A relação do trabalhismo e do positivismo no Brasil esteve presente na aliança entre empresários e líderes de Estado no Rio Grande do Sul – ao nível estadual – e nos anos 30 –

ao nível nacional. Porém, como vimos, o Apostolado Positivista elaborou um projeto trabalhista que serviu de inspiração para Castilhos obter tal êxito.

Além disso, outro avanço dessa pesquisa foi identificar, tanto por fontes primárias como secundárias, que lideranças do movimento operário se apropriaram do discurso de *incorporação do proletariado na sociedade* do positivismo para reivindicarem cargos políticos, pedindo, inclusive por meio de correspondência, sugestões aos líderes do Apostolado no início da República. No entanto, também foram ressaltadas as diferenças de ideologia política entre os líderes operários e do Apostolado. Os primeiros, apesar de se apropriarem de aspectos do positivismo, valorizavam, nos jornais que publicaram no início na República, a democracia. Os segundos insistiam em conciliar o regime democrático a uma anarquia prejudicial ao país.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, J. M; FIGUEIREDO, A; VILLARES, D. *Projecto de reforma no ensino das artes plásticas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

CORDEIRO, J. M; MELO, J. C de N; OTERO, E. de. *Igreja Positivista do Brasil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1881.

LEMOS, M. *O Apostolado Positivista no Brasil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1º circular anual (1881).

_____. *O positivismo e a escravidão moderna*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1884.

_____. *Projeto de casamento civil* (carta à S. Ex. o Sr. Ministro do Império) 2º Edição. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1887.

_____. *A repressão legal da ociosidade*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1888.

_____. *Ao povo a ao governo da República*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1889.

_____. *Ofício de Miguel Lemos ao Ministro do Interior Aristides Lobo*. 22 de Janeiro de 1890.

_____. *Constituição sem constituinte*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *Aviso sobre algumas modificações do nosso sistema ortográfico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *O positivismo e a atual direção política do governo*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *A liberdade de profissões e o regulamento para o serviço doméstico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *A obrigatoriedade de ensino*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *O novo código de posturas municipais*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

LEMOS, M. *Benjamin Constant e as reformas da instrução pública*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1891.

_____. *A propósito do regulamento do serviço doméstico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1891.

_____. *A propósito de uma questão de moral médica*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1893. 18p.

_____. *Artigos epizódicos primeira série: contra difamadores*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1894.

_____. *Artigos epizódicos segunda série: a propósito do cristo no júri. Primeira série contra difamadores*. Rio de Janeiro. 1894.

_____. *Artigos epizódicos terceira série: aos nossos considadãos a eleição presidencial*. Rio de Janeiro. 1894.

LEMOS, M; MENDES R. T *A propósito da liberdade dos cultos*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1888.

_____. *O respeito às garantias políticas condensadas na Constituição de 24 de fev. de 1891*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1891.

_____. *A mistificação democrática e a regeneração social*. Rio de Janeiro: Igreja positivista do Brasil. 1906.

BRASIL, I. P. *Cartas de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro: Igreja positivista do Brasil 1965. 237p.

MENDES. T. R. *A incorporação do proletariado na sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Igreja positivista do Brasil.

_____. *A Universidade*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1883.

_____. *A propósito da agitação republicana*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1888.

_____. *Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1891-1894, 2v.

_____. *Ofício de Raimundo Teixeira Mendes ao Ministro da Agricultura*. 22 de janeiro de 1890.

OLIVEIRA, J. M. DE; *A Miguel Lemos*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1887.

SILVEIRA, A. DA. *Pelo acatamento ao regime republicano, em nome da divisa: Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1891.

VILLARES, D. *A epopéia africana*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1889.

ECHO POPULAR N° 1 AO N° 60. Rio de Janeiro: Março a Novembro de 1890.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Abril de 1893.

VOZ DO POVO. Órgão operário dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Janeiro de 1890, Diretor José Veiga. Redatores diversos operários. Oficina rua Uruguaiana 170.

Bibliografia:

ABRANCHES, D. *Actos e actas do Governo Provisório.* Brasília: Ed. Senado Federal, 1998, 402p.

ALMEIDA, J. R. P, de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889); História e Legislação.* Trad. Antonio Chizzoti; São Paulo: Educ, 2000, 334p.

ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império.* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002. 392 p.

APARECIDO, I. *D. Macedo Costa e a laicização do estado: A Pastoral de 1890 (um ensaio de interpretação.* Revista de História UNESP, Bauru, (n. esp.), 1989, pp. 179-192.

ARAGÃO, R. M, de. *A instrução Pública no Brasil,* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1985, 104p.

AZZI, R. *A concepção da ordem social segundo o positivismo o ortodoxo brasileiro.* São Paulo: Ed. Loyola, 1980, 260p.

BATALHA, C. H. M. *O movimento operário na primeira república.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, 78p.

_____. *A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX,* in (org) João Quartim de Moraes. *História do Marxismo no Brasil* vol.2, São Paulo: Editora Unicamp, 1995, 246p.

BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia Comteana: gênese e devir.* São Paulo: Discurso Editorial, 1999, 800p.

BOEIRA, Nelson Fernando. *O positivismo no Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa.* In RECKZIEGEL, Ana Luíza; FÉLIX, Loiva Otero (org). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional.* Passo Fundo: Editora da UPF, 2002, 399p.

CARONE, E. *A república velha, Instituições e classes sociais.* São Paulo: Ed. DIFEL, 1970. 392p.

_____. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944).* São Paulo: Ed. DIFEL, 1979, 578p.

CARDOSO, F. H. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales,* (in) Boris Fausto. *O Brasil republicano, v.8: estrutura de poder e economia (1889-1930) – 8.º Ed. –* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 462p. : II. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 8)

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.

_____. *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a república que não foi.* São Paulo: Ed. Companhia das letras, 3º edição, 2010, 196p.

_____. *A Humanidade como Deusa*. *Revista da Biblioteca Nacional*, n. 1, 2005, p.68-72.

CARTOLANO, M. T. P. *Benjamin Constant e a instrução pública no início da República*. Tese de Doutorado Campinas/ SP. UNICAMP/1994. 288p.

CASTILHOS, J. De. *O pensamento político*. Org. por Liana Bach Martins, Luís Antônio Costa da Siva e Gervásio Rodrigo Neves. – Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003, 150p.

CASTRO, C. *Os militares e a República: Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, 207p.

CHAULOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. Editora Brasiliense, 1986,

COMTE, A. *Discurso sobre espírito positivo*. [tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Roberto Leal Ferreira] São Paulo: Martins Fontes, 1990, 132p.

CUPANI, A. *A crítica positivista ao futuro da filosofia*. Florianópolis: Ed. UFCS, 1985, 128p.

CRUZ, C. *O positivismo na república*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, 203p.

DIACON, T. A. *Perfis brasileiros Rondon*. São Paulo: Companhia das letras, 2004, 219p.

FÉDI, L. *Comte*. São Paulo: tradução de Mauro Pinheiro. São Paulo: Ed, Estação Liberdade, 2008, 186p.

FÉLIX, L. O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFGS, 1996, 215p.

FLORES, E. C. *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. (In) Jorge Ferreira; Lucília Delgado. *O Brasil Republicano*, vol 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2003, 446p.

FRAGALE, F. R. *A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela*. São Paulo: Editora LTr, 1998. 143 p.

FERREIRA, L. O. *Os Politécnicos: Ciência e Reorganização Social Segundo o Pensamento Positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Rio de Janeiro: Dissertação/UFRJ, 1989.

FREIRE, F. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, 367p.

GIANNOTTI, J. A. *Os pensadores*. In: *Discurso sobre espírito positivo*. COMTE, A. São Paulo: Abril cultural, 1978, 318p.

GOMES. A de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 320p.

JOÃO DO RIO, *As religiões do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar – Coleção Biblioteca Manancial – n° 47 –, 1976, 82p.

JÚNIOR. J. R. *Augusto Comte e o Positivismo*. São Paulo: Ed, Campinas, 2003, 330p.

LEAL E. D. C. “*O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista*”. Artigo: Scielo, <http://www.scielo.br/pdf/his/v25n2/03.pdf>, v.25, n.2, 2006, p.64-93.

_____. *Os Filósofos em Tintas e Bronzes: Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo Sá*. Tese de doutorado/UFRJ: Rio de Janeiro, 2006, 299p.

_____. PEZAT, P. R. *Capela Positivista de Porto Alegre: acervo bibliográfico, documental e iconográfico*. Porto Alegre: Capela Positivista de Porto Alegre, 1996, 154p.

LEMONS, R. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Ed, Topbooks, 1999. 572p.

_____. “*Benjamin Constant e o positivismo na periferia do capitalismo [p. 207-215]*”. In: Marta de Almeida e Moema de Rezende Vergara (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Mast, 2008. Textos organizados originalmente para as mesas-redondas do seminário História das Ciências no Brasil, realizado em 2006, comemorativo dos 21 anos do MAST.

LEONÍDIO, A. *Saint - Simonismo e Positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil*. Revista Mediações, Londrina, v. 10, n.1. JAN/JUN, 2005, p. 165-183.

LESSA, R. *A invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988. 173p.

LINS, I. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964, 661p.

_____. *História do positivismo no Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2009, 874p.

LOBO, E M L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, 367p.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento*. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Lowy. 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

MARIA, J. *A Igreja e a República*. Brasília: Ed. UNB, 1981.125p.

MICELI, S. *A elite eclesiástica no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009. 216p.

MOISÉS, L. P. *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004. 300p.

MOURA, S. L. de, *A Igreja na Primeira República*. (In): FAUSTO, B. *O Brasil Republicano*. História Geral da Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 430p.

NEVES, M. de S., *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*, (in) *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930/ organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 446p.

OLIVEIRA, L. L. *O Brasil dos imigrantes*. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002, 74p.

PÁDUA, J. A. V. *A capital, a República e o sonho: A experiência dos Partidos Operários de 1890*. Rio de Janeiro: Dados. Revista de ciências sociais vol. 28, n.2. Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro, 1985, 163-192 pp.

PAIM, A. *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, 108p.

_____. *A filosofia política positivista*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica: Conselho Federal de Cultura, 1979, 139p.

_____. *História das Idéias filosóficas no Brasil. 6º Edição*. Londrina: Revista Humanidades, 2007, 333p.

PAVANI, R. M. *Positivismismo e Catolicismo no pensamento latino-americano dos fins do século XIX*, Vitória: Anais eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008, 13p.

PENNA, L. A. de. *O progresso da ordem*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997, 214p.

PESAVENTO S. J. *História do Rio Grande do Sul*, 2º edição, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, 141p.

PEZAT, P. R. *Revolução Federalista na perspectiva de um médico positivista: Cartas do Dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes*. Pelotas: História em revista, v.9, dezembro, 2003, 21p.

RODRIGUES, R. V. *Castilhismo uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: 1980. 160 p.

_____. *Castilhismo uma filosofia da República*, Brasília: Senado Federal, 2000, 294p.

_____. *A ditadura republicana segundo o Apostolado Positivista*. Rio de Janeiro: Editora central da Universidade Gama Filho, 1994, 80p.

ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Ed, Kairós, 1979, 270p.

ROMERO, S. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: tipografia da empresa democrática editora, 1894, 477p.

SCHMIDT, B. B. *O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I república*. Revista Brasileira de História, vol. 21, número 041. Associação Nacional de História. São Paulo: 2001, pp. 113-126.

SCHWARTZ, L. M. *O espetáculo das raças*, São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1993, 287p.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo/Machado de Assis*. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 1990, 250p.

SILVA, J. C. da. *Educação e positivismo no Brasil: Arquivos e fontes para a pesquisa*. Estudo articulado ao Grupo de pesquisa HISTEDBR/UNICAMP-GT Cascavel. 18p.

SOARES, M. P. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*, Rio de Janeiro: Editora AGE Ltda, 1998, 206p.

SUPERTI, E. A. *O projeto castilhista – positivista no Rio Grande do Sul*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1999, 46p.

TORRES, J. C. de. O. *O Positivismo no Brasil*, Petrópolis: Editora Vozes, 1957, 279p.

VERÍSSIMO, J. *Estudos de literatura Brasileira*, Primeira série, Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

VIVEIROS, E. M. T. da C. de, *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, 614p.